



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - OBRAS INACABADAS		
EVENTO: Diligência em Porto Alegre	Nº: 000707/01	DATA: 07/08/01
INÍCIO: 14:27	TÉRMINO: 20:54	DURAÇÃO: 1:27
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 5:10	PÁGINAS: 118	QUARTOS: 65
REVISÃO: LIVIA COSTA, YOKO		
CONCATENAÇÃO: LETÍCIA		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Secretário de Coordenação e Planejamento do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
EDSON SILVA - Secretário de Obras Públicas e Saneamento do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
ANTÔNIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE – Gerente do Patrimônio do Estado do Rio Grande do Sul.
MARCELO CHAVES ARAGÃO – Gerente Regional de Controle Interno da Secretaria Regional de Controle Interno.
HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA – Engenheiro-Chefe do 10º Distrito Rodoviário Federal – DNER
MÁRIO CESAR MARTINS FERNANDES – Superintendente Regional do INSS no Rio Grande do Sul.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES
Reunião realizada na Assembléia Legislativa de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Há falha na gravação. Há intervenções inaudíveis. Há palavras ininteligíveis. Há orador não identificado. A reunião foi suspensa às 15h54min e reaberta às 17h21min.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Declaro abertos os trabalhos da presente reunião, dando uma boa-tarde a todos vocês aqui do Rio Grande do Sul e também agradecendo a acolhida do Presidente desta Casa, Deputado Sérgio Zambiasi. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi inclusive uma proposta do Deputado Augusto Nardes que, em 1995, colocou, como autor, essa proposta no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, e hoje nós estamos trazendo aqui e ela foi instalada. E este ano nós estamos fazendo o colhimento desses depoimentos em todo o Brasil. Esta reunião foi convocada para ouvirmos os depoimentos dos seguintes convidados do Estado do Rio Grande do Sul: o Sr. Cláudio Roberto Langone, Secretário do Meio Ambiente; Hideraldo Luiz Caron, Diretor-Geral do DAER; José Paulo Bisol, Secretário de Segurança Pública; Haroldo Augusto Novis Mata, Engenheiro-Chefe da 10ª DRF do DNER; Antônio Augusto Ammirabile Medeiros de Albuquerque, Gerente de Patrimônio; Mário César Martins Fernandez, Superintendente Regional do INSS; Lúcia Camini, Secretária da Educação e Desporto; Edson Silva, Secretário de Obras Públicas e Saneamento; Maria Luiza Jaeger, Secretária de Saúde; e Marcelo Chaves, Gerente Regional do Controle Interno do Rio Grande do Sul. Esclareço aos convidados e debatedores que esta reunião está sendo gravada para posterior transcrição. Solicito a todos que falem ao microfone para efeito de identificação junto à Taquigrafia. Regimentalmente, o convidado não poderá ser aparteado. Finda a exposição, daremos início às interpelações. Os Srs. Deputados que desejarem interpelar o convidado deverão inscrever-se junto a esta Secretaria. *(Pausa.)* Convido para tomar assento à mesa o Secretário João Villaverde, Secretário de Coordenação e Planejamento. Com a palavra o Secretário Villaverde. V.Exa. tem dez minutos para suas exposições.

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE – Secretário Adão Villaverde, Secretário de Coordenação e Planejamento do Governo do Estado. Queria, em primeiro lugar, cumprimentar o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Damião Feliciano, o Deputado João Nardes, aqui do nosso Estado, demais Deputados aqui presentes, Secretário Edson Silva, Deputado Federal, também nosso Secretário de Obras aqui do Estado, e demais participantes desta atividade organizada pela



Comissão Parlamentar de Inquérito de Obras Inacabadas em nível de Parlamento Federal. Da nossa parte, da parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, foi, ao recebermos, por intermédio de um ofício, Deputado, da sua Comissão, da Comissão que o senhor é Presidente, nós tomamos um conjunto de providências no sentido de fazer um levantamento para verificar a situação, como se encontrava ou como se encontra um conjunto de obras do Governo Federal e um conjunto de prédios da responsabilidade também do Governo Federal aqui no Estado do Rio Grande do Sul. Mesmo que esta tarefa, esta atividade não nos diga respeito direto, não seria da responsabilidade direta do Estado do Rio Grande do Sul, nós, na condição de buscarmos apoiar a CPI e colher informações aqui no Estado para a Comissão Parlamentar de Inquérito, julgamos extremamente importante que pudéssemos, junto com a Comissão, fazer um esforço nesse sentido. Foi nesta linha que pedimos ao conjunto dos órgãos do Governo do Estado, ao conjunto das secretarias, fundações, enfim, um conjunto de instituições que compõem a estrutura do Estado do Rio Grande do Sul, porque muitas dessas instituições têm relações diretas com órgãos federais, com as políticas do Governo Federal, enfim, têm até parcerias evidentemente com o Governo Federal, e isso facilitaria para nós, enquanto estrutura do Estado, para podermos fazer, digamos, este levantamento. Evidentemente que, para dispor desse conjunto de informações e, evidentemente, precisávamos também saber a situação de como é que estão os imóveis, por exemplo, em nível da União. Quer dizer, um conjunto de informações que nós também teríamos que verificar e que, até o momento, digamos, essas informações ainda não foram completadas. Mas nós julgamos que as informações que temos, apesar de serem informações preliminares, elas já dão elementos mínimos para ajudar, para colaborar no sentido da constituição, enfim, na questão de um mapeamento, e daí uma indicação mínima de quais obras, a situação em que se encontram, quer dizer, que tempo faz que essas obras estão paradas, as situações de determinados imóveis, como que eles estão operando hoje, qual é o uso deles, onde nós achamos que estão as tramitações desses usos etc., etc. Então, esse é um pouco o sentido geral do esforço esse que nós vamos fazendo, que nós vamos trabalhando no sentido de, mesmo sabendo que as obras... a responsabilidade das obras do Governo Federal, evidentemente, dizem respeito ao Governo Federal, mas,



numa linha de auxiliar, numa linha de colaborar — e este é o esforço nosso — nós estamos... preparamos um relatório, preparamos uma documentação e vamos, evidentemente, passar às suas mãos. Quer dizer, basicamente, nós levantamos um conjunto de situações, tanto de obras como de imóveis do Governo Federal ou de investimentos aqui no Estado, de um lado, referente a obras de infra-estrutura que o Secretário Edson, na seqüência, vai apresentá-las; depois, um conjunto de outras iniciativas, enfim, que pegam áreas aí... mais nessa área social; depois, um conjunto de outras iniciativas também que pegam mais a área de saneamento, enfim etc., etc. Obras que já estão paradas há algum tempo e que seriam extremamente importantes para evitar, enfim, situações muito difíceis aqui no Estado do Rio Grande do Sul. Principalmente essas obras de infra-estrutura na área de saneamento, nós temos algumas aqui que o Secretário Edson vai nominar. A idéia é que nós apresentemos esse documento, que a Comissão possa examinar este documento ao longo do seu trabalho, inclusive agora à tarde aqui. Nós, evidentemente, temos um encontro, às quatro e meia da tarde, com o Governador. A nossa sugestão é a de que nós, um pouco antes desse encontro com o Governador, depois de nós apresentarmos o documento aqui, depois de o Secretário Edson detalhar, enfim, esse conjunto de levantamentos, que nós, se a Comissão julgasse importante, mesmo aí no Palácio, pudéssemos, enfim, discutir melhor alguns pontos, precisar melhor algumas questões ou os próximos encaminhamentos. Então, ele é um relatório que, como eu disse, e ainda precisa ser completado, ainda é preliminar, mas ele já tem elementos que subsidiam, que podem subsidiar, evidentemente, esta Comissão. Obviamente que um conjunto de obras que estão levantadas aqui já são obras que já foram levantadas em situações anteriores, mesmo naquela Comissão de 1995, que foi instalada no Senado, já tratou, enfim, já deu encaminhamento até em relação ao conjunto de obras, não é? Talvez eles se repitam aqui; outros levantamentos nós acreditamos que já a própria CPI do Senado já tenha de forma mais detalhada mas, enfim, achamos que estes elementos já constituem, digamos, uma espécie de um levantamento preliminar, um levantamento que pode, evidentemente, subsidiar a Comissão. Eu lhe passaria este relatório contendo esse conjunto, esse material que nós coletamos, a partir desse trabalho interno ao Governo, e obviamente o Secretário Edson Silva vai pegar, digamos, as situações



principais aí e vai detalhar, quer dizer, esse é um pouco o sentido do relatório que nós estamos lhe passando às mãos.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Pela ordem, Sr. Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Sr. Presidente, eu gostaria de tirar uma dúvida. O Dr. Abrão Villaverde está representando aqui o Secretário do Meio Ambiente, o Diretor-Geral do DER, o Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio Grande, o Secretário de Educação e Desporto do Estado do Rio Grande do Sul e também a Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul?

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE – Sim. Eu e o Secretário Edson Silva estamos aqui representando o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, portanto, todas as Secretarias.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – É isso, Sr. Presidente? E o Secretário Edson Silva, Secretário de Obras, que está marcado para as 17 horas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Está marcado para as 17 horas .

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Eu gostaria que registrasse isso, deixasse bem registrado, Sr. Presidente, pelo modo que foi respondido para mim, no começo desta reunião.

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE – Presidente, me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Espere só um pouquinho. (*Pausa.*) Pois não.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Sr. Presidente, um minutinho só. Pela ordem. Então, está representando todos esses órgãos. Então, vamos só ouvir o Secretário Dr. Adão Villaverde? Nós vamos ouvir todos eles, ele representando todos esses órgãos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Não. Exatamente sobre a questão de ordem levantada por V.Exa., eu queria registrar que nós solicitamos a presença dos outros Secretários, a não ser que o...

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE – Não, eu queria fazer um registro também. Eu acho que não, não sei se houve um problema de comunicação, mas



nós fomos convocados para estar aqui à 1 hora da tarde, chegamos aqui à 1 hora da tarde — eu e o Secretário Edson —, comunicamos à Comissão que iríamos representar o Governo do Estado, porque era impossível que todos os Secretários do Estado estivessem presentes neste momento. Eu, inclusive, agora só podia ficar até às 2 horas; derrubei, evidentemente, toda a minha agenda agora à tarde para ficar à disposição de vocês, exatamente para que nós pudéssemos, enfim, instalar os trabalhos aqui e podermos fazer uma discussão. Então eu queria que fosse registrado também isso aí. Em segundo lugar, eu queria dizer o seguinte, Deputado, só para adiantar. Neste momento, neste exato momento aqui no Estado do Rio Grande do Sul não há nenhuma obra, inclusive, da responsabilidade do Governo Federal, junto com o Governo do Estado, em parceria com o Governo do Estado, que nós julgamos, pelo levantamento que fizemos dentro do Governo do Estado, que tenha problemas no âmbito, digamos, de obras, enfim, que estão inacabadas. O que nós temos de levantamento aí é um conjunto de situações já muito antigas aqui no Estado, e por isso que eu disse que provavelmente, se nos reportássemos lá para a Comissão, a CPI lá do Senado, quem sabe esse levantamento não é muito parecido, muito igual ou muito próximo a este levantamento. Então, foi esse o sentido que eu quis dar quando disse que esse esforço de fazer esse levantamento era em cima, digamos, de um conjunto de obras, enfim, já de algum tempo no Estado.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES – Sr. Presidente, permita-me, é uma questão de ordem. Acho que o Secretário fez uma explanação genérica, fazendo essa introdução, e falou que o Secretário Edson Silva faria uma...

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE – Essa era a idéia, Deputado.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES - ... explanação mais específica, abordando as obras.

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE – Claro.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES – Eu queria dizer que acho que, para o andamento da Comissão que está fazendo esse inventário inicial aqui no Rio Grande do Sul, na verdade nós não viemos fazer uma denúncia nem fazer uma caça às bruxas.

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE – Claro.



O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES – Nós estamos fazendo um levantamento e um inventário começando pelo Sul, Santa Catarina, para...

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE – Perfeito.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES – ... tentar elencar as principais obras, não é? Esse trabalho que o senhor está apresentando vai ser importante e nós estamos pedindo informações. Então, eu queria sugerir ao Sr. Presidente que passasse a palavra ao Secretário de Obras, que é o que tem conhecimento mais próximo daquilo que está acontecendo, já que o Secretário Adão Villaverde fez essa explanação inicial, para que depois nós pudéssemos fazer as indagações. Eu gostaria, inclusive, de avisar e de comunicar aos Parlamentares, que são meus colegas, que o Edson Silva inclusive é colega nosso, está licenciado, é Deputado Federal, e que pode prestar um esclarecimento e ajudar o Poder Legislativo, porque ele faz parte e eventualmente está afastado, porque sabe da importância dessa pesquisa, desse levantamento e desse inventário. Então, eu gostaria que fosse agilizado, passando para o Secretário Edson Silva, que é colega nosso, Deputado, e que pudesse nos passar as informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Eu só queria relatar, esta Presidência, que nós estamos fazendo um levantamento, Sr. Secretário...

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE – Perfeito. Pois não, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – ... em relação a obras inacabadas neste País e também dos bens imóveis de mau uso, subutilizados aqui na Federação. A incumbência desta Presidência, a incumbência desta CPI é exatamente levantar os dados em todos os Estados da Federação. É por isso que, neste momento, nós convidamos os Secretários do Estado do Rio Grande do Sul ou as pessoas pertinentes que pudessem nos auxiliar ou que pudessem fornecer dados capazes de que nós pudéssemos fornecer a esta CPI a possibilidade de prestar um serviço à Nação, um serviço ao Brasil, que precisa, que necessita, acima de tudo, de um esclarecimento sobre aonde está indo, o destino do dinheiro do povo. Por isso que, neste momento, nós estamos convocando os Secretários e neste momento nós convocamos todos, não só os Secretários, mas os representantes das áreas que nós achamos críticas, que pudessem nos ajudar. É natural que a substituição de V.Exa. em relação aos outros Secretários..., esta Presidência não queria acolher,



porque nós não o fizemos lá nos outros Estados, e não vamos fazer em outros Estados. Os Secretários que não vieram, não compareceram ao nosso chamamento, embora tenha sido um convite, nós vamos registrar que eles faltaram à nossa presença, a não ser que V.Exa. preste o depoimento de cada Secretário, por si só, aqui a esta Comissão. Este é o entendimento desta Presidência. Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Presidente, eu gostaria — nós atrasamos o início dos trabalhos por mais de uma hora e meia; nós temos uma audiência daqui a uma hora — de propor o início dos trabalhos. Ouvir o Secretário e fazer a primeira conversa. Tendo conhecimento do documento, na audiência com o Governador, nós podemos aprofundar as dúvidas. Então depois nós fazemos as considerações, mas que agora desse a palavra, porque aqui ninguém tem razão absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – É óbvio, mas...

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – A prática aqui... Tinha Secretário convidado para as 18 horas; tinha Secretário convidado para as 13 horas. Nós também tínhamos um horário marcado e deveríamos estar aqui. Então... Não vou aqui tirar quem está com a razão. Nós precisamos fazer o nosso trabalho. Não é uma inquisição...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Mas nós...

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – É um período de busca de informações, e tal, então eu queria propor que sem mais, se fosse possível, sem mais discurso agora, que nós déssemos a palavra ao Secretário e fizéssemos essa primeira rodada, porque se não daqui..., nós temos que sair com o Governador e vamos chegar lá sem condições de melhorar, inclusive, a nossa intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Eu só queria continuar ainda prestando esclarecimentos, inclusive ao nobre Deputado João Coser, de que os trabalhos estão andando, até porque o Secretário Villaverde está neste momento prestando seus esclarecimentos. Quer dizer, se ele está representando os outros Secretários, naturalmente que ele vai ser abordado em relação aos outros colegas Parlamentares que estão aqui e que vieram aqui para esta CPI, para que pudessem fazer as suas arguições a ele, já que ele está representando os outros Secretários.



Depois que ele acabar, então, passaria a palavra ao outro que está sendo interpelado.

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE – Permite, Deputado? Só para reiterar, eu, de fato, eu e o Secretário Edson Silva estamos representando todos os outros Secretários do Governo do Estado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – É isso.

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Tudo bem.

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE – Nós estamos representando. Nós temos delegação do Governador para representar todos os outros Secretários do Governo do Estado que foram convocados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – O.k. Então, em relação ao Deputado, ao Secretário Villaverde..., eu queria passar a palavra ao nosso Relator, Deputado Anivaldo Vale...

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Presidente, eu queria propor encaminhamento diferente. São dois Secretários falando pelo Governo. Ouça o segundo Secretário, depois nós vamos fazer as perguntas ao Governo do Estado. Quem estiver com a informação melhor nos responde. É uma só resposta em nome do Governo do Estado, que praticamente não tem grandes coisas com recursos federais. Vamos ouvir os dois, depois façamos as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Então, eu queria passar a palavra para o Secretário Edson Silva, Secretário de Obras, que vai falar sobre a sua Secretaria e as Secretarias que ele está representando. V.Exa. tem dez minutos para a exposição.

O SR. EDSON SILVA – Exmo. Sr. Deputado Damião Feliciano, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar possíveis irregularidades em obras iniciadas e não concluídas, aqui fala o Secretário de Estado de Obras Públicas e Saneamento, Edson Silva. Minha saudação também aos demais integrantes da Comissão aqui presentes; permitam uma saudação especial ao nosso Deputado Nardes, integrante da bancada gaúcha de representação na Câmara dos Deputados. Quero, embora já tenha sido esclarecido, reiterar o esclarecimento feito, o dito pelo companheiro de Governo, Secretário Adão Villaverde. Nós, eu e ele, dois



Secretários de Estado, aqui estamos representando o Sr. Governador e os Secretários de Estado já nominados por V.Exa. O procedimento observado pelo nosso Governo foi o de, imediatamente após o recebimento do vosso ofício, ter comunicado a todas as Secretarias para que fizessem um levantamento do que existia, se é que existia, obras do Governo Federal inacabadas. Os Secretários responderam, em correspondência a esta demanda feita pelo Governo, pela Secretaria-Geral de Governo, e esta é, também, uma das razões pelas quais esse material nos foi passado e então estamos aqui para passar aos senhores este levantamento que foi feito pelos vários Secretários de Estado demandados. A rigor, como já foi dito pelo Secretário Adão Villaverde, não há obra, primeiro, do Governo Federal que tenha contrapartida de recursos do Governo do Estado. E, menos ainda, que essas obras estejam inacabadas. Tanto não há obras do Governo Federal com contrapartida de recursos do Governo do Estado e que essas obras estejam inacabadas, estejam por concluir. Aliás, relatório recente do Tribunal de Contas da União, de 5 de janeiro de 2001 — obras relacionadas no Quadro V, da Lei Orçamentária Anual —, lista Estados que tenham obras inacabadas, obras com recursos do Governo Federal. Aqui estão mais de vinte Estados e, nesta relação, que V.Exa. vai receber, de três páginas, com as obras relacionadas pelo Tribunal de Contas da União, não há nenhum recurso atribuído ao Estado do Rio Grande do Sul. É o Tribunal de Contas da União quem testemunha isso. Isso de alguma forma está relacionado com o fato também de que o Governo Federal pouco tem investido no Rio Grande do Sul. De toda forma, desse levantamento que as nossas Secretarias fizeram, e como há depoimento de várias das Secretarias dizendo que não há obras com recursos do Governo Federal e que estejam..., possam ser tipificadas como obras inacabadas... Há registros passageiros, que eu vou me referir a algum deles como, por exemplo, a correspondência que recebemos da Companhia Administradora da Zona de Exportação do Rio Grande, Município aqui da região sul do nosso Estado, que nos informa estar desocupado o prédio da antiga agência do INSS, situado na Rua Francisco Marques, esquina com a General Bacelar, desde que o INSS entendeu como inadequado o funcionamento de sua agência em prédio localizado à Rua Buarque de Macedo, esquina com Cristóvão Colombo. É uma referência que temos. Temos aqui também uma correspondência, uma informação



vinda da Companhia Riograndense de Mineração — CRM, que nos dá conta de que, durante a década de 80, a CRM investiu recursos originários do Programa de Mobilização Energética — PME, do Governo Federal, em três projetos de mineração de carvão — minas de Candiota, Iruí e Leão II —, sendo que somente o primeiro foi completado e entrou em operação. Os dois outros projetos foram paralisados em função de indefinições de seu mercado, pela não confirmação do cenário de preços do petróleo importado, em que tais projetos seriam viabilizados dentro do planejamento do Governo Federal. São duas referências de prédios, no caso dessa obra aqui, que temos contabilizado como obras do Governo Federal. Há aqui uma informação da Companhia Estadual de Energia Elétrica que nos dá conta que na área administrativa não há obras inacabadas, tampouco imóveis de propriedade da União; que na área de distribuição não há obras inacabadas; que na área de geração não há obras inacabadas; que na área financeira não há o que se possa tipificar como obras inacabadas. Há, sim, na área de transmissão, uma informação da nossa Companhia Estadual de Energia Elétrica que diz que na Barragem de Laranjeiras foi construída, pelo extinto Departamento Nacional de Obras de Saneamento, na década de 60, para geração de 1,7 megawatts de potência instalada, sendo projetada originalmente para operar de forma integrada com as usinas de Bugres e Canastra e a operação pela Companhia Estadual de Energia Elétrica, não ocorrendo a conclusão das obras civis pela interrupção do projeto, considerando que o Estado do Rio Grande do Sul e a CEEE — Companhia Estadual de Energia Elétrica possuem áreas de terras e ativos na obra, foi solicitado por esta registro à ANEEL para a retomada do projeto através de parceria entre o Estado e sócios privados, visando concluir o empreendimento. Então, essa é uma síntese do que já é sintético para nós, porque como eu já informei não há obras do Governo Federal inacabadas e há esses registros que acabei de me referir. Mas quero sublinhar este relatório que é muito ilustrativo, do Tribunal de Contas da União, que lista um conjunto de Estados onde há obras inacabadas e não há referência ao Rio Grande do Sul, porque, de fato, não há obras inacabadas. Era isso e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Eu queria agradecer o relato do Secretário e queria passar a palavra ao Relator, Deputado Anivaldo Vale.



O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores convidados, Dr. Adão Villaverde e Dr. Edson Silva, eu queria, inicialmente, dizer que esta Comissão, é a segunda vez que vem aqui no Rio Grande do Sul. Num primeiro momento foi visitar a Termelétrica Candiota III. E agora, desta feita, ela vem com o objetivo de colher informações que possam subsidiar o trabalho que está sendo levantado para satisfazer os itens da CPI. Um dos pontos que queria deixar bem claro, e quero ser bem rápido, três perguntinhas — e podem escolher qual dos dois que vai responder —, o senhor responde em relação a sua área, que é a Secretaria de Obras, e o Dr. Adão poderia responder em relação à Secretaria de Planejamento, em relação ao DNER, ao meio ambiente, à segurança pública, também à educação, e, também, à Secretaria de Saúde. O Primeiro ponto é que nós temos que, além de a obra estar inacabada, existe um ponto que deveria ser observado e que eu chamo a atenção, que é com relação à legalidade e à regularidade dessas obras. Então, as minhas perguntas são curtas. A primeira: V.Exas. têm conhecimento, dentro desse contexto que eu coloco, não só de inacabada, de obras aqui no Estado do Rio Grande do Sul, inacabadas, ou com alguma denúncia de irregularidade da sua legalidade, seja na licitação, seja na condução, na paralisação, seja no desvio de crédito etc.? Muito embora o relatório que o senhor tem, Dr. Edson, nós já temos até um mais atualizado, que é de junho, e que também continua a não constar nenhuma irregularidade. Mas, como nós estamos em busca de subsídio, eu gostaria de merecer, sobretudo, a consideração de V.Exas. no sentido de me obsequiar com essas respostas. Essa é a primeira pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Sr. Secretário.

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE – Eu preferia que o senhor fizesse...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Faço a segunda? A segunda que não obstante ser, na Secretaria do Dr. Adão e, também, do Dr. Edson, mas as que eles representam, se eles têm notícia de algum imóvel — certo? — com esses vícios, tanto de inacabada como denúncia de irregularidade em licitação, paralisação, esse tipo de irregularidade. E a última, eu gostaria de saber, tanto no



campo urbano, os imóveis de propriedade da União, inclusive rural também, que estejam sendo usados ou usados inadequadamente, usados inadequadamente e alugados por preço vil, que possam ser considerados um ativo ocioso da União. As três perguntas, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Secretário, com a palavra.

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE – Eu meu proponho ao responder a última, porque eu tenho um dado aqui, você...

O SR. EDSON SILVA – Não, eu falo e tu falas depois, complementa.

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE – Em relação à primeira pergunta, sobre irregularidades em obras inacabadas, nós não temos, como nós dissemos, o levantamento ainda é de caráter preliminar, ele pode ter insuficiência, mas, em cima dos pontos que nós levantamos, não constatamos nenhuma denúncia de irregularidade, de malversação de verba etc., etc. O que nós percebemos é o seguinte: é que neste levantamento obviamente ele tem um conjunto de obras que estão paradas, que foram interrompidas já há algum tempo e evidentemente isso aí significa uma situação, enfim, de que houve um esforço muito grande de aplicação de recursos do Governo Federal nesse tipo de obra e o fato de elas estarem aí paralisadas isso implica em, quer dizer, custos que nós entendemos que é muito ruim, é muito equivocados, sobretudo investimento em obras importantes. Vamos pegar essa situação, por exemplo, pegar a situação de Candiota. E já entro no segundo item. Na situação de Candiota, além da questão da obra lá, nós temos todo um complexo que envolve a questão de Candiota que eu acho que nós deveríamos examinar melhor, que vai desde a parte da vila operária, lá em Candiota, a parte residencial, um conjunto de equipamentos que estão lá, que acho que a gente tinha que verificar melhor. Eu acho que a Comissão deveria se debruçar melhor sobre esse tema, por exemplo, de Candiota. Eu acho que é caso específico, enfim, ele dialoga, sobretudo, um pouco com o segundo e o terceiro item, não é? Talvez menos, digamos assim, com o primeiro. Apesar de terem havido alguns investimentos, inclusive lá que hoje, pelo processo de depreciação, acompanhamento, o custo, inclusive de depreciação daquilo lá é muito pesado para ser sustentado pelo Poder Público e deveria ser verificado. Em segundo lugar, no



próprio levantamento há um conjunto de imóveis que estão sendo levantados como imóveis de propriedade do Governo Federal, mas que nós, por razões de não termos tido tempo hábil, inclusive para ver a situação em que se encontram esses imóveis, em relação à condição legal deles, o uso deles, se eles ainda, de fato, são da responsabilidade do Governo Federal, se foi feito algum regime, enfim, de transferência de uso ou de detalhamento, até avaliação de custo de aluguel, por exemplo, não tivemos esse prazo, mas eles estão levantados. E eu repito, inclusive, no documento que nós passamos a sua mão, Presidente, no final do documento, assinado pelo Governador, já está claro e diz o seguinte: “Destaca-se o caráter preliminar das informações e necessidade de ser feita uma análise mais profunda por esta CPI, buscando confirmar ou não se as mesmas — ou seja, as questões que nós levantamos aqui — se enquadram no objeto de investigação”. Exatamente para nós não levantarmos, enfim, questões que não se enquadram no objeto de investigação da CPI, e estaríamos, enfim, levantando questões que, depois, a gente mesmo não poderia sustentar, não é nem esse o sentido do levantamento que fizemos. O sentido do levantamento que fizemos é exatamente colaborar, enfim, passar um conjunto de informações, de modo que pudéssemos mapear um quadro e, a partir deste quadro mapeado, pudéssemos entrar e detalhar uma a uma. Quanto a imóveis usados de forma inadequada, eu citaria esta preocupação em relação ao Complexo de Candiota, como exemplo, mas eu acho que o Edson tem outras questões a levantar. Por favor, Edson.

O SR. EDSON SILVA - Eu já havia citado, Deputado, em resposta a sua pergunta, a situação do prédio da antiga Agência do INSS. Dei um exemplo ilustrativo da sua preocupação. Nós temos notícia, também, do patrimônio da Rede Ferroviária Federal, no Município de Rio Grande; há uma preocupação manifestada aqui relativamente a imóveis de propriedade da União, por ocasião da criação da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica, CGTEE, atualmente controlada pela União, para a qual foi passado todo o Complexo Termoelétrico de propriedade da CE, no Estado. A nossa Companhia Estadual, área ocupada pelas instalações de transmissão de energia da CE junto à Usina Termoelétrica Presidente Medici, de propriedade da CGTEE, foi considerada indevidamente como área da usina. Estamos em tratativas para regularizar essa situação. Então, não chega ser bem



aqui um litígio, não é? Lembraria a situação das balanças ao longo das rodovias, que algum recurso foi investido, essas obras estão em processo de depredação, e quase todas elas no Estado estão interrompidas. Recursos foram investidos ali, obras físicas chegaram a ser feitas, em alguns casos, balanças chegaram a ser instaladas e foram abandonadas. Acredito que o DNER deva ter — suponho, não é? — uma informação melhor sobre isso. E é a essa preocupação que o Secretário Adão Villaverde se referiu relativamente ao Complexo Residencial de Candiota, não é?

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Tem uma obra, Deputado, de um posto do INSS, que teve início em 1989, com a paralisação também no mesmo período, que era um posto que beneficiaria idosos. Um prédio com, mais ou menos, quatrocentos metros quadrados, teve a construção parada na metade e está abandonado desde esse período. Inclusive, é um investimento muito grande, um investimento total da obra em torno de quase 400 mil. Então a obra, evidentemente, já estava levantada, eu suponho, naquele relatório da CPI do Senado, como nós dissemos. Mas é outra obra, enfim, que nos preocupa, digamos, sobretudo pelo caráter da obra. Agora, não há evidentemente nenhum problema de — eu reitero isso — de irregularidades, digamos, em obras atualmente em execução, obras em parceria. E todos esses problemas, enfim, que nós detectamos e que se encontram nesse relatório, que está em suas mãos, dizem respeito a problemas de obras antigas, imóveis antigos. Quer dizer, esse caso, vamos supor mesmo, da obra do INSS, já é muito conhecido no Estado do Rio Grande do Sul. E isso consta evidentemente do relatório que nós passamos as suas mãos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Deputado João...

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES - Uma pergunta só. Era um esqueleto, um esqueleto abandonado?

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - É um pouco mais que a estrutura. Eu diria que...

O SR. EDSON SILVA - O suficiente para não ter utilização.

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - É. Eu diria que a obra deve ter aí em torno de estruturas, paredes, vamos supor assim, cerca de 40 a 45% da obra



executada. Isso já faz mais de dez anos. Isso começou em 1989, doze anos a obra. Então este é um, enfim, encontra-se...

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Esqueleto com essa característica, tem outro que o senhor conhece, não como Secretário, como cidadão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Deputado João Coser,...

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Jacuí é uma decisão desse tipo.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Com licença, deixe-me concluir.

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Jacuí é uma situação exatamente desse tipo.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Bom. Sr. Presidente, para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Eu queria agradecer as informações que nos são trazidas pelos Secretários, Dr. Edson e Dr. Adão, mas eu queria merecer mais um favor. Eu queria deixar um questionário para, no prazo de quinze dias, se vocês puderem, subsidiar a CPI — seria verdadeiramente interessante para a condução dos nossos trabalhos. Mesmo por que o nosso desejo é que, ao final desta CPI, nós possamos, com a colaboração inclusive dos senhores, desenhar um novo modelo de relacionamento do recurso público com a execução das obras. Muito obrigado, Sr Presidente, vou deixar isso com eles.

O SR. EDSON SILVA - Sr. Presidente, eu quero deixar registrado em nome não apenas do Secretário Adão, mas dos demais Secretários que aqui representamos, ou reiterar a nossa disposição de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Desculpe, Secretário, mas tem outros oradores inscritos que gostariam de fazer algumas perguntas para o senhor.

O SR. EDSON SILVA - Não. Eu só estou me reportando à demanda aí que o Deputado apresentou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Ah! Desculpe-me.

O SR. EDSON SILVA - Quero reiterar a nossa disposição de colaborar com o trabalho oportuno que a Comissão realiza, de maneira que nós vamos procurar acrescentar as informações que sejam necessárias à resposta do questionário.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Com a palavra o Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Sr. Secretário Dr. Adão, o sistema de trens é estadual aqui?

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Sistema?

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Sistema de trens.

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - O sistema de trens é federal.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Federal. Urbano, também?

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - É federal. TRENURB, federal.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - TRENURB é federal?

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - É federal.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Gostaria de fazer uma pergunta ao senhor. Os prédios, patrimônios do antigo INAMPS, que foram passados para as Secretarias de Saúde Estaduais, já foram totalmente transferidos ou ainda continuam no terceiro, a mando de terceiros?

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Eu acredito que a grande maioria está transferida.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Hospitais, prédios,...

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Prédios...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Sede...

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Sede... Sede, acredito que não. Mas boa parte desses equipamentos físicos já devem estar transferidos. Boa parte deles.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - A sede continua com quem?

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - A sede?

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - A sede do INAMPS aqui.

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - A sede do INAMPS...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Administrativa antiga.

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - A antiga sede administrativa do INAMPS continua no âmbito federal aqui. Continua, continua, não é Edson? É, continua. Administrada pelo...



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - O equipamento da Fundação Nacional de Saúde, todo o patrimônio da Fundação Nacional de Saúde continua com o Governo Federal ou foi transferido para o Estado?

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Essa da Fundação não saberia lhe responder. Teria que averiguar. Não saberia lhe responder.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Gostaria de lhe fazer um apelo.

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Perfeito.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - No questionamento do Relator, que o senhor analisasse isso, porque é muito importante esse patrimônio da Fundação.

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Perfeito.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - E o patrimônio do antigo INAMPS não está tendo procedência e, às vezes, o Estado nem sabe que tem esse patrimônio na mão, para receber.

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Não. Evidentemente a gente tem uma situação sob controle disso aí. Eu quero dizer que eu não disponho da informação. Mas posso verificar junto ao Secretário da Administração, junto à Secretaria da Saúde e obviamente passar essa informação para a Comissão. Não há nenhum problema.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Existem obras delegadas do DNR, do Governo Federal, do DNR com o Estado?

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Existe.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Quais as rodovias?

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Nós temos muitas aqui, não vou nem citá-las todas, mas vou dar um exemplo, nós temos algumas obras em transição. A gente chama de obras em transição do Governo Federal para o Governo do Estado, que são as BRs, que nós chamamos aqui de forma transitória as RSTs — Rodovias Estaduais em Transição. Para lhe dar um exemplo, vou-lhe dar um exemplo evidentemente porque eu não disponho de todas as informações.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Está bom, obrigado.

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Não há nenhum problema. Posso listá-las todas e passar à Comissão, mas nós temos uma obra, que é a obra Salto do



Jacuí, Arroio do Tigre. Ela é conhecida e eu a conheço bem. É a BR-481, o Deputado deve conhecer, e ela hoje é chamada RST-481. É uma obra que está em execução hoje. Ela está em execução. Um trecho está sendo executado pelo DAER, com recurso do DNER. Por coincidência, também tenho conhecimento, até o ano passado as obras iam andando bem. Este ano, 2001, tem 4 milhões de recursos do DNER para esta obra que ainda não foram liberados. Nós acreditamos, evidentemente, que vão ser liberados. Então, semelhante a esta obra, Deputado, nós temos outras situações, digamos de transição, de estradas federais para o Governo do Estado. Então, nós temos situações desse tipo. Esse é um caso de uma obra.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Mas existem obras delegadas, então?

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Existe, existe.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Outra coisa importante. O sistema de trens, a Secretaria de Planejamento, a Secretaria de Transporte do Estado, ela tem uma participação junta, um conselho.

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Tem, tem.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - É feito um conselho junto? Tem acompanhado todas as obras de trens que foi feito no Estado?

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Tem, tem. Nós temos uma política aqui no Estado de transporte intermodal, onde tanto a Secretaria do Planejamento quanto a Secretaria dos Transportes buscam intervir ou buscam estar presente em todos os espaços, onde não só se formulam as políticas, enfim, nessa área de planejamento, como acompanha o próprio processo. Nós, através da Secretaria do Planejamento — obviamente, muitas obras na área de transportes aqui, não as ferroviárias, mas no caso particular as obras rodoviárias, exatamente porque passa muito pela Secretaria de Coordenação e Planejamento — acompanhamos junto com a Secretaria de Obras, junto com a METROPLAN, que é a fundação que planeja o transporte metropolitano não só da Capital, mas inclusive de outras regiões metropolitanas do Estado do Rio Grande do Sul. Portanto, nós e a Secretaria do Planejamento temos um acompanhamento, sim.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - O Estado tem recebido dinheiro do FUPEN para ampliação, reforma, adequação de penitenciária do Estado? Tem alguma obra ou encaminhamento ou tem alguma obra parada?

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - O Estado tem recebido recursos, sim, do Governo Federal para obras nessa área. Eu não sei se desse fundo, não saberia lhe dizer se desse fundo. Nós temos aqui no Estado, sim, uma obra, digamos assim, que eu diria que se tornou uma situação clássica. Eu não me recordo há quanto tempo, enfim, esta obra está parada, mas trata-se de um presídio que abrigaria apenados na cidade de Rio Pardo, aqui próximo de Porto Alegre. É uma obra cuja licitação começou em março de 1990. E foi iniciada a obra na seqüência, uma obra no valor total em torno de 1 milhão e 700 mil. Uma obra muito importante ali para a região, mas que foi paralisada em 1991 e para retomá-la hoje os custos estão praticamente o dobro do que eram na época.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Mas recebeu recursos federais?

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Esta obra chegou a receber recursos federais, mas ela andou um pouco e parou.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - E é importante para o Estado.

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Se é importante para o Estado?

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Essa obra.

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Essa obra evidentemente é importante para o Estado.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Sr. Presidente, eu gostaria que se registrasse isso. Essa obra foi licitada em 1990. Automaticamente, tem que se rever todo o contrato dela, mas é uma obra importante hoje para o Estado. É isso que é a participação do Estado junto a nós, para ver o que é importante, Secretário, e o que não é importante. Existem muitas obras também que estão paradas, em que não são importantes continuarem a investir. E tem muitas obras que são importantes para o Estado continuar investindo. E esta Comissão é para isso, é para incentivar e cobrar do Governo também uma posição dessas obras para terminar. Então é uma obra muito importante. Depois eu gostaria que o Secretário pudesse até passar um relatório melhor sobre ela.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - A Presidência acata a sua sugestão.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - O senhor tem informação sobre o porto, tem acompanhado a dragagem, aprofundamento do canal de acesso ao Porto do Rio Grande?

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Porto do Rio Grande?

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - As obras do porto.

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Qual porto?

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES - O Porto do Rio Grande.

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - O Porto do Rio Grande ou o trajeto daqui de Porto Alegre?

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - O Porto de Rio Grande.

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Sim, sim.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - As obras, você tem acompanhado?

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Temos acompanhado, o nosso Governo tem acompanhado, tem acompanhado.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Está paralisada alguma obra? Há ocorrência?

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Nós temos lá, na situação do Porto do Rio Grande, um conjunto de intervenções de obras aqui do Governo do Estado, basicamente a questão dos moles do Porto do Rio Grande, e tem intervenções do Governo Federal lá. A nossa Secretaria dos Transportes tem acompanhado, eu não saberia lhe detalhar exatamente qual o nível de acompanhamento que nós, enquanto Governo, teríamos neste momento em relação às intervenções do Governo Federal, e posso evidentemente detalhar isso aí, passar para a Comissão de forma mais precisa.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Sobre os trechos dos transportes de trens que estão sendo executados, gostaria de perguntar para o senhor se estão em obras ou não, porque estão recebendo recursos e talvez não sejam obras estaduais mas federais, ou não. O senhor vai ter informação, mas acho que o senhor tem uma área que participa e acompanha esses trechos. O trecho de



São Leopoldo a Novo Hamburgo, expansão do sistema de transporte urbano, está em obra?

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Esse trecho está sendo licitado. O grosso dos recursos do Governo Federal, basicamente, as grandes aplicações de recursos do Governo Federal no Estado do Rio Grande do Sul têm vindo para o TRENURB. É uma tradição isso. Nós julgamos que isso é equivocado, nosso Governo. Esse aí é um caso. É importante essa obra, mas achamos que ela não está com seus recursos, digamos, hierarquizados, sobretudo pelas demandas necessárias para atendermos, por exemplo, nessa área de transportes no Estado.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - O senhor acha que esse recurso poderia ser aplicado em outra região ou o trecho seria melhor para atender à população?

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Nós achamos que essa quantidade de recursos que está sendo aplicada, poderia ser aplicada de forma hierárquica. Nós temos de avaliar bem se esta é a região que precisa, ou se outras regiões do Estado. Isso é o que estou querendo dizer.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - O trecho Sapucaia—São Leopoldo é o mesmo caso?

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - O Trecho Sapucaia...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - A São Leopoldo.

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Sim, o trecho Sapucaia—São Leopoldo é a mesma coisa.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Eu gostaria de agradecer...

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Essas obras são obras federais, só para reiterar.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - São obras federais. É importante porque tem obras federais também que são feitas no Estado. Às vezes, não têm participação do Governo do Estado nem do Município, mas são obras que poderiam ser aplicadas em outros locais, que seria melhor.

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - É isso que estou dizendo, é isso que estou dizendo.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - A CPI, Secretário, eu gostaria de registrar aqui...

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - O que eu quero lhe dizer, Deputado, desculpe-me, é que se nós pudéssemos dar uma opinião sobre esses recursos, talvez nós não fizéssemos, digamos, todos os trechos, talvez não fizéssemos a obra com as características que ela está sendo feita. Quer dizer, eu tenho uma opinião — sou engenheiro, projeto engenharia casualmente, inclusive conheço bem toda aquela área ali —, por exemplo, tem trechos ali de obras elevadas; sabe como é passar um trem em obra elevada. É um custo elevadíssimo. Se nós pudéssemos opinar sobre esse tipo de coisa, pelo que conheço, por exemplo, eu não faria obras com essas características. É isso o que eu estou querendo dizer.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Deixa-me fazer mais uma pergunta, para encerrar. O Governo do Estado do Rio Grande tem recebido recurso do Fundo do Meio Ambiente, do Ministério do Meio Ambiente?

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Tem recebido.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Todos os recursos estão sendo aplicados em obras?

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Eu não saberia lhe dizer. Evidente que estão sendo aplicados conforme os convênios, enfim, que a Secretaria do Meio Ambiente, que nós temos aqui no Estado do Rio Grande do Sul, tem acordado com o Governo Federal. Tem recebido recursos, sim.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Existem vários casos, em muitos Estados, em que são repassados dinheiro do Ministério da Saúde para os Municípios construírem hospitais, e esses Municípios, depois, não dão conta de sustentar esses hospitais que ficam abandonados, fechados, trazendo grandes prejuízos para as Capitais, porque os doentes têm que ser removidos para lá para serem atendidos.

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Perfeito.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - No Estado do Rio Grande existem hospitais fechados, construídos pelos Municípios com recurso federal?



O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Olha, não saberia lhe dizer neste momento, mas nós já tivemos situações desse tipo, já tivemos situações desse tipo. Neste momento não sei como é que está, mas já tivemos situações desse tipo. Nós temos hoje, e aí falo de modo geral, um programa de municipalização solidária na área da saúde no Estado do Rio Grande do Sul, que é uma situação modelo. Nós temos uma política de saúde hoje; eu me recordo, são áreas muito conflitivas, de grandes dificuldades, muita crise, recorrentemente. Mais recentemente, temos tido uma gestão na área de saúde, inclusive durante o período do nosso Governo, onde esse tema saúde tem sido, mesmo com algumas dificuldades, tratado com uma certa tranqüilidade. A população tem uma opinião positiva sobre a nossa gestão. Quero reiterar isso para a Comissão, que acho importante, sobretudo pela experiência da municipalização solidária aqui no Estado do Rio Grande do Sul. Quanto à pergunta, eu quero dizer que nós tivemos já problemas desse tipo. Eu não sei se agora nós temos, mas também dá pra gente passar essa informação para a Comissão. Após uma consulta à Secretária da Saúde, nós passamos imediatamente.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Obrigado, Secretário; obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Com a palavra o Deputado Sérgio Reis.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Sr. Presidente, nobres colegas, Sr. Secretário Edson Silva, Sr. Secretário Adão Villaverde, tenho alguns questionamentos que gostaria de fazer mais direcionado para o Secretário de Obras, Dr. Edson. Dr. Edson, o senhor pode me informar se a obra de ampliação dos moles dos transportes aqui do Rio Grande do Sul é toda ela com recurso federal ou tem participação do Governo?

O SR. EDSON SILVA - Toda ela com recurso do Governo Federal.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - O governo estadual não tem participação alguma?

O SR. EDSON SILVA - Ela é uma obra fundamental por conta de que opera o que é o nosso mais importante porto do Estado e um dos mais importantes do Brasil, então é uma obra fundamental. Nela necessitando não somente de recursos nos



moles como recursos para fazer, aprofundar a capacidade de movimentação. Mas são obras com recursos do Governo Federal.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Então o senhor a considera uma obra de fundamental importância.

O SR. EDSON SILVA - De fundamental importância para a economia do Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - O senhor tem idéia de quando teve início essa obra?

O SR. EDSON SILVA - Não, não. Adão, você tem idéia de quando começaram as obras dos moles do Porto do Rio Grande?

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Não.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Em que legislatura? Tem mais de cinco anos?

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Tem, tem.

O SR. EDSON SILVA - Sim, são obras antigas.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Mais de dez anos?

O SR. EDSON SILVA - Eu acho que se aproxima de vinte.

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Olha, vamos dizer que tem. Faz um bom tempo.

O SR. EDSON SILVA - Aproxima-se de vinte anos, eu tenho impressão.

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Vinte anos.

O SR. EDSON SILVA - Mas certamente mais de dez.

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - O Relatório anterior, do Augusto, Deputado Nardes, deve ter isso aí, exatamente, preciso.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Tem?

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Tem, com certeza.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Então terei oportunidade de...

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - É, acho que tem. Com certeza tem.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Tudo bem. Dentro desse período, os senhores poderiam me precisar se foi feita mais de uma licitação, já está na terceira ou continua...



O SR. EDSON SILVA - Não, não disponho. Não.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - No decorrer desses anos, ela já ficou paralisada por algum tempo?

O SR. EDSON SILVA - Paralisou, várias paralisações, várias.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Por falta de recursos.

O SR. EDSON SILVA - Por falta de recursos, exatamente. E num período teve um problema de irregularidade nos contratos. Num período, não saberia precisar bem, teve...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - O senhor depois poderia nos enviar...

O SR. EDSON SILVA - Se conseguirmos alcançar, sim.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Eu estou questionando a respeito desse mole, Srs. Secretários, é que eu sou de Sergipe e nós temos uma obra idêntica lá no nosso Estado. Já decorrem anos e anos e essas obras nunca foram concluídas. Como se trata de recursos públicos — inclusive é uma das iniciativas desta CPI que investiga as obras inacabadas, inconclusas, em todo o País —, eu queria fazer uma indagação ao senhor, Dr. Edson. Eu não sou um técnico em edificações, não sou um **expert** em contratos — se o senhor tiver conhecimento, não sei se o senhor pode esclarecer aqui para a gente —, mas é possível, é legal, por exemplo, abrir uma concorrência pública para se licitar uma obra, vamos supor, uma via expressa, e nessa via expressa o valor orçado, o valor inicial, é em torno de 50 mil reais, e uma empresa, vamos dizer assim, ganhou e colocou 30 milhões, vamos dar uma suposição, correto?

O SR. EDSON SILVA - Ganhou com uma proposta de 30 milhões.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - De 30 milhões.

O SR. EDSON SILVA - Para uma obra de 50.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Para uma obra de 50. E dentro dessa obra, vamos supor, passou-se um tempo, e por falta de recursos essa obra não deu prosseguimento, seria legal ou há mecanismos jurídicos nessa empresa... A proposta inicial do valor orçado foi 50 milhões; ela chegou, ganhou com 30 milhões. O senhor acha correto, por exemplo, renovar, depois de 2, 3 anos rever os preços dessa obra? Vamos supor, hoje já foram gastos 65 milhões nessa obra e para se concluir, em torno de 80 milhões. Isso é possível, mais de 100%? O aditivo eu sei



que é 25% mas, por exemplo, mesmo reajustando preços, com ampliação de mais alguma coisa, com a mesma empresa construindo?

O SR. EDSON SILVA - Acho que não há possibilidade disso. O exemplo parece absurdo.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Olha, eu digo isso porque ontem nós estivemos, não é Sr. Presidente?, no Estado de Santa Catarina, onde existe uma obra, uma via expressa cujo recurso foi orçado em 50 milhões. A empresa ganhou com 30 milhões, e hoje já foram gastos 65 milhões de reais e para se concluir essa obra, em torno de 80 milhões de reais. Isso, a mesma empresa.

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Sem licitação.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Sem licitação. Então, essa é uma denúncia que esta CPI tomou conhecimento. Nós, inclusive a Presidência que vem fazendo um trabalho excelente junto com nosso Relator, e toda a equipe da Câmara Federal já estamos começando a aprofundar. Mas isso graças a informações que os próprios Secretários nos têm passado, de denúncias anônimas, na maioria das vezes, que fazem com que a gente possa chegar a esses delitos.

O SR. EDSON SILVA - Eu compreendo, Deputado, a sua preocupação. Acho-a oportuna. Reitero que legalmente isso não há possibilidade de acontecer, e o exemplo sugere ser absurdo. Eu quero, me permita, aproveitar para falar do comportamento que nós, do Governo dos Estados, temos frente a circunstâncias como essa. Nós recebemos do Governo passado uma obra tipicamente inacabada, a então conhecida Piá 2000. Essa é uma obra orçada em 1 milhão e 200 mil, a empresa que venceu a licitação desistiu, nós estamos inclusive com um processo contra ela porque ela ganhou a licitação, tinha a obrigação de concluir a obra. Nós, o que fizemos? Convocamos a segunda empresa, que manifestou não ter interesse, e estamos com a obra em andamento com a terceira empresa, mas nós estabelecemos uma condição: ela pegaria a obra pelo valor da licitação da que ganhou à época. Obra de 1 milhão e 200 mil, a empresa que há 4 anos, 3 anos, ganhou a licitação, venceu com uma proposta de 1 milhão e 100; nós fomos até a terceira, ela faz a obra mas com o preço que a primeira tinha ganho, portanto um preço inferior ao valor orçado.



O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - E o interessante — eu queria até que vocês tomassem conhecimento a respeito disso — é que eu acho, não entendo muito dessa parte técnica de licitações, que se porventura fosse, como foi alegado, construção de novos canais, teria de se abrir uma nova licitação. Seria o mais provável. Se a empresa disse que não tinha condições, seria cancelado o contrato.

O SR. EDSON SILVA - Claro e aí a 8.666 prevê isso, quer dizer, mudou o objeto da licitação, a obra passa a exigir uma nova licitação.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Então isso já é um trabalho fruto da investigação desta CPI.

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Permite-me, Deputado? Acho que é bem apropriado também. Nós estamos respondendo. Criamos um mecanismo no Governo do Estado, acho que é outra questão. Eu não diria que é inovadora, mas acho que é importante associar com a Comissão. Nós estamos respondendo aos relatórios do TCU, Tribunal de Contas da União, acho que com uma grande propriedade a partir de agora. O quê nós estamos fazendo? Quer dizer, nós estamos criando um mecanismo de controle de informações em relação aos convênios, em relação a parcerias, em relação a recursos, inclusive do Orçamento Geral da União, que entram nas parcerias de obras — obras em parcerias aqui no Estado — podendo inclusive fazer um acompanhamento, digamos, e um planejamento dos recursos da União, não só dos recursos do Tesouro do Estado. Então, isso eu acho que é um instrumento muito importante, assim como fazemos com os recursos de financiamento de organismos multilaterais, recursos do Banco Mundial, Banco Interamericano, outros recursos, digamos, que acabam sendo aportados aqui no Estado. Acho que isso é um instrumento, um instrumento de gestão inclusive que possibilita a transparência, enfim, o instrumento para a Assembléia Legislativa, por exemplo, para o processo de participação popular aqui no nosso Estado, o que para nós é muito importante. Então, acho que vale a pena citar isso aí, porque isso nos dá, digamos, uma propriedade, uma condição melhor para responder ao Tribunal de Contas da União. Era isso.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Obrigado. Dentro do mesmo assunto, já que é a nossa preocupação, volto ao assunto do mole. O senhor teria condições de



nos informar quem diretamente cuida desses recursos para tratar dessa obra? Qual seria o órgão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Sr. Secretário, eu só queria solicitar que a resposta fosse um pouco mais condensada, por causa da hora. Nós temos um compromisso com o Governador.

O SR. EDSON SILVA - Vou responder em duas palavras: Ministério dos Transportes. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - São recursos federais? Direto da licitação feita pelo próprio Ministério?

O SR. EDSON SILVA - Toda a operação é feita pelo Ministério dos Transportes.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Sr. Presidente, eu gostaria, se fosse possível, pois não adianta eu fazer mais indagações a esse respeito, já que não tive condições de tirar as minhas dúvidas sobre esse problema — inclusive algumas informações sigilosas ainda não chegaram ao nosso gabinete, a respeito dessa obra — que esta Presidência solicitasse ao Ministério dos Transportes cópia do contrato de licitação dessa obra. Que mande para esta CPI toda a documentação necessária para tirarmos quaisquer dúvidas a respeito dessa obra: quantos recursos, qual o montante de recursos já liberados, o que já foi construído, o que está faltando. Que nos mandem oficialmente todos os relatórios, com cópia de licitação e toda a documentação necessária para que possamos nos aprofundar mais a esse respeito. Eu volto a repetir, no nosso próprio Estado do Sergipe, nós temos uma obra como essa que nos preocupa, e a própria população... não é bem cobrado. Nós, Parlamentares, nós, que elaboramos o Orçamento da União, que colocamos, na maioria das vezes, na emenda coletiva, recursos para determinadas obras que poderiam ser aproveitadas, talvez para a construção de casas populares, de saneamento básico, obras realmente sociais, que pudessem ter um cunho social maior, queremos apurar e investigar isso mais profundamente. E as obras, essa é a minha preocupação, Sr. Presidente, é que se levam anos e anos e anos. Os próprios Secretários aqui falaram que são aproximadamente vinte anos jogando pedra no mar. Então, esta é uma preocupação. Eu não tenho mais indagações a fazer. Pois não. O senhor queria falar?



O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Não, Deputado. O senhor pode concluir e depois eu falo.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Pois não. Eu só tenho a agradecer a presença de vocês. Eu me dou por satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Passo a palavra ao Secretário.

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Consta no relatório também, Deputado. É só para salientar que eu acho que foi um equívoco da minha parte, eu não referenciei. Nós temos uma obra, também, aqui no Estado, muito importante na Região Metropolitana, que seria a construção de diques para evitar cheias, basicamente em duas cidades, Cachoeirinha e Alvorada. São duas cidades da Região Metropolitana da Grande Porto Alegre. É uma obra que foi licitada mais ou menos em 1985 e começou a ser executada em 1986, portanto há muito tempo, e foi paralisada no início da década de 90. Uma obra de quase 10 milhões de reais, uma obra importante. Ela consta do relatório. Se essa obra fosse feita, por exemplo, nós não teríamos, de forma recorrente, quando ocorrem grandes chuvas na Capital, na Grande Porto Alegre, um conjunto de pontos de alagamento nessas duas cidades, que são altamente problemáticos para o Poder Público aqui na região, tanto para os Poderes Públicos Municipais como para o Poder Público Estadual. Isso está no relatório, é uma obra...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Esse relatório é o que o senhor entregou ao Presidente?

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Entregamos. Foi investido já praticamente... Eu acho que foi feito desta obra em torno de 60 a 70%.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - E está sem receber recursos?

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Esta obra está parada.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Há quanto tempo?

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Eu diria há uns dez, doze anos... Então eu acho que essa é uma obra que precisa ser examinada.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Pelo Ministério dos Transportes?

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Acho que esta obra é do antigo DNOS. Deve estar no Interior hoje.



O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Deve ser do Ministério do Interior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Integração Nacional.

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Interior não, Desenvolvimento Regional. Deve estar no Desenvolvimento Regional. Já concluo, Sr. Deputado. Também, só para reforçar, já que a gente falou em Rio Grande, na questão do Porto do Rio Grande, consta também do relatório, desocupado, um prédio da antiga agência do INSS. Na linha um pouco da preocupação do Deputado Teixeira, me veio essa informação agora: lá na cidade do Rio Grande, há toda uma preocupação, enfim, de talvez dar um uso adequado para esse espaço, e isso já nos foi notificado por um órgão do Governo do Estado do Rio Grande. Isso é só para dizer que tem relevância aquele tema que o Deputado levantou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Eu queria agradecer ao Secretário. Antes de passar a palavra ao Deputado João Coser, eu vou pedir também que as perguntas sejam um pouco mais curtas, bem como as respostas, porque temos uma audiência com o Governador e não podemos nos atrasar.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Um minutinho só. Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Pela ordem, tem a palavra o Deputado Norberto.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Para encerrar, eu gostaria de requerer, junto ao nosso Secretário do Estado, nossa visita a essa obra do DNOS que está parada há dez anos, que é aqui vizinha. É uma obra importante que recebeu recursos, que está parada há mais de dez anos.

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Doze anos, eu acho.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Há possibilidade de nós visitarmos essa obra amanhã ou na hora que o senhor puder marcar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Se der tempo Deputado, eu me comprometo a ir com V.Exa.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Só mais uma pergunta ao Secretário do Planejamento. É sobre o patrimônio das delegacias do MEC. A educação está passando para os Estados e os Municípios e as delegacias, o



patrimônio das delegacias está ficando para os Estados. O Estado do Rio Grande já recebeu este patrimônio?

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Das delegacias do MEC? Do Ministério da Educação?

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Isso.

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Aqui? Nós não temos nenhuma situação de recebimento de patrimônio do MEC, do Ministério da Educação para a...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Há possibilidade de informação mais concreta da Secretaria de Educação sobre isso?

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - É possível, mas eu já posso lhe adiantar que não tem. Mas é evidente que eu vou ter que lhe dar uma informação mais consolidada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Eu só queria pedir a colaboração ao Plenário, aos Srs. Deputados e também aos Secretários, antes de passar novamente a palavra ao Deputado João Coser, pela terceira vez. Eu queria pedir desculpas ao Sr. Marcelo Chaves Aragão, Chefe Regional do Controle Interno, Sr. Haroldo Augusto Novis Mata, Engenheiro Chefe do DNER, Antônio Augusto Ammirabile, Gerente de Patrimônio do Estado do Rio Grande do Sul, e ao Sr. Mário César Martins, porque nós vamos suspender a nossa sessão daqui a pouco por causa da visita ao Governador. Voltaremos às 17h30min, quando nós, então, retornaremos aos depoimentos de V.Sas. Com a palavra o Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Eu gostaria, Sr. Presidente... *(Falha na gravação.)*

O SR. EDSON SILVA - Sr. Presidente, enquanto o Deputado arruma o microfone...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Se for rápido, Sr. Secretário. É por causa do tempo.

O SR. EDSON SILVA - Eu queria acompanhar o raciocínio que o Secretário Adão fez acerca dessa obra, para deixar também registrado o quanto de prejuízo tem causado, evidentemente na nossa realidade aqui no Estado, a extinção do DNOS, coisa de dez, doze anos, o que confere com o prazo dessa obra. Toda a obra de drenagem, saneamento básico, desassoreamento, construção de diques



para defesa de enchentes, barrar a contenção, enfim, tudo isso são obras que exigem um volume grande de recursos, tudo isso está parado com a extinção do Departamento Nacional de Obras de Saneamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Deputado, nós temos vinte minutos para as perguntas e as respostas.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Primeiramente, vou cumprimentar o Adão e o Edson, representantes do Governo do Rio Grande do Sul, e dizer da satisfação de estar aqui, apesar do clima quente do início da reunião, das coisas indesejadas. É um prazer estar aqui, mas também é um ato de vontade. Nossa primeira iniciativa foi tentar esses dados através das correspondências com os Governos dos Estados, as Assembléias Legislativas, os órgãos do Governo Federal. Nós constatamos, com quase sessenta dias, que os órgãos não responderam às nossas demandas. Quanto chegamos aqui, lá no hotel, conversando com as pessoas daqui, mesmo no início, tínhamos a impressão de que nós íamos sair daqui como chegamos, que aqui não havia nenhum problema, nenhum esqueleto, nenhuma obra inacabada, e na verdade não é isso. Nós temos consciência de que no Brasil há muito dinheiro sendo desperdiçado, utilizado de forma indevida, principalmente por obras inacabadas. Nós temos aqui dois casos pelo menos que podem ser considerados emblemáticos: o presídio e, agora, esse dique. Então, a nossa vinda até aqui está se dando por uma “forçação de barra”, por pura obrigação. Eu sei que, de fato, muitas vezes acaba se tornando até chato, mas nós precisamos tentar fazer uma outra radiografia da situação do País, porque cada órgão que vai fechando eles vão abandonando os prédios. O DNOS fez isso, o INSS, os “amarelões”... Alguns estão alugados por um, dois ou cinco reais e outros sequer estão alugados, estão cedidos por comodato, ou por qualquer relação. Alguns estão sendo explorados por órgãos privados, por entidades privadas, de forma indevida. Então, o objetivo desta Comissão, além de olhar obras, é olhar a utilização indevida de bens e imóveis públicos. Então eu queria agradecer e fazer uma pergunta. Gostaria de saber se não tem, na área do Ministério da Agricultura, que tem pelo País afora e tem lá no Estado do Espírito Santo, os tais dos galpões, os galpões do Ministério da Agricultura ou do IBC, por aqui e se ele não tem utilização indevida. Uma outra pergunta é se seria possível, amanhã de manhã, além de visitar aqui na



região dos diques, também o presídio, que me parece que está paralisado. Se Rio Pardo é muito longe, eu não tenho noção. Eu queria fazer uma pergunta, porque eu não entendi a tal da obra do DNOS. Você fez uma referência muito passageira e eu não consegui entender a dimensão dela. Você colocou... “havendo conclusão da obra civil”. Você citou alguma coisa dos anos 60. Eu não consegui pegar, na velocidade com que você colocou, Edson, eu não consegui entender. Como é que ela está hoje? Acabou? Tem problema? Está parada? Esta pergunta eu gostaria que você tentasse detalhar um pouco.

O SR. EDSON SILVA - Pois não, Deputado. De toda maneira, eu fiz a leitura do material que nós passamos. Já está nas mãos do Presidente. Trata-se da informação da nossa Companhia Estadual de Energia Elétrica. São duas obras na área de transmissão, mas como o tempo está se encurtando, deixo aí o material. Eu queria também oferecer um comentário à intervenção que V.Exa. fez. Eu acho, de fato, oportuna. Volto a lembrar, nessa linha dos prédios públicos abandonados, o caso da sede da antiga agência do INSS, em Rio Grande, que está desocupada, completamente parada. Eu insisto nisso porque nós, no Governo do Estado, temos procurado ter outra prática. Há vários organismos do Estado que pagam aluguel. Pois nesse momento estamos no esforço para localizar prédios nossos que possam abrigar aquelas instituições do Governo, que hoje pagam aluguel. Temos, por exemplo, a situação da Caixa Econômica Estadual, que foi privatizada no Governo anterior. Então, vários prédios da Caixa Econômica Estadual estão abandonados. O que estamos fazendo? Estamos recuperando e, nesses prédios, estamos instalando vários órgãos de ponta, que hoje pagam aluguel. Então, não somente recuperamos as instalações de um bem público, como também isso nos representa uma economia de recursos despendidos com pagamento de aluguel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Eu queria agradecer a presença e a participação dos Srs. Secretários e suspender a sessão, retornando às 17h30min, após a audiência com S.Exa., o Sr. Governador.

O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Deputado, posso fazer um pedido? Seria possível, depois de feita a transcrição desta audiência, o senhor nos mandar cópia?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Pois não.



O SR. ADÃO RODRIGUES VILLAVERDE - Tá legal. Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Está suspensa a reunião.

(É suspensa a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Vamos dar início, então, a nossa reunião convidando o Sr. Antonio Augusto Ammirabile Medeiros, Gerente do Patrimônio do Estado do Rio Grande do Sul. *(Pausa.)*

Sr. Antonio Augusto Ammirabile, V.Sa. tem 10 minutos para suas exposições.

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Em primeiro lugar, quero cumprimentar V.Exas. e, em nome da Secretaria de Patrimônio da União, agradecer esta oportunidade de estar aqui. E considero extremamente relevante alguns esclarecimentos que a gente possa prestar no âmbito da Gerência do Patrimônio aqui no Rio Grande do Sul. Na verdade, eu até estou pensando que 10 minutos para as minhas considerações iniciais chega quase a um exagero, porque, inicialmente, eu gostaria de deixar claro que a Secretaria do Patrimônio, em qualquer dos seus níveis, ela não é responsável pela realização das obras. Então, quando nós falamos em obras inacabadas, nós não podemos pensar em Secretaria do Patrimônio. A Secretaria do Patrimônio, o que ela faz é, em primeiro lugar, disponibilizar as áreas para que sejam feitas as construções em cima dessas áreas. Então, por exemplo, se um órgão federal qualquer deseja fazer uma construção, a Secretaria do Patrimônio disponibiliza a área, faz o termo de entrega, se for da administração direta. Então, isso passa para responsabilidade e jurisdição direta daquele órgão e, após então a obra, esse prédio é entregue para ser averbado à Secretaria do Patrimônio. E é então entregue oficialmente a construção a esse órgão. Então, por exemplo, aqui em Porto Alegre, nós temos uma obra em andamento, que é uma obra do Tribunal Regional Federal, e sobre a qual, por exemplo, então a Secretaria do Patrimônio não tem ingerência nenhuma. Eu todos os dias olho a obra porque ela fica nos fundos do prédio onde está instalada a Gerência do Patrimônio. Todos os dias eu olho para lá, vejo que ela está sendo construída sobre um próprio nacional, que é o terreno. Mas nós não temos ingerência nenhuma sobre essa construção. Então, sobre este aspecto, nós não temos, assim, nem como ter o controle do que foi concluído ou não, não é? A menos



que alguém de repente não conclua. Eu confesso que aqui no Rio Grande do Sul é difícil de acontecer. Pelo menos os órgãos que se comprometem a construir constróem efetivamente. Pelo menos é essa a impressão que eu tenho tido nos meses em que eu estou lá. Essa até — eu me permito nesses minutos iniciais — é uma idéia que eu venho algum tempo defendendo, que eu penso que isso pudesse passar para a Secretaria do Patrimônio. A minha idéia é a seguinte: eu acho que a Secretaria do Patrimônio, que é um órgão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, poderia ser uma Secretaria com **status** de Ministério. E sendo uma secretaria com **status** de Ministério, ela poderia ter incluída entre as suas funções a de elaborar esses projetos dessas obras públicas. Porque, além de tudo, eu não consigo conceber que uma obra pública não seja concluída, eu não consigo também conceber que certas obras públicas tenham o gasto de dinheiro que algumas obras têm. Então, eu olho para alguns prédios que são feitos todos de mármore e granito e eu penso assim: que quem tem obrigação de gerir o dinheiro público... Eu não preciso fazer um prédio bom com mármore e granito. Nós aqui em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, não precisa nem olhar, é só olhar para o lado da rua tem o Palácio Piratini, que é um prédio belíssimo, tem mármore, pelo menos por fora, não é? Então, eu penso assim: poderia se atribuir à Secretaria do Patrimônio, e eu acho até que inclusive que se estaria mais dentro, seria uma atividade a mais e perfeitamente dentro de seu conceito de patrimônio ela fazer os projetos e, mais tarde, não a execução, mas a fiscalização desses projetos. Porque talvez uma das razões de haver obras inacabadas e desperdício de dinheiro em obras públicas é que cada um faz como quer. E aí pelo menos nós teríamos um padrão e saber exatamente a quem responsabilizar diretamente. Então, a responsabilidade é do Patrimônio pelo projeto. E, se não foi fiscalizada, porque que o Patrimônio não fiscalizou. Mas hoje, como está, é difícil fiscalizar. Então, essa é uma sugestão e que eu achei interessante. Bom, prédios públicos, utilização de prédios públicos. No Rio Grande do Sul, nós temos nos esforçado... Em primeiro lugar, nós temos uma carência enorme de prédios públicos. Quero dizer a V.Exa. que esse é um problema gravíssimo. A União Federal tem um problema gravíssimo de disponibilizar prédios públicos para os órgãos federais. E nesse sentido até eu quero dizer que a Gerência do Patrimônio aqui está fazendo inclusive uma permuta,



falando em gerir o dinheiro o público, numa necessidade que a Polícia Federal tenha muitos anos de uma sede nova, nós estamos negociando com a Caixa Federal uma nova sede para a Polícia Federal através de permuta, quer dizer, sem gastar um centavo do dinheiro, não é, entre um prédio já definido e outros imóveis da União Federal. E com isso, então, nós estamos disponibilizando um prédio que preenche todas as condições e onde nós também vamos assim nos livrar de uma série de prédios e imóveis que para a União não tem nenhum sentido ter e vamos adquirir um prédio que indiscutivelmente vai servir. Com isso... Outro também, nós estamos lá em Passo Fundo, também para a Polícia Federal, adquirindo uma área de mais de 8 mil metros quadrados sem gastar um centavo, numa área mais nobre, numa negociação que envolveu o Ministério do Exército. Então, nós também estamos conseguindo para a Polícia Federal lá. E eu penso que essas questões são importantes porque me parece assim: mesmo com todas as deficiências e com todas as dificuldades, basta que a gente procure os órgãos, que a gente entre em contato com eles, e todos estão sempre disponíveis a nos ajudar. Então, aqui, se nós temos muitos prédios que não servem à União, não sei se muitos prédios, mas nós temos muitos imóveis que não servem mesmo. Ainda este ano eu mandei uma relação para Brasília de oitenta imóveis já preliminarmente que se destinam à alienação. Aqui nós temos uma coisa curiosíssima. Nós temos um imóvel no Patrimônio da União que vale 300 reais. O que é isso aí? É um poço que foi feito, um poço artesiano no meio de um campo. Então, a área da medida é a área do poço que ficou para nós, não é?

(Intervenção inaudível.)

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE -

É. Fizeram um poço artesiano e esse poço artesiano ficou para União, no meio de um campo. Então, o raio desse poço vale 300 reais. Então, são umas coisas assim. Mas não é só aqui. Deve acontecer... Têm situações curiosas. Nós temos, por exemplo, coisas curiosas. A União recebe imóveis como pagamento de dívidas. Nós temos, por exemplo, um estacionamento em Canoas que vale 3 mil reais, num condomínio. Então, um devedor entregou para a Receita Federal um espaço de estacionamento num condomínio que está avaliado em 3 mil reais. Então, essas coisas todas nós vamos nos desfazer. Entram, não é, e nós temos que nos desfazer.



É curioso assim, que às vezes esses imóveis entram e eles aparentemente não tem mesmo nenhuma serventia, e daqui a pouco surge uma negociação em que até podemos permutá-los num conjunto com outros imóveis que vão trazer um imóvel que fica para a união. Por exemplo, nessa negociação com a Caixa Federal, não sei se nossa se interessa, porque é muito mais fácil para a Caixa Federal vender num condomínio esse estacionamento do que nós temos de fazer um processo de licitação para um espaço de estacionamento que... Então, são coisas que acontecem. Então, eu acho que aqui nós, nós temos aqui no Rio Grande do Sul 1.426 próprios nacionais, não é, que são imóveis de uso da União ou que... Destes 1.426, nós temos 330 sob a administração direta da Gerência de Patrimônio. Trezentos e trinta, não é? E alguns retornam para a Gerência Regional, depois de utilizado pelos órgãos, em bom estado, outros não. Às vezes é uma dificuldade para gente recolocar este imóvel com uso público, não é? Desses 330, oitenta já estão definidos como dentro de um projeto de alienação. E, além disso, só para ilustrar assim, além de administrar todo esse patrimônio, a Gerência Regional, também sobre terrenos de Marinha, tem sob sua jurisdição mais 9.500 terrenos de Marinha. E sobre esses terrenos de Marinha...

(Intervenção inaudível.)

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE -

Nós temos 9.500 terrenos de Marinha, porque nós temos também sob a jurisdição da Gerência Regional 700 quilômetros de litoral. Esses 9.500 não representam todos os imóveis do litoral, mas a parte já homologada e cadastrada. Uma parte, inclusive, desta área, lá em Rio Grande, por exemplo, nós estamos concluindo agora, depois de um processo que demorou quase 20 anos, a entrega de mais de 3 milhões de metros quadrados lá em Rio Grande que está sendo ocupada por aproximadamente 40 mil pessoas e, neste processo de cessão à Prefeitura de Rio Grande, nós vamos regularizar a situação de moradia de 40 mil pessoas que estão lá. E, aliás, é uma idéia que nós, que eu pelo menos tenho. Os imóveis públicos estão para servir ao serviço público e para cumprir uma função pública. A União não é e não funciona como um especulador. Eu não olho para um terreno e olho assim: "Ah, que bom que aquele meu terreninho. Deixa lá guardado para quando eu quiser eu vou lá vender". Não. A União, sempre que ela tiver disponibilidade, ela tem que colocar esses



imóveis à disposição. Então essa aqui é um... Eu não sei se cheguei nos meus 10 minutos ou não, é mais ou menos uma iniciação, assim, é o que faz a Gerência de Patrimônio aqui no Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Questão de ordem.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Só pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Pois não.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Gostaria que informasse ao Dr. Augusto que a CPI não é só de obras inacabadas, é de bens imóveis, bem patrimônio, de móveis e imóveis da União. Então, não é só de obra inacabadas. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Com a palavra o... Agradecendo a presença do Sr. Antonio Augusto, com a palavra o Relator, Antonio Augusto. É... a palavra para o Relator, o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Não é só Antonio Augusto, não é, isso é um nome e tanto. (*Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Antonio Augusto Ammirabile Medeiros e Albuquerque.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Dr. Antonio Augusto, eu acho que eu começo a minha conversação invocando o pensamento de que as coisas realmente acontecem. Existe aqueles que fazem a coisa acontecer, existe aqueles para quem a coisa acontece e existem aqueles que nem sabe por que é que as coisas estão acontecendo, e é em nome deles, desse povo, que eu vou querer algumas informações. A primeira, não quero ser repetitivo, mas gostaria de obter a sua afirmação: não tem nenhuma obra em execução sob a sua Secretaria.

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Exatamente. É. A Secretaria de Patrimônio não é responsável por obras. Então, por exemplo, eu, é...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sei, sei. Não é isso.

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Então não tem, então não tem.



O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - É, podia estar construindo um prédio para a Secretaria da União.

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Não, não, não tem.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Muito bem. Segundo. V.Sa. tem conhecimento de alguma obra irregular paralisada...

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Não.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - ...com comprometimento da legalidade na Capital e no interior do Estado?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Não.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Não?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Bom, além de eu não ter conhecimento, essa é uma informação que seria difícil de eu ter, porque como nós não temos o controle da obra, se ela começou ou não, porque não passa por ali... É por isso que quero enfatizar a V.Exa. que eu defendo a idéia de que o Patrimônio viesse a ser o responsável pelos projetos e pela fiscalização das obras públicas. Porque é curioso que uma pergunta como esta, que pode parecer contraditório, mas quem conhece o patrimônio sabe que não é, que o gerente responsável pelo Patrimônio da União no Rio Grande do Sul não saiba que obras estão sendo feitas, não sabe. Eu sei assim ó, eu sei que eu entreguei, por exemplo, uma obra, um terreno para ser construído, para ser construído uma sede do Tribunal Regional Eleitoral. Faz oito anos que essa entrega está feita, e até hoje o prédio não está construído, porque o Tribunal Regional daqui tem dificuldades em prestar verbas.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Procurando esclarecer mais a minha pergunta: o senhor teve conhecimento, mesmo pela mídia, de alguma irregularidade de alguma obra?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Lá no Rio Grande do Sul, não.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Não?



O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE -
Não.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Obrigado. Vamos então agora para a sua área. Sobre os imóveis urbanos e rurais de propriedade da União que estão sendo usado inadequadamente, o senhor tem conhecimento?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE -
Eu, eu...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Ou que está ocioso, constituindo ativo da União com ociosidade?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE -
Alguns eu sei que sim, não é. Por exemplo...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - O senhor tem a relação desses imóveis?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE -
Eu aqui não tenho, mas, por exemplo, já digo, por exemplo, havia um... postos do Ministério da Agricultura que foram desativados há 15 anos. São áreas que ficaram e estão em desuso, muitas delas. Agora também em muitas delas, na maioria dos casos, as próprias prefeituras, para evitar que aquelas áreas fossem invadidas, elas têm, informalmente, até muitas vezes, usado essas áreas. Ainda recentemente, essa semana que passou, eu... Nós temos um processo tramitando de uma área dessas em que está sendo solicitada por uma universidade em um processo de cessão. E nós achamos interessante ceder essas áreas mesmo, porque, inclusive, está dentro da previsão da Lei 9.636, não é. Agora, o que acontece assim ó, esses postos foram desativados e, se nós não recebermos esses imóveis de volta, nós ficamos imaginando que esse imóvel quanto é. A não ser que seja um desses casos que a gente sabe que foram... Mas, por exemplo, o Ministério da Agricultura deixa de usar um imóvel, ou qualquer Ministério deixa, ou qualquer órgão deixa de usar, ele tem que devolver isso para o Patrimônio, para o Patrimônio dar uma destinação para esse imóvel. Isso, muitas vezes, não acontece, não é. Às vezes, os imóveis ficam lá. Então, os irregulares das áreas, não, não é, mas que áreas não aproveitadas, sim.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sim. Eu lhe pergunto: quantos imóveis rurais e urbanos da administração, inclusive indireta, Caixa Econômica,



BNDES, até a Receita Federal, que estão ociosos na Capital e no interior? O senhor tem esse número?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE -
Não.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - É difícil o senhor...

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE -
Não. Tem um detalhe assim, os imóveis da Caixa Federal não são responsabilidade do Patrimônio da União, não é. A Caixa Federal é uma... Como autarquia, ela tem uma... ela mesma administra os seus imóveis. Então esses imóveis não ficam conosco. Agora eu posso levantar, sim, os imóveis que nós temos. Nós temos, por exemplo, eu sei, lá em Pelotas alguns hectares de terra em desuso, vamos dizer, que não estão sendo aproveitados, não é?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Rural?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE -
Em Pelotas.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Rural ou urbano?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE -
Rural. Mas, inclusive, às vezes eles ficam por algum tempo sem proveito, mas, agora recentemente, por exemplo, a Polícia Federal começou a examinar esses imóveis lá, até para instalar, pelo menos em parte deles, uma delegacia, porque a Polícia Federal não tem imóvel próprio em Pelotas, não é? Então, é difícil. É difícil assim, porque às vezes a gente não tem mesmo o imóvel, fica um determinado período sem, mas, daqui a pouco, surge um aproveitamento para ele, não é?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Dr. Antonio, quais as providências que a Secretaria tomou junto ao Ministério do Planejamento, com vistas a desmobilizar esses ativos que são considerados ociosos?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE -
Bom, todos estes que estão considerados, já estão numa lista, em Brasília, de alienação. Então, nós encaminhamos, cada Gerência Regional, os seus imóveis, que nós entendemos que não tem nenhum interesse para a União. Então, daqui nós encaminhamos, num primeiro momento, oitenta imóveis.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Oitenta.



O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE -

Que vão ser desmobilizados.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Em relação aos terrenos de Marinha, qual é a situação aqui junto à Secretaria?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE -

Bom, deixa eu só fazer uma... Nós temos aqui uma área grande de terrenos de Marinha. Em outros Estados nós temos até mais, mas aqui nós temos bastante. Nós estamos no processo ainda que uma parte desta área do litoral não está demarcada, não é? Mas, em Rio Grande, nós temos um problema mais sério, porque a cidade é praticamente toda terreno de Marinha, não é? E é uma cidade de 150 mil habitantes. Então, nós tínhamos e temos lá na Gerência Regional processos que vinham há muitos anos sem se resolver na Gerência. Processos de cessão para a Prefeitura, para poder regularizar, porque, na verdade, está acontecendo o seguinte, as pessoas estão morando em cima dos terrenos de Marinha e não conseguem regularizar sua situação. E isso vinha andando há vinte anos, não é? Eu assumi a Gerência de Patrimônio da União em 20 de março deste ano, e a própria Secretária de Patrimônio, a Dra. Maria José, me disse: "Olha, nós temos um problema grave em Rio Grande, não é?" Que era o plano de regularizar a cessão dessas áreas, que, acima de tudo, é uma questão importante do ponto de vista social. Eu fui a Rio Grande, conversei com o Prefeito e fiz a seguinte combinação, se ele me desse uma sala e um computador, eu levava uma força-tarefa, não é, da Gerência de Patrimônio, e nós ficávamos uma semana em Rio Grande para resolver esse problema. E dez dias depois nós fomos. Então, depois de vinte anos, nós, em uma semana em Rio Grande, em tempo integral, nós resolvemos problemas que estavam há vinte anos, e eu acho que nós resolvemos vinte anos para trás e vinte anos para a frente, não é? Eu até me permitir trazer algumas manifestações da imprensa de lá, no período que nós estivemos, não é, e que envolve, num primeiro momento, mais de 3 milhões de metros quadrados. Quarenta mil pessoas que é... Como eu digo, houve cidades no Rio Grande do Sul que se emanciparam 3 mil pessoas. Então, nós estamos resolvendo o problema de uma cidade de porte médio. Isso, depois de 16 anos, nós estamos nesse processo de... Esse problema não é grave em outros lugares. Em outros lugares nós temos problemas de pessoas que estão sobre



terrenos da União, mas nada que seja preocupante, não é? O que nós temos de mais de preocupante é pessoas que ocupam terreno de Marinha, e não pagam para ocupar esses terrenos de Marinha. Isso, sim. Para isso nós já estamos definidos. Pelo menos a Gerência de Patrimônio aqui, por meu intermédio, já resolveu que no início do ano que vem nós começamos um processo de busca dessas pessoas que estão ocupando terrenos de Marinha e não estão pagando para estar em cima desses terrenos.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Dr. Antonio, esses imóveis que estão regularizados, isto é, que têm escritura, essas transações que são feitas entre comprador e vendedor passam pela concordância ou passam pela autorização aqui da sua Secretaria? O cartório de registro de imóveis exige isso?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Exige, exige. Se o terreno é um terreno de Marinha, exige.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - É?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Se o terreno é um terreno de Marinha, exige. Bom, então aqui vale uma observação importante. Não é o caso de Rio Grande, porque quase toda a cidade de Rio Grande está regularizada, mas temos outras praias aqui em que — e isso tem acontecido bastante — não existe no registro a indicação de que aquele é um terreno de Marinha. Então, a pessoa vai, faz a escritura, registra no Registro de Imóveis a escritura, sem passar pelo Patrimônio da União.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - E você não tem a localização dessa área? O cartório faz? Teria que ser advertido aí. Ele não pode fazer.

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Faz, faz, faz.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Ele tem que saber que é passível de nulidade da escritura.

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - É, mas ele faz.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Mas ele já foi advertido pelo Secretário de que ele não pode fazer?



O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE -

Bom, já falamos.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - É por escrito?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE -

Sim, por escrito.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Eu queria uma cópia desse expediente.

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE -

Até recentemente eu tive um caso desse em Torres, porque foi um caso que nós... A pessoa diz: "Ah, o que houve aqui? Esse terreno nunca foi de Marinha." E aí chegou ao meu conhecimento. Mandei um expediente, adverti o Registro de Imóveis e mandei um expediente para a Corregedoria-Geral da Justiça. Mas, para evitar uma situação destas, há uns trinta dias eu fui a Torres, que foi onde aconteceu o episódio. E cheguei à conclusão do seguinte: talvez a culpa fosse mais nossa do que deles. Então, eu me dirigi ao Corregedor-Geral da Justiça e enviei, nesta semana passada, conforme entendimentos meus diretamente com o Corregedor-Geral da Justiça, os mapas, as plantas e a lista de todos imóveis que são terrenos de Marinha cadastrados, para que... Então, o que a Corregedoria vai fazer? A Corregedoria vai informar ao Ofício de Torres: "Está aqui a planta, está aqui a lista do Patrimônio da União de todos os terrenos que são terrenos de Marinha e, a partir de agora, nenhuma transferência é feita mais sem passar pelo Patrimônio". Quer dizer, chegou ali na hora de registrar, ele vai olhar no mapa e vai olhar na lista. Se ele fizer alguma dessas transferências, ele, pessoal, arca com o custo.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Dr. Antonio, quantos funcionários o senhor tem na sua Secretaria?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE -

Ah, bom. Nós, lá, somos, incluindo o Gerente Regional, somos dezesseis funcionários. O que é realmente muito complicado.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Eu queria lhe agradecer pelas informações que o senhor traz a esta Comissão. E queria, se fosse possível...

(Intervenção inaudível.)



O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Eu queria lhe agradecer pelas informações que o senhor traz a esta Comissão e vou lhe pedir... Nós temos aqui um relatório que nós gostaríamos que fosse preenchido pelo senhor...

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABLE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Com muito prazer.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - ...e encaminhado à CPI, mas eu tenho um interesse muito grande em conhecer o número desses imóveis, certo, que estão aí, e, sobretudo, essa portaria que foi encaminhada ao cartório para ele cuidar que isso se faça. Senão, nunca mais o senhor vai ter oportunidade de consertar. Mesmo que passando a exigir, na medida em que a transação vai existindo e verificando a localização, certamente, você vai ter um horizonte, mesmo que seja a longo prazo, mas que regulariza. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABLE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - De nada. Eu é que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Queria agradecer, mas antes vou passar a palavra ao Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Dr. Antonio Augusto, o senhor informou que tem 1.426 áreas do Patrimônio; 330 estão ocupadas?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABLE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Não, são 1.426 que nós chamamos de próprios nacionais. Então, por exemplo, o prédio onde nós estamos instaladas, que é o prédio da Receita Federal, em Porto Alegre, é um próprio nacional. Então, nós temos 1.426 imóveis que são considerados próprios nacionais. Destes 1.426, 330 estão diretamente ainda sob a jurisdição da Gerência de Patrimônio.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Os 1.096 restantes estão sob a gerência de quem?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABLE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Bom, esses 1.096 restantes estão com os diversos órgãos federais que nós temos aqui. Por exemplo, nós temos, então, se não me engano, são 230 com o Ministério do Exército — não vou saber os números todos —, mas do Ministério do Exército eu sei porque são muitos; nós temos o Comando Naval, que tem onze imóveis. Então, estão entregues a diversos órgãos. Quem tem é a Universidade Federal, os prédios



da Universidade Federal; da Fundação do Rio Grande; da Marinha; da Capitania dos Portos.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - São ocupados por órgãos federais?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABLE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Estão ocupados por órgãos federais.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Desses 1.426 tem algum imóvel invadido ou ocupado por terceiro?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABLE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Temos. Um eu tenho bem presente, uma coisa curiosíssima, é a metade de um andar no prédio do Edifício Brasília, aqui, em Porto Alegre, que nos custa 1 mil e 700 reais de condomínio, por mês, e que está invadido por um sindicato dos sem-terra.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Existe outros invadidos por terceiros para uso próprio?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABLE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Não, que eu tenha conhecimento não.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Os terrenos de Marinha são 9.500.

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABLE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Permita-me corrigir.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Pois não.

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABLE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Temos atrás do Ministério da Fazenda uma parte desses terrenos também que são destinados ao Tribunal Regional Eleitoral que está invadida, sim, e estão em processo de reintegração.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - E esse condomínio que o senhor citou há pouco é terreno de Marinha?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABLE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Não. Não. Essa invasão, a outra, a primeira que eu falei?

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Isso.

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABLE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Não, este é um prédio de escritórios. Eles entraram dentro da metade do andar do



edifício e ocuparam e estão lá invadindo. E nós pagando a conta. É um sindicato dos sem-terra.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Os terrenos de 9,5 mil da Marinha, quantas ilhas nós temos cadastradas aqui no Rio Grande? Ilhas.

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Bom. Ilhas, ilhas, aqui, nós temos uma curiosidade. Porque ilhas de mar nós só temos a Ilha dos Lobos, que esta é protegida pelo IBAMA, não é? Está sob a jurisdição do IBAMA, não é? Nós não temos assim aqui como no Rio de Janeiro.

(Intervenção inaudível.)

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Então, ilhas de rio nós devemos ter aqui umas duas ou três, porque as ilhas de rio só nos interessam aqueles rios que são rios de fronteira com outro país.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Mas no mar nós não temos ilhas?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Não, no mar não.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Nenhuma ilha?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Nenhuma.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Esses 9,5 mil terrenos da Marinha, faixa, tem algum condomínio de luxo, hotéis?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Um hotel nós temos aqui. Nós temos uma discussão na Justiça também. Nós temos um hotel. Nós temos ali em Tramandaí uma discussão com um restaurante bem conhecido lá, o Baronda, que também não paga, porque eles entram na Justiça para não pagar as taxas, conseguem uma liminar, ficam discutindo, demora, não é? Então, nós... Agora, condomínios de luxo, eu, salvo algum engano, nós não devemos ter nenhum, não é, de invadidos.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Mas casa de praia sim?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Bom, casa de praia nós temos. Por exemplo, agora mesmo, lá em Torres, quando



eu estive um dia desses, que eu fiz uma... Nós temos algumas casas de luxo construídas sobre terrenos de Marinha que não estão cadastradas.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - E pagam?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - E não pagam nada. Então, é por isso que eu... O que eu decidi? Eu decidi que, no início do ano, nós vamos fazer uma **blitz** para cadastrar essas pessoas, notificar essas pessoas, em quinze dias regularizar esta situação. Para isso, eu inclusive já contatei a Polícia Federal para que nos dê apoio, porque tem gente que não vai gostar, não é? Mas que existem casa de luxo, existem sim.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Esses 9.500 o senhor calcula que estão todos invadidos?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Não. Não. Desses 9.500 nós temos eles... invadidos não. Eu acho que isso são áreas que nós consideramos como regularizadas. Elas não estão invadidas. As invadidas são outras que nós não temos cadastradas. Lá em Torres, uma mansão que eu vi, aquilo é uma área que não foi individualizada.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Fora os 9.500 tem mais áreas invadidas?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Tem outras. Ninguém tem dúvida. Inclusive, através desse procedimento que nós vamos adotar, eu imagino que isso, somado a outras medidas que nós estamos tomando, nós vamos dobrar o número de imóveis cadastrados e dobrar, por consequência, a arrecadação da gerência aqui.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Existe uma licitação para vender esses imóveis agora e quantos estão pagando taxa e quantos não estão pagando taxa de ocupação?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Bom, eu... Quantos estão pagando eu não vou saber lhe dizer. Desses 9.500, nós temos um índice alto de inadimplência. Isso é certo. Até porque as pessoas mudam de endereço, não comunicam o endereço. Então, nosso índice de DARFs devolvidas, porque a pessoa não mora mais, ou não tem quem receba, é alto. Às vezes, chega a 40%.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Deixa só eu fazer uma pergunta. O senhor responde se o senhor puder. O senhor não tem autonomia, em vez de deixar esses terrenos do Ministério da Agricultura ser invadido, ou ceder para a Prefeitura para plantar num ano, ou usar para uma escola, ou usar... ou o Governo do Estado, ou algum órgão usar só precariamente, ou precisa passar por Brasília?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Bom. Precariamente, posso fazer sim. É só eu saber que esta área está livre e que há interesse na área, e eu faço isto, não é? Isso é bem comum eu fazer, não é? Se eu souber, não é?

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - E esses processos quando dão hotéis, casas de praia ocupado, existe aí um processo já de cobrança na Justiça, no Ministério Público?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Existe. Existe. Existe. Quase todos esses casos eu diria que estão sendo objeto de discussão judicial.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Só uma informação extra oficial. O senhor recebe em torno de 10% ou recebe, perde 90% que a União está perdendo hoje de taxa de ocupação ou mais.

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Não, é bem acima de dez o que nós recebemos. Eu acho que, a impressão que eu tenho é que nós devemos receber lá em torno de 50% a 60%.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Mas valor irrisório?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Bom, é que os valores da taxa de ocupação... Não, os valores da taxa de ocupação são calculados de acordo com o valor da área, não é? Nós avaliamos lá e temos as receitas também dos laudêmios. Cada vez que transfere também é calculado de acordo com o valor do imóvel no momento da transação. Não é um valor irrisório porque não é aluguel. Se nós tivéssemos aluguéis aí as coisas ficam difíceis mesmo, porque os aluguéis ficam muito deteriorados com o curso do tempo, não é. Mas a taxa de ocupação não. É que a taxa de ocupação é um valor pequeno, não chega a ser irrisório, mas é... Por exemplo, o que eu diria... Num terreno,



normalmente uma pessoa vai pagar 300 reais assim na média, 300 ou 400 reais por ano para ocupar um terreno da União.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Essa garagem que o senhor citou, esse condomínio que o senhor citou aqui da Caixa é aqui em...

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Em Canoas.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Em Canoas? Vizinho aqui.

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Não, o Condomínio não, o condomínio é um condomínio privado, não é. É que eu quero ver se coloco isso numa transação, porque, às vezes, outras pessoas têm mais facilidade de vender do que nós.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Mas é do Patrimônio da União?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - É do Patrimônio da União.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - É aqui em Porto Alegre?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - É. Em Canoas, considerada a grande Porto Alegre. Fica a uns 15 quilômetros daqui.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - E esse edifício que é ocupado também por sindicato é aqui em Porto Alegre?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Esse sim, é aqui em Porto Alegre. Aqui no centro de Porto Alegre. Edifício Brasília.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Sr. Presidente, eu gostaria de requerer a esta CPI a visitação desta CPI nesse prédio onde está invadido no sindicato, e nesse condomínio que o Dr. Antonio Augusto citou.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES - Visitação?

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Visitação *in loco*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. Peço para o senhor formalizar a solicitação e nós iremos amanhã e eu queria convidar a nos acompanhar.

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Com muito prazer.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Eu gostaria de agradecer, doutor.

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABLE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - De nada, é um prazer, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Antes de passar a palavra aos colegas Deputados, só para que pudesse objetivar mais as perguntas, se bem que a coisa está andando e a gente está no estímulo porque as coisas, esse assunto, às vezes, é meio empolgante. Mas eu gostaria de solicitar também ao Dr. Antonio para a gente condensar um pouco mais por causa do tempo. Passo a palavra ao Deputado Sérgio Reis.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Antonio Augusto, vou ser breve, já que as indagações do nosso Relator, nosso companheiro e amigo Norberto Teixeira tiraram, quase que na totalidade, as dúvidas e os questionamentos que eu gostaria de fazer ao senhor. Mas o que me deixou preocupado e até um pouco estarecido foi essa informação que o senhor acaba de nos informar, não é, de uma propriedade da União onde se instalou um condomínio de luxo e que, amanhã, eu quero até parabenizar a iniciativa aqui do nosso colega de requerer do Presidente a visita **in loco** desta Comissão, aproveitando que nós estamos aqui em Porto Alegre, para que a gente possa observar isso, não é, e que posteriormente o nosso Relator e esta Comissão irá fazer um relato a esse respeito. Mas aqui no Estado do Rio Grande do Sul não existe nenhuma ilha?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABLE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Existe ilha, mas eu quero dizer assim, são muito poucas as ilhas sob a jurisdição da Secretaria de Patrimônio.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - E essas outras ilhas estão sob a jurisdição de quem?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABLE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Do Governo do Estado, não é? Porque qual é a... Porque isso é importante. Como é que eu sei se isso corresponde à responsabilidade da Secretaria de Patrimônio ou não? Primeiro lugar, você está num rio que seja fronteira de Estado — de Estado, quando eu digo, é de países, não é — esses imóveis, os rios eles são rios federais,



ou em rios que tenham influência de marés até onde tenha influência das marés, não é?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Hã, hã.

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Então, se não se estiver dentro deste quadro, fica fora.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Sim, mas vamos ser mais, é...

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Ilhas de mar! Ele quer saber de ilhas de mar.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Isso.

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Não, ilhas de mar, não.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Vamos ser mais claros. Eu vou ser mais direto, não é? Vamos ser mais objetivos. O senhor conhece... Porque foi, inclusive, recentemente, algum tempo atrás, foi notícia em todo o País, uma revista de, a nível nacional, não é, publicou em alguns Estados algumas ilhas que estavam sendo alugadas por valores irrisórios, não é, 100 reais, 1 mil reais, 2 mil reais, não é, ilhas que custam milhões e milhões de dólares. O senhor tem conhecimento de algum fato ocorrido aqui no Rio Grande do Sul?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Não, aqui não. Aqui não. Não. Embora eu... Até, eu quero esclarecer o seguinte, eu não me oponho que essas ilhas sejam ocupadas.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Hum, hum. Mas pelo valor...

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Claro, não é, e até porque existe... Quando estive em Rio Grande conversando com o Almirante,...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Hum, hum.

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - ... que é o Comandante do V Distrito Naval, existe até o interesse em que essas ilhas... Porque enquanto essas ilhas são ocupadas desta forma elas não são ocupadas por traficantes...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Uma outra indagação. Em média, quanto se arrecada aqui no Rio Grande cobrando essas taxas, não é?



O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE -

Bom.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Em média. Vamos ser claro.

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE -

A média anual da Gerência do Patrimônio aqui é entre 1 milhão e 600, acho que 1 milhão e 800.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Isso, na sua opinião, isso está dentro do nível satisfatório, pode-se trabalhar em cima para que se arrecade muito mais ou o senhor acha... Em média, assim em percentagem, o que o senhor acha da capacidade de arrecadação?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE -

Não, eu estou convencido de que isso pode se triplicar, esse valor. Se nós tivermos estrutura, que nós não temos, porque com dezesseis funcionários... Para ter uma idéia, todas essas ações de usucapião passam pela Gerência de Patrimônio. São trezentas por mês. Então, quer dizer, o número de funcionários fica muito difícil, não é, se um fica doente, meu Deus do céu, pára praticamente um setor lá.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Eu agradeço as informações do senhor.

Não vou me alongar, até porque tem outros companheiros, mas que isso que o senhor acabou de nos dizer já foi também motivo de apreciação desta Comissão, não é, para que esta Comissão possa, posteriormente, no seu relatório, dar sugestões para os órgãos governamentais, inclusive para se fazer convênios com as universidades, não é, com outras instituições, com a própria Caixa Econômica para dar subsídios e condições de trabalho para a sua gerência. Então, muito obrigado.

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE -

Eu só gostaria de fazer um último esclarecimento que é importante. Nesse condomínio, onde está invadida essa área, não é um condomínio residencial, não é, é um condomínio comercial. Só para a gente...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Antes de passar a palavra ao Deputado Augusto Nardes, o Deputado Anivaldo Vale quer fazer uma pergunta rápida.



O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Eu não sei se é rápida, Presidente. Vou fazer uma pergunta. O senhor nos afirmou que encaminhou para o Ministério a proposta de venda de 89, foi isso mesmo?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Isto.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Eu queria que o senhor esclarecesse para nós, duas coisas. A primeira, essa venda que está sendo procedida é amparada pela 8.676, a licitação?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Sim, sim, todos esses imóveis vão ser licitados.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Muito bem.

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Todos.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Ótimo. Agora, a forma de pagamento, qual é? À vista, a prazo?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Bom, em princípio, é à vista, não é, mas a legislação do Patrimônio da União permite que o Patrimônio parcele, se for o caso, não é, mas em princípio, é a vista, não é?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - A preocupação está aí. Eu acho que no momento em que se apresentar uma proposta até como forma de inovação, porque o sentimento que a sociedade tem lá fora é que, para adquirir, só pode adquirir esse imóvel se pagar à vista.

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Mas pode ser parcelado.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sim?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Pode ser.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - É por isso que eu estou lhe perguntando. Então, no momento em que a própria secretaria, ou a própria gerência desse Patrimônio divulgar de alguma forma que aqueles imóveis serão regularizados com uma parcela, vamos supor, desde que garanta o poder aquisitivo da moeda, você elastece esse prazo, baixa o valor da entrada, 5% ou 10%, não sei, do imóvel,



e o resto vai financiar com cinco ou com dez anos, eu não sei qual o prazo, ou com quinze. Mas o importante é que eu acho que você dá um grande lucro à sociedade, na medida em que você tira esse ônus. Hoje você tem dezesseis funcionários, e do seu Estado vizinho, aqui, de Santa Catarina tem trinta...

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE -

Conheço bem lá.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - E ele me colocou em uma situação que é muito mais aflitiva do que a sua. E aí eu posso até dizer que, em função das informações que você me traz, aqui, nesta CPI, você traz com uma segurança, com um conhecimento bem mais profundo do que a gente observou lá, eu achava que tinha que criar um fato novo, porque, hoje, você com dezesseis funcionários não dá para administrar o quê? O tamanho desse bolo. Mas talvez se você entrasse com um processo de desmobilização forte, e a partir desse processo você criar e mostrar para a sociedade que ela tem uma oportunidade de regularizar a sua situação através de um parcelamento, e esse parcelamento ficar compatível com a renda da pessoa, certamente nós vamos dar um passo positivo nesse contexto. Então, eu não conheço nem **en passant** as suas atribuições. Você deve ter base e condições operacionais nesse sentido, que têm que ser respeitadas, porque são regulamentadas por lei. Agora, se você tiver campo para sugerir ao Governo um novo procedimento para indicar um novo relacionamento do Governo com esse público, certamente nós vamos estar dando um passo promissor no campo da regularização desses imóveis.

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE -

Ah, não tem dúvida. E quero dizer a V.Exa. que nós temos, lá, nos empenhado bastante em que imóveis que não sejam de interesse do serviço público não devem compor nosso patrimônio. Esse é um pensamento que temos bem presente, e não é só daqui, inclusive, da Secretária de Patrimônio. Agora, só para concluir, esses imóveis que nós temos e que não nos servem, embora eles assim nos incomodem do ponto de vista de que estão ali, mas eles não influem, assim, em relação ao nosso serviço, aos nossos funcionários. Porque o problema é que para administrar, para fazer a cobrança dessas taxas de ocupação, desses fóruns, desses laudênios, é impraticável. A nossa questão só não... É que lá em Florianópolis, como é praia,



então ele tem um impacto direto, porque as pessoas já moram na praia, moram na frente da Secretaria de Patrimônio.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Você cobra isso através dos bancos, é? Carnês e manda para lá?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - A gente manda os DARF, e as pessoas pagam. E hoje a Secretaria de Patrimônio já disponibiliza, inclusive, pela Internet, o pagamento do DARF. Então, as pessoas não precisam nem vir. Em cidades como Rio Grande, o próprio cartório já manda para gente. Então, por isso que as pessoas não vêm muito aqui. Agora, lá em Florianópolis, as pessoas moram na frente da Gerência, atravessam a rua, está todo mundo lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Bom, eu queria passar a palavra ao Deputado Augusto Nardes.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a questão que eu gostaria de fazer é sobre esse cruzamento. Acho que é fundamental evitar o desperdício do dinheiro público. Ou seja, quando nós apresentamos e requeremos essa Comissão Parlamentar, é que, quando eu fiz, aqui, uma CPI no Estado, eu constatei muito prédio abandonado e sem uma avaliação, e sem um controle por parte do Estado. E isso também acontece com a União. Então, eu queria saber como é que está sendo feito esse controle, para que seja evitado o desperdício. Acho que isso é fundamental. Ou seja, queria que o senhor aprofundasse um pouco mais, explicasse melhor isso. Essa é a primeira questão. Segunda questão, 9.500 terrenos de Marinha, como é que está essa situação também, aprofundar um pouco mais. Como é que é feito esse controle? Chegou a dizer que tinha muitos terrenos invadidos, não é. Quais as providências que estão sendo tomadas para retirar as pessoas, qual é a política, qual é a condição de estrutura que existe. Então, essa é a segunda pergunta. E a terceira pergunta, para ser bem objetivo e breve, é em relação a esse projeto que tu sugeres, que a Secretaria de Patrimônio seja responsável pela administração e feitura de obras para a União, se foi bem assim que eu entendi, se é esta a idéia, é esta a sugestão. Basicamente essas três questões, para ser bem objetivo.



O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE -

São três questões que... Mas eu agradeço muito o interesse de V.Exa. Bom, então vamos à primeira: a Secretaria de Patrimônio da União, por força de lei, está recadastrando, até o final do ano — e tem e precisa estar recadastrado até 31 de dezembro —, todo o patrimônio da União Federal. Isso aí está entrando naquilo que a gente chama do SPN-2000, que é o sistema... E é um controle muito mais sólido do que o que nós temos até hoje. Através desse sistema de recadastramento, nós vamos conseguir, se colocarmos um mapa no computador, botar uma setinha no computador ali e dizer, por exemplo, Manaus, e saber qual é o imóvel... Imóveis que nós temos em Manaus. Eu quero saber se eu tenho um terreno em Manaus e aquilo ali vai me dar o terreno, vai me dar a dimensão do terreno, quanto é que vale o terreno e a fotografia do terreno. Então, até o final do ano — e esta é a prioridade absoluta, principalmente aqui, porque nós temos ainda 70% dos imóveis já recadastrados no Rio Grande do Sul —, os imóveis, assim, esses 330, que são responsabilidade do Patrimônio já estão feitos, então falta agora cada órgão recadastrar o seu. Então, essa é a primeira providência que nós estamos tomando, embora nós tenhamos um cadastro, mas agora vai ficar um cadastro definitivo. O rascunho é feito até o final do ano e depois o definitivo vai ser feito mais adiante. Então, esta... Não sei se responde integralmente a sua pergunta. Bom, a segunda é a questão dos terrenos de Marinha, 9.500 terrenos... Estes 9.500 terrenos de Marinha não são áreas invadidas, porque já são terrenos cadastrados e as pessoas, em tese, estão pagando para estar nesses terrenos. O que nós temos são outras áreas, que são áreas de Marinha, em que as pessoas construíram suas casas, construíram restaurantes, construíram hotéis. Então, estes outros, que não são os 9.500, nós vamos através de um processo de notificação pessoal — e eu escolhi o mês de fevereiro, porque é onde as pessoas vão estar. Então, elas vão estar lá e nós vamos aparecer lá na casa delas, para dizer: "Olha, aqui nós temos uma notificação, esse terreno é da Marinha e o senhor tem quinze dias para regularizar. Se não regularizar"... Bom, demolir essa casa, eu penso, assim, não é o nosso interesse, porque se ele devolver também não vamos ter o que fazer com aquilo ali. Pelo contrário, já que ele está ocupando, ele regulariza e vai pagar por essa ocupação. A menos que seja uma coisa, assim, tem gente que constrói quase na



beira do mar. Eu já sei de casos que a gente não precisa nem de autorização judicial; se quiser, pega o trator e passa por cima. Eu sei que no Paraná já fizeram isso. Mas aqui não é o nosso caso. Nossa situação é simplesmente cadastrar essas pessoas e fazer com que elas recolham para os cofres públicos o uso dessa área. Por fim, a questão da secretaria do patrimônio. Esta é uma idéia muito pessoal minha, que eu, quando estive em Florianópolis há um mês, mais ou menos, em um encontro de gerente regionais, que eram gerentes regionais do Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, eu fiz a defesa dessa tese, porque ela está de acordo com o patrimônio. É isso que eu digo: não consigo entender que o patrimônio não saiba que obras estão sendo feitas ou deixaram de ser feitas e quanto custou.

(Intervenção inaudível.)

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE -

Claro! E até porque eu tenho o controle do valor. Porque se eu faço o projeto da obra, eu tenho o orçamento da obra. Então, eu digo: olha, quem vai construir aqui um prédio para a Receita Federal, vamos dizer, lá em Rio Grande — não precisa, porque eles têm —, mas eu sei, custa 500 mil construir e eu vou fiscalizar para saber se esses 500 mil estão sendo utilizados. Eu não vou executar, porque aí não tem condição, mas eu vou pegar, eu vou orçar e vou fazer um projeto de acordo com aquilo que eu entendo ser o princípio de gestão da coisa pública, que é o princípio de austeridade. Por que é que eu preciso fazer um prédio que tenha granito, que tenha coluna de granito, e que só o entorno do prédio vale a aposentadoria de uma pessoa, quando eu posso fazer um prédio custando, um prédio bom, sólido e duradouro com menos dinheiro? Então, acho que essa é uma incumbência que poderia haver para o patrimônio.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES - Bem, eu só quero agradecer e cumprimentar. Acho que essa posição do Augusto, do Antonio Augusto, é muito importante em relação à questão da seriedade. Vemos de vez em quando alguns prédios em Brasília que são um absurdo e nós tínhamos que fiscalizar mais isso. Acho que isso também é uma das questões que nós temos que avaliar, da suntuosidade de prédios, enquanto existem miseráveis neste País. Então, eu concordo plenamente. Tem que ser feita essa avaliação. Por isso que eu fiz essa



pergunta. Esse cruzamento tem que existir e tem que ser feito esse encontro. E o senhor está fazendo aqui, meus cumprimentos, para encerrar, está fazendo esse encontro de obras, de prédios, que possam ser úteis para o patrimônio. Às vezes não precisa nem construir. Há prédios sobrando no País, com certeza. Então, acho que isso é uma questão que nós temos que fazer uma avaliação. Eu vou estudar o projeto de lei. Quero aqui declinar para o senhor que já anotei. Se puder ser feito através da Comissão seria o ideal, mas se a Comissão não entender assim, o Relator e o nosso Presidente, eu, pessoalmente, gostaria de apresentar um projeto nesse sentido, mas gostaríamos de, talvez no bojo da Comissão, fazer um trabalho em conjunto ou se não, pessoalmente, farei um projeto nesse sentido, porque entendo que é extremamente importante que a gente discipline essa forma de se conduzir os prédios públicos em nosso País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Esta Presidência acolhe a sugestão do Deputado Augusto Nardes, mas isso não impede, naturalmente, que V.Exa. possa executar o seu projeto independente. Depois, nós podemos acoplar ou apensar um projeto dessa natureza ao seu projeto. Vou dar liberdade para que o senhor possa agir e depois nós agimos conjuntamente. Passo a palavra agora ao Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Sr. Antonio Augusto, eu gostaria de cumprimentá-lo e dizer que sou solidário à idéia da gestão dos órgãos públicos de haver investimento nessas áreas de forma coordenada, mas não sou solidário à idéia do Deputado Augusto Nardes. Mas queria fazer uma solicitação: que se tentasse concentrar todos os esforços no sentido de nós facilitarmos a relação do cidadão comum que deseja a legalização do seu lote, do seu apartamento numa área de Marinha; que a burocracia do Estado, as normas, desde a legislação federal, as limitações do Serviço de Patrimônio da União, as dificuldades de informações sobre pagamento, pudessem ser realmente facilitadas, porque, olha bem, eu tenho casos concretos. Você citou aqui: 40 mil pessoas serão beneficiadas. Então, a minha primeira pergunta é com relação a isso. São 40 mil pessoas de um bairro mais simples, com cessão gratuita ou cessão onerosa. Então, essa é uma pergunta formal, não é? Possivelmente uma área delimitada, definida para legalização, com



algum custo de cartório ou alguma coisa assim. Então, eu gostaria, primeiro, desta informação, para concluir a minha pergunta: se essas 40 mil famílias beneficiadas, elas vão pagar alguma coisa por esse espaço ou se elas estão recebendo em função da sua realidade, de forma gratuita, pagando apenas a taxa de transmissão.

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE -

Bom, em primeiro lugar, essa área vai ser cedida para a Prefeitura de Rio Grande sem ônus nenhum. A Prefeitura de Rio Grande, posteriormente — e isso é uma previsão legal —, ela está habilitada a fazer a cobrança de um valor relativo às despesas para cobrir os custos com a urbanização dessa área, abrir rua, calçamento, água, luz elétrica etc. Bom, depois, numa outra fase, quando as pessoas, então, já tiverem cadastradas, ela vão vir ao Patrimônio da União e nós vamos verificar se essas pessoas vão pagar taxa de ocupação ou não. E comprovadas essas três circunstâncias, elas estarão isentas. Quais são? A de perceberem até três salários mínimos regionais como renda familiar, que ocupem aquele imóvel como residência e que não tenham outro imóvel onde elas pudessem residir. Então, preenchidos esses requisitos, elas estão isentas. Então, quer dizer, que não vê interesse da União. E nesse caso lá, como as pessoas são muitos carentes, eu tenho impressão de que 90% das pessoas ficarão isentas.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Então, agora tenho o complemento. Você citou a questão de ocupa e não paga, processo de busca. Olha bem, eu adquiri um lote há seis anos, cinco ou seis anos. Tinha uma pequena casa, um galpão, virou uma casa improvisada, foi passando o tempo e até hoje ninguém apareceu para cobrar. Eu estou falando um exemplo fictício, mas real. Aí eu resolvi fazer uma casa. O lote é de 50 metros por 20. Agora eu fiz uma casa boa, vale ali 150, 200 mil reais numa área nobre, e nunca, nunca ninguém me procurou para pagar. Eu já até solicitei ao SPU o que eu teria que fazer para legalizar, e eles não conseguiram me responder, o meu processo não tramita. Estou citando um caso concreto. O que tenho que fazer, a quem tenho que implorar para conseguir legalizar o meu? Esse meu significa meu e mais de algumas mil pessoas, no caso do Espírito Santo.

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE -
Espírito Santo.



O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - É. Para nós conseguirmos, e lá nós temos um Serviço de Patrimônio da União considerado razoável, considerado um nível bom.

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Eu conheço o gerente lá.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Então, eu estou colocando casos concretos, porque lá nós temos as áreas de periferias, e funcionou de forma brilhante. A Prefeitura legalizou, registrou, passou todo mundo. Dois por cento, aproximadamente, do imóvel, pagava as taxas de cartório e todo mundo... Agora, as áreas que as pessoas precisam, alguns desejam e outros não pagar, porque aquele lote que eu tenho lá hoje, que eu não comprei de nenhuma fazenda registrada no passado, eu comprei de um cidadão que ocupou na minha frente. Paguei 50 mil reais, ou 20 ou 30, construí uma casa, gastei mais 120, e tenho lá aplicado hoje 200 mil reais, e eu ainda não sou dono. Mas eu queria ser, pagar mais um pouquinho à União e virar realmente o proprietário daquilo. O que é que eu tenho que fazer se fosse aqui na sua jurisdição? Num caso desse, o que é que eu teria que fazer? Porque eu penso que o nosso maior dilema é que o Estado brasileiro precisa de recursos. Você colocou que não tem interesse em ficar com os imóveis de forma irregular e eu não tenho interesse em pagar a vida toda aquele custo mensal, eu gostaria de realmente virar um proprietário formal e real daquilo. Mas eu não consigo, porque o País, pelas normas, não me permite.

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Não permite. O que pode acontecer, mas é difícil de as pessoas aceitarem, é que se pode...

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Ninguém quer pagar, não é?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - É. É fazer a venda de 83% do domínio útil. Isso pode ser... Então, vai reduzir bastante o valor que vai pagar.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Como que isso é avaliado? Já com a casa em cima, já com o imóvel em cima?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - De acordo com instrução normativa do patrimônio, sim.



O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - A casa que eu gastei 200 mil para construir eu ainda vou pagar?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - É. Mas isso eu acho que é uma coisa que pode ser examinada caso a caso. Mas nós tivemos um caso, até recentemente, em que houve uma argumentação nesse sentido, e a Secretaria de Patrimônio decidiu que só se avaliasse o terreno. Isso já aconteceu. Então, não é um caso isolado. Agora, o que acontece é que quando a gente fala assim: "Ah! O senhor pode comprar 83% do domínio útil, então, isso vai reduzir bastante, vai continuar pagando, mas só sobre 17% do valor" E as pessoas dizem assim: "Bom, mas eu vou pagar 83% e eu já comprei o terreno!" É como se a pessoa fosse comprar de novo, não é? Então, na prática, isto não acontece muito; não acontece muito, porque dá para entender, não é?

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Eu não estou em frente à Secretaria de Patrimônio da União, mas nunca ninguém me cobrou. Se você estivesse lá no meu lugar, na minha casa, tranquilo, sem pagar nada, tantos anos, você iria procurar o SPU para tentar pagar?

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Olha...

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Eu estou falando de um homem de boa fé; mas não burro, só de boa fé. Um homem que quer ver as coisas certas.

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Eu tenho uma idéia bem própria sobre esse assunto. Eu penso que as pessoas de boa fé sempre querem pagar, sempre querem, e às vezes elas são obstaculizadas exatamente pela burocracia ou até mesmo — vou um pouquinho mais longe — pela má vontade de muito funcionário público. Existe má vontade até no atendimento. Não é o nosso caso aqui no Rio Grande do Sul, mas eu sei de lugares que as pessoas vão atender com muito pouca vontade. Lá em São Paulo, só para citar o exemplo, uma pessoa, para ser atendida, atendida — São Paulo tem 52 funcionários do Patrimônio da União —, demora duas horas na fila. Duas horas na fila! Então, imagina um funcionário que está atendendo alguém e está vendo um sujeito lá no fundo da fila que vai atender daqui a duas horas. Ele chega no final do dia... É difícil, não é? Não é o nosso caso aqui, porque as pessoas demoram menos de um minuto



para serem atendidas no Patrimônio da União. Mas são realidades diferentes. Mas ajuda.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Está bom. Eu agradeço a contribuição. Só tenho uma dúvida com relação a essa transação de vocês com a Polícia Federal, porque tenho informação de que a Polícia Federal aqui paga aluguel de uma série de imóveis. Então, como é que é? Agora eles estão fazendo um... Vai acabar com isso? Não vai mais pagar os aluguéis, e vamos... Gostaria desse esclarecimento.

O SR. ANTONIO AUGUSTO AMMIRABILE MEDEIROS E ALBUQUERQUE - Vamos entrar nesse assunto, que eu acho importantíssimo. Por exemplo, em Passo Fundo, caso concreto de Passo Fundo, a Polícia Federal paga 5 mil reais por mês de aluguel para ter a sua sede lá. Isso custa caro, porque a Polícia Federal precisa de uma área grande. Ela apreende caminhões, apreende veículos, apreende drogas. Ela precisa ter um espaço grande. Quando assumiu o novo superintendente daqui, e fazia pouco tempo também que eu tinha assumido, ele me trouxe uma série de preocupações da Polícia Federal e que foram, assim, dando certo com algumas coisas. Em Passo Fundo, o Ministério do Exército desativou a unidade que tem lá. É uma área de 80 mil metros quadrados no centro de um... não é no centro, mas num bairro mais nobre de Passo Fundo. E a Prefeitura quer de volta uma parte daquela área, porque disse que aquela área foi ela quem deu para o Ministério do Exército uma parte. Então, numa negociação envolvendo o Ministério do Exército, o Ministério do Exército já... Eu já tenho essa posição oficial, inclusive do Comando Militar do Sul, inclusive com a área delimitada, que então vai ser desenvolvida uma parte para o Município de Passo Fundo. O Exército fica com uma área para poder vender e também dá uma área para... Vai, na verdade, dar para o Patrimônio da União, e o Patrimônio vai disponibilizar para a Polícia Federal. Isto é uma área de mais de 8 mil metros quadrados que está entrando sem nenhum centavo — nenhum centavo. Isso é dado, dado. Nós conseguimos dado. Nós estamos adquirindo um prédio, através de uma permuta com a Caixa Federal, que é um... A Polícia Federal está muito mal instalada aqui e ela não consegue nem, assim, exercer o seu trabalho como deveria. E era um assunto que estava parado também há dois anos, e eu achei que isso podia ser retomado e concluído. Nós estamos numa fase bem adiantada dessa negociação, e eu espero que até o final do ano a Polícia Federal já



esteja nas novas instalações. Quando eu digo “se Deus quiser” e Ele quer que seja. Porque eu penso que nós fazemos as coisas acontecerem, porque tudo está aí. Desde que eu fui para o Patrimônio da União, com pouca gente, com pouco dinheiro, com tudo pouco, o que a gente sente é que todos os órgãos, se nós entramos e conversamos com ele, todo mundo põe tudo à disposição, todo mundo ajuda. Então, eu acho que, então, são coisas que nós estamos disponibilizando para a Polícia Federal, e esse é um caso. Lá em Torres mesmo, que há um estudo para a Polícia Federal ir se instalar lá, porque até o início do ano que vem deve começar a funcionar um aeroporto internacional em Torres, então vai precisar da Polícia Federal, nós também temos, a União tem uma área que vai disponibilizar, se a Polícia Federal quiser, onde ela não precisa gastar um centavo, porque até as instalações podem ser utilizadas, assim, pelo menos provisoriamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Eu queria agradecer a presença e a participação do Dr. Antonio Augusto Ammirabile Medeiros e Albuquerque, pela contribuição a esta Comissão.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO AMMIRABILE E ALBUQUERQUE - Eu que, em nome da Secretaria de Patrimônio, agradeço a oportunidade de estar aqui e estou, então, à disposição para nós fazermos as visitas. Inclusive, se quiserem amanhã também visitar as instalações da gerência, é com muito prazer que nós vamos receber todos aqui.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de requerer ou pedir a V.Exa., a esta Comissão, que pudesse pedir informação ao órgão TRENURB, das obras iniciadas, se tem obra parada do seu patrimônio, ou mesmo convidar o seu presidente a ir em Brasília, nesta Comissão, levar esses dados a nós. E requerer também o responsável pela usina termelétrica de Candiota 3, para que pudesse dar todos os dados, informações completas sobre essa usina, porque eles têm muito dinheiro no Orçamento da União este ano, e eu gostaria de ter uma informação mais concreta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Esta Presidência acata a sua solicitação. Nós vamos dar provimento ao que V.Exa. nos pediu. Continuando, eu queria convidar o Dr. Marcelo Chaves Aragão, Gerente Regional de Controle



Interno do Rio Grande do Sul. Dr. Marcelo Chaves Aragão, V.Sa. tem 10 minutos para as exposições iniciais.

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO - Bom, boa noite a todos. A nossa Gerência Regional de Controle Interno, aqui no Estado do Rio Grande do Sul, é uma unidade que compõe o sistema de controle interno do Poder Executivo Federal. Basicamente, as unidades regionais hoje de controle interno dependem do planejamento das ações de controle, que são realizadas em Brasília, pela nossa unidade central, a Secretaria Federal de Controle. Então, Brasília, geralmente, define o planejamento, os produtos, as ações de controle e nós, nos Estados, executamos essas ações. E hoje o foco da nossa ação de controle está muito vinculado aos resultados dos programas de Governo, fruto de uma mudança ocorrida no Governo, a integração entre sistema de planejamento, orçamento, gestão e controle. Então, nosso foco, o foco da ação de controle hoje é programa de Governo, resultado da ação de Governo no Estado. Então, nós temos desenvolvido aqui no Estado diversas ações de Governo, de fiscalização ou de auditoria na área de saúde, educação, trabalho e emprego, enfim, citei aqui os programas sociais, mas diversos programas governamentais. Eventualmente, em relação a obras, pode coincidir de uma ou outra ação nossa ter a ver com alguma obra realizada; um programa de Governo que nós estamos acompanhando e avaliando pode coincidir com alguma obra, como é o caso que nós já fiscalizamos aqui no Estado: saneamento básico, habitação popular, uma série de programas que envolve a execução, obras. Em relação a obras inacabadas, especificamente, para ser objetivo, nós não temos nenhum trabalho específico, porque toda a nossa ação é vinculada a esses programas de Governo, materializado no PPA, no orçamento do Governo. Além desse trabalho todo de fiscalização e auditoria de programa de Governo, que é a nossa finalidade constitucional, nós também realizamos uma série de auditorias, auditorias de gestão, chamadas Auditorias de Tomadas e Prestações de Contas, que é para encaminhamento ao Tribunal de Contas da União, são as tomadas de prestação de contas dos gestores públicos aqui no Estado. Nessas auditorias, eventualmente, nós temos uma ou outra situação envolvendo imóveis, já que — eu estava acompanhando aqui, mais cedo, os trabalhos — foram abordadas questões não só vinculadas a obras inacabadas, mas também envolvendo imóveis



de uma forma geral: questões jurídicas, questões de utilização, de ociosidade. Eventualmente, nos nossos trabalhos, temos uma série de constatações envolvendo questões jurídicas, questões de regularização de imóveis, de controle, situações contábeis. O nosso foco aí é muito controle, contabilidade e a regularização desses imóveis. Eu, particularmente, não levantei, não foi possível, porque ontem à tarde é que eu recebi o convite, formalizado por V.Exa., e não foi possível levantar, em relação aos nossos trabalhos de auditoria e fiscalização aqui no Estado, alguma situação ou outra especificamente vinculada a imóveis. Mas estamos à disposição para levantar caso a Comissão queira tomar conhecimento de alguns resultados, de algumas constatações nossas nos trabalhos de auditoria das unidades sediadas no Estado, jurisdicionadas a nossa unidade, porque existem unidades que nós não controlamos. Por exemplo: imóveis do INSS. O INSS não é uma unidade que nós auditamos aqui no Estados, porque é feito por Brasília, a nível... basicamente, o que se faz em Brasília, pouco se faz a nível de Estado, porque a prestação de contas do INSS é consolidada por Brasília, então, não se faz um trabalho específico em cada unidade regional. Então, as unidades que nos são jurisdicionadas aqui no Estado, o Deputado citou TRENSURB, CGTE, essas nós fazemos auditoria, e tem um ou outro questionamento em relação a imóveis. Agora, eu não vou me recordar precisamente que tipo de questão, mas o senhor fez questão de frisar bastante a TRENSURB, alguns trechos de obras de ampliação, São Leopoldo... Nós temos algumas constatações, alguns questionamentos em relação às licitações e contratos dessas obras e nós poderíamos levantar essas informações e passar para a Comissão. Mas eu fico à disposição para responder as perguntas. Não sei se ficou clara a nossa ação e o nosso papel aqui no Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Eu queria, inicialmente, agradecer a sua presença e os esclarecimentos iniciais. Passo a palavra ao nosso Relator, Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Dr. Marcelo, eu queria lhe agradecer por ter comparecido aqui à Comissão e trazer as informações. Hoje eu imagino que a sua Secretaria está auditando desde a merenda escolar, tudo quanto é convênio por ali. Ela está realmente desenvolvendo um papel muito interessante. Eu vou te fazer três perguntas, que são três perguntas que eu elegi como prioritárias aqui. E,



posteriormente, eu vou lhe fazer mais uma pergunta. A primeira, porque na sua área eu tenho certeza que não tem obra em execução, inacabada, na sua área, mas eu queria saber, com a sua experiência, o seu conhecimento, se você teve notícia, em algum momento, de alguma irregularidade ou se você tem conhecimento de obras inacabadas aqui no Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO - Eu estou há 4 meses nessa função, eu sou oriundo do Rio de Janeiro, especificamente há 4 meses aqui, e não tomei conhecimento de nenhuma obra inacabada do Governo Federal. Não disponho desses levantamentos e... Eu creio que a Secretaria Federal de Controle, até porque o Tribunal de Contas da União tem feito esse acompanhamento, tem uma área específica e tem acompanhado de perto essa matéria, nós, internos ao Governo, até porque o Governo não entende, assim, como uma necessidade ou não houve uma demanda do Governo, não temos esse levantamento. Aliás, eu fiquei bastante preocupado, porque e recebi o convite ontem e fiquei preocupado em não poder contribuir efetivamente com nenhum diagnóstico, nenhum levantamento.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Mas está contribuindo.

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO - Objetivamente, não tenho notícias de nenhuma obra inacabada aqui no Estado.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - E com relação aos imóveis urbanos e imóveis rurais: uso inadequado, ociosidade? Isso aí você tem conhecimento? Muito embora o depoimento do Dr. Antonio aqui foi um depoimento muito interessante.

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO - O nosso trabalho de auditoria, como eu já falei, geralmente inclui o procedimento de auditoria vinculado a bens móveis e imóveis. É rotina nossa, nessa auditoria de gestão, nós aplicarmos esses procedimentos. Agora, o foco geralmente da auditoria é um foco de controle, é um foco... Se esses imóveis... Primeiro, jurídico, lógico, se esses imóveis estão registrados, devidamente registrados em cartório; depois um foco de contabilidade, se esses imóveis estão devidamente contabilizados; e se há um controle, controle da utilização e do estado desses bens. Então, o nosso foco de auditoria é o foco controle, se as unidades dispõem efetivamente de controle sobre esses imóveis. Naturalmente, detectamos uma série de falhas de controle, nas diversas auditorias. Poderia citar aqui as universidades federais, que dispõem de uma dificuldade muito



grande de controlar patrimônio e imóveis também. Imóveis funcionais, não se tem controle da utilização; imóveis de universidades federais ocupados sem licitação, quer dizer, sendo explorados comercialmente por empresas, sem licitação. Então, tem uma série de situações irregulares, impróprias, que nós relatamos no nosso trabalho e encaminhamos ao Tribunal de Contas da União.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES - Poderia citar algum caso específico em relação à universidade aqui do Estado? Me permite uma questão...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Interessante. Eu ainda vou fazer uma outra pergunta para o Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO - Falar, assim, é complicado, porque eu teria que levantar.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Dr. Marcelo...

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO - Pois não.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Dr. Marcelo, o senhor informou que tem um controle do acompanhamento de algumas obras, e até sugeriu ou sugere, em algum momento, ou foi sugerido, em algum momento, ao TCU, o acompanhamento dessas obras, e que algumas podem ser objeto até de tomada de conta especial por parte do TCU. Então, eu imagino, eu vi um relatório do Dr. Humberto Souto, o Presidente do Tribunal, e ali ele disse o seguinte: que sete mil e poucas obras... Ele mostrando o trabalho, em uma palestra que ele fez na Comissão de Orçamento, em quatrocentos e poucos casos ele foi para a tomada de contas especial. O senhor tem o controle de alguma tomada de conta especial, mesmo que a obra esteja paralisada, ou que não tenha sido acabada ou que, de alguma forma, o administrador tenha sido responsabilizado e que essa obra não conste agora nessas 320 obras que nós estamos acompanhando através do Tribunal de Contas da União? Mas, sim, em tempos passados, como foi o caso de uma barragem aqui do DNOS, me parece, que a obra foi para lá e foram liberados um milhão e setecentos, e ela não foi concluída. Tem alguma providência da Secretaria de Controle em relação não só a essa obra, a esse tipo de comportamento, tem?

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO - Bom, especificamente, aqui no Rio Grande do Sul, eu não conheço nenhuma tomada de conta especial que tenha tramitado pelo Controle Interno ou nenhum caso irregular que tenha sido



determinada a instauração de TCE. Recordo-me, em Brasília, estive algum tempo lá, inclusive, coincidentemente, o Deputado já até citou o caso de Sergipe, a questão do Atalaia. Eu mesmo tive oportunidade de examinar o processo lá de contenção do mar de Atalaia. E ali, sim, tem uma série de irregularidades, fruto de uma ação a muito tempo atrás do Tribunal, que encontrou indícios e depois pediu que nós aprofundássemos e instaurássemos efetivamente a TCE — Tomada de Contas Especial, e aí fizemos todo um trabalho de auditoria em busca das evidências de irregularidades. Agora, especificamente aqui no Rio Grande do Sul, até porque eu estou recente, não me recordo de nenhum processo, e até porque sempre que diante de alguma irregularidade nós recomendamos ao gestor a instauração da TCE — Tomada de Contas Especial e essa TCE é encaminhada ao controle interno em Brasília, lá é que auditado pela unidade central, nenhuma regional faz essa auditoria mais nos Estados.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Eu ia chegar lá.

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO - Hoje esse trabalho está centralizado numa coordenação geral em Brasília.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Eu ia chegar lá. Mas eu lhe pergunto o seguinte, desculpe insistir: hoje tem até um trabalho muito eficiente da Secretaria de Controle, que controla a merenda escolar, vai ali e audita, uma série, vamos dizer, de atribuições que estão sendo colocadas em prática e com muita competência, quero destacar esse trabalho. Agora, eu imagino que pode não ser o caso aqui do Rio Grande do Sul, certo? Mas em função dessa obra do DNOS, que foi colocada aí, de um milhão e setecentos, acho que isso não tem espaço para ficar perdido no tempo. Ou a Secretaria de Controle tem que ter tido a iniciativa de encaminhar por Brasília e daí para a frente Brasília, se não tomou providência, é outro departamento, ou o Tribunal de Contas da União teria que ter vistoriado essa obra e também ter encaminhado para as providências cabíveis. Então, a minha pergunta é muito simples: se tem algum lugar da Secretaria lá, que você administra e é responsável, um controle de providências que podem ser representativas de alguma anomalia no que diz respeito a obras inacabadas, à ilegalidade no trato dessas obras, a algum imóvel, nesse sentido. Só isso pode. Se tiver, muito bem. Se não tiver...



O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO - É. Bom, existe um volume — eu não sei hoje em que patamar está —, existia um volume muito grande no estoque, dentro de casa, no sistema de controle interno de tomadas de contas especiais estouradas, no Governo. Na área de educação, na área de saúde, especialmente na FUNASA, Fundação Nacional de Saúde, o FNDE, no Ministério da Educação, um volume imenso de TCEs. O que se buscou fazer foi o seguinte: dar agilidade a esse trâmite na fase interna, para encaminhar logo ao Tribunal, para julgamento, subsidiar o julgamento, e, além disso, trabalhar as causas disso. Esse é o papel do sistema de controle interno. Por quê? O que está motivando? Onde é que está a falha? O processo foi mal definido, mal desenhado? Não existem parâmetros para a liberação de recursos? Não existe, efetivamente, o acompanhamento da execução do programa por parte do órgão que libera o recurso, cujo recurso é originário no seu orçamento? Então, o que se buscou ali é identificar... E eu participei até de um trabalho nesse sentido, em Brasília, ano passado. Eu estava no Rio de Janeiro e fui convocado para presidir um grupo, que deu andamento. Nós examinamos, em dois meses, por volta de mil processos de TCE, para eliminar ou reduzir drasticamente o estoque em casa, e também tentar identificar essas causas no trabalho auditorial: o que ocasionou isso? Então, existe um trabalho da Secretaria nesse sentido. Agora, especificamente em relação a obras inacabadas, eu tenho a impressão que não. Eu tenho a impressão que a Secretaria não dispõe, até porque hoje eu comuniquei à direção da Secretaria que estaria vindo aqui prestar depoimento, ajudar a Comissão e perguntei: "Olha, existe algum trabalho específico nosso?" "Não, não." Não, até porque o Tribunal tem feito trabalhos, tem uma estrutura toda específica, e nós, do Controle Interno, estamos com essa linha mesmo de programa de Governo, a não ser, eventualmente, uma ou outra denúncia, e a Secretaria atua. Mas não existe, eu creio que não existe um trabalho específico da Secretaria em relação a obras inacabadas. Existe, sim, em relação ao que o senhor já comentou, uma série de programas de Governo aqui no Estado.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - É, em relação ao Estado, eu recolho a sua informação, mas eu tenho o sentimento que a nível de Brasília deve ter alguma coisa, e eu até já pedi aos assessores nossos que fossem até a Secretaria conversar, para ver se a gente obtém. Mas você tocou no cerne da questão, Dr.



Marcelo, para mim. E se fosse possível, você teria condição, se pudesse, de encaminhar a essa Comissão? Não sei se esse trabalho é um trabalho reservado ou se é um trabalho que podia trazer até o conhecimento da CPI, a título de colaboração, porque nós queríamos pegar essa experiência, essa experiência desse estudo, da causa, qual foi a causa que motivou isso. E, como o senhor disse, qual a providência que foi adotada pelo órgão. E, no seu entendimento, o que era para nós de grande relevância, qual seria, no seu entendimento, dentro da sua experiência, qual seriam as medidas sugeridas para correção de tudo isso. Isso você, se pudesse colaborar conosco, certamente você estaria dando uma colaboração para o nosso trabalho em Brasília com relação a essa CPI. Muito obrigado, mais uma vez, pela sua presença e pelas suas respostas. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Com a palavra o Deputado Norberto Teixeira. Eu gostaria só, para não passar da hora, porque nós temos duas pessoas ainda para argüirmos, que tanto as perguntas como as respostas fossem um pouco mais rápidas.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Dr. Marcelo, eu gostaria de pedir informação a V.Exa. sobre a TRENSURB e também sobre o CGTE, todas as informações. O senhor, inclusive, falou que na TRENSURB o senhor tem até um questionamento. Se o senhor pudesse fornecer para nós, que é muito importante sobre isso, sobre essa usina termelétrica, Candiota 3 e sobre o sistema de trens aqui da região de Porto Alegre. Não é que eu estou questionando um órgão, não. A minha preocupação é que essa obra da usina, mesmo há muito tempo parada, está retornando agora com recursos, precisamos saber se esse recurso é suficiente para terminar, se vai retornar essas obras mesmo, se é a solução. E o problema dos trens também com o investimento que está sendo feito. Se ele está sendo aplicado, se é importante esse trecho, se é importante essas obras que estão sendo realizadas, se não poderiam ser feitas outras. Então, gostaria de pedir a V.Exa., se pudesse, fornecer a esta CPI esses dados para que nós pudssemos.....Mas deixa eu fazer uma pergunta ao senhor. Nós temos muitas Prefeituras aqui na região, no Estado do Rio Grande do Sul. Tem muitas que podem, não é obra inacabada, mas obras que não puderam funcionar porque o recurso era pouco. E o Prefeito não deu conta de terminar essas obras. Prestou conta do que ele recebeu, mas não deu conta de



terminar. Alguns hospitais que não deram conta de comprar equipamento para funcionar. Os recursos do Município são poucos. O senhor tem conhecimento de algumas obras dessa que ainda falta recurso para terminá-las e também para poder pôr em funcionamento?

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO - Deputado, eu, efetivamente, não levantei nenhuma informação. Esse ano, por exemplo, nós fizemos aproximadamente 300 fiscalizações no interior do Estado: atendimento ambulatorial, hospitalar no SUS, foram 140 fiscalizações, erradicação do trabalho infantil, saneamento básico, compra de veículo escolar, merenda, livro didático, uma série de programas governamentais. Eventualmente, um ou outro envolve questão de obra. E que eu me lembre, assim, não existe nenhuma irregularidade, assim, nenhuma obra ou nenhum programa executado de forma ineficiente, que me chamou atenção. Existem algumas obras que estavam ainda em andamento, em fase final de conclusão, em termos de saneamento básico, por exemplo. Agora, que eu me recorde, assim, não. Eu teria que levantar, porque são muitas as fiscalizações no interior e são diversos programas. Em relação a convênio, por exemplo, foram aproximadamente 90 fiscalizações pontuais, em diversos programas. Então, eu teria que levantar, fazer esse levantamento e ver efetivamente se nessas fiscalizações existe alguma situação de alguma obra mal realizada, algum programa mal executado, que envolva...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Ou faltou recurso.

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO - Ou que faltou recurso. Agora, a nossa ação na área de fiscalização é muito vinculada ao resultado, ao objeto, à execução do objeto. Nem sempre nós examinamos a licitação, é bom que se diga. Tem ações de fiscalização que nós vamos verificar se determinado projeto, determinada obra, determinado objeto foi executado e está funcionando da forma que foi planejado e negociado. Nem sempre a gente examina a licitação, o contrato.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Licitação é o Tribunal. Mas deixa eu fazer uma pergunta ao senhor: existem muitos casos de recurso de saneamento que o Prefeito coloca o saneamento nas ruas, a manilha, o encanamento, mas esquece de construir a usina de captação, ou falta recurso para



isso. Então, o esgoto não funciona, porque está faltando a usina para o encanamento.

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO - É. Eu me recordo, assim, que eu cheguei aqui, alguns relatórios que eu até assinei com as equipes, inclusive com relatório fotográficos de problemas dessa natureza, de obras que faltou algum complemento, algum problema de entupimento e que não resolveu o problema da população local. Existem algumas situações, sim, com relatório fotográfico inclusive.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - O senhor tem condições de fornecer para a CPI, Dr. Marcelo?

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO - Eu acredito que não tem nenhum problema. Com relação aos trabalhos que vão para o TCU, não há uma publicidade.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Não é um problema de licitação, mas sim... Não é uma irregularidade, não é, ele simplesmente não teve condições de completar.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Me concede um aparte, Deputado?

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Não, eu acho que nós temos que saber se ele tem controle disso, porque se ele tiver controle disso, eu vou ficar feliz. Eu tenho impressão que não. A Secretaria dele não tem condições de saber se as Prefeituras do Rio Grande do Sul estão fazendo o esgoto, só botando canal e não botando a estação de tratamento. Se ele tiver condições de nos fornecer, nós vamos ficar muito felizes. Estamos, inclusive, solicitando. É isso.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Mas eu tenho a impressão....

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - É, ele já confirmou que tem alguns casos.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Não, citar os casos, fornecer os casos e buscar novos, se for possível.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Mas eu gostaria também, Dr. Marcelo, é sobre o problema da universidade, sobre o mau uso dos imóveis, sem licitação, sem tudo, se o senhor pudesse fornecer para essa CPI.



O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO - Pois não. Com relação à auditoria, que é de contas, é mais tranquilo, porque esse trabalho nós encaminhamos ao Tribunal de Contas da União. Então, já foi dada... Porque a minha preocupação, veja bem, nós somos internos ao Governo, a nossa preocupação é, diante de qualquer problema assim, dar conhecimento ao controle externo ou externamente ao Governo sem antes dar conhecimento ao próprio Governo. Mas nesses casos, não. O próprio gestor já teve conhecimento, já foi colocado em relatório a auditoria, com recomendação nossa, encaminhado ao Tribunal para julgamento. Não tem nenhum problema. Com relação às fiscalizações, o problema é o seguinte: o trabalho é nível Brasil. Então, o que nós fazemos? Nós executamos essas ações de fiscalização e encaminhamos esses produtos para Brasília, esses resultados, e eles consolidam uma avaliação do problema a nível nacional. Então, esses resultados em relação à eficiência, à eficácia da execução de determinados projetos, obras, acho que a Secretaria Federal de Controle, em Brasília, ela dispõe desses dados, quer dizer, nós temos uma avaliação parcial aqui do Estado em relação a uma ou outra...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - É, mas um exame parcial do Estado. Nós estamos hoje no Rio Grande do Sul com uma visão parcial do Estado.

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO - Tudo bem.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - E aqui, Dr. Marcelo, o problema é que o senhor está convivendo, o senhor está na realidade. Então, nós precisamos dessa realidade. Só os dados, se o senhor puder nos fornecer. Está bom?

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO - Está bem.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Eu agradeço.

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO - Como é que funciona? A Comissão encaminha ofício solicitando?

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Me parece que a Comissão vai passar um relatório para ele responder, não vai?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Vou.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Vai passar um relatório já completo. Eu agradeço, Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO - Pois não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Quero passar a palavra ao Deputado Sérgio Reis.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Sr. Presidente, eu não vou me alongar muito, só tenho uma indagação a fazer no que se refere... Foi o senhor quem fez a auditoria lá no Estado de Sergipe, na obra do Mole? Foi isso?

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO - Não, mas eu tive examinando o processo com questionamento, inclusive, do Tribunal em relação ao...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Isso, isso.

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO - Porque é um trabalho, é uma obra de dez anos atrás. E o Tribunal questionou a forma que nós utilizamos, a forma, o critério que nós utilizamos para chegar aos valores de superfaturamento, vamos dizer assim, ou sobrepreço.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - O senhor tem informação sobre o Mole daqui do Rio Grande do Sul?

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO - Não.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Nenhuma?

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO - Nenhuma informação

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Não tem nenhuma informação sobre quanto tempo essa obra já está sendo executada?

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO - Não. É porque existem programas de Governo que nós, efetivamente, ainda não acompanhamos, porque não é possível acompanhar todos os programas do PPA.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Na experiência que o senhor tem nesse âmbito, o senhor acha normal construir um obra, que se passe 20, 10 anos para se construir uma obra, recebendo recursos anualmente?

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO - No meu ponto de vista, é normal. Agora, é preciso examinar o que aconteceu efetivamente. Por exemplo, o senhor havia feito uma colocação anteriormente a respeito de acréscimos contratuais.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Isso, isso.

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO - Precisa ver se esse acréscimo é quantitativo, se está dentro dos limites dos 25% ou se não, se existe...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Mas se fosse quantitativo, se fosse...



O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO - Quais foram as circunstâncias envolvidas, que, de repente, podem ter motivado um acréscimo quantitativo.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Eu não compreendo muito bem a Lei de Licitação, não tenho conhecimento profundo a respeito dela, mas se você faz uma licitação para determinada obra, uma via expressa, e, no decorrer da obra, você acha necessário construir canais, aquilo já está fugindo da licitação. O normal seria se fazer uma autorização. Isso foi o que nós comentamos, o que ocorreu em Santa Catarina. Mas o senhor não tem nenhum conhecimento a respeito da obra do Mole aqui do Rio Grande do Sul?

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO - Não.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Só para concluir, onde foi que o senhor disse que conseguiu essas informações sobre esses indícios de irregularidade do Mole de Sergipe?

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO - Não, eu, a uns quatro anos atrás, eu exercia a função de Coordenador Geral de Normas de Auditoria da Secretaria Federal de Controle. Naquela ocasião, o processo nos foi encaminhado pelo TCU, determinando que nós instaurássemos a tomada de contas especial. Aliás, não, minto, o processo havia sido, estava com atraso no encaminhamento ao Tribunal.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Certo.

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO - O processo havia estado retido na ex-CISET do Ministério da Administração e Reforma do Estado, estava parado por lá, e o TCU nos solicitou que agilizássemos o trâmite do processo. E aí solicitamos o processo à ex-CISET, examinamos e estabelecemos qual seria o critério para chegarmos aos valores a ser imputada a responsabilidade.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - O senhor determinou alguma penalidade, naquela época, sugeriu?

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO - Não, nós emitimos um parecer pela ilegalidade, pela irregularidade, vamos dizer assim, das contas e encaminhamos ao Tribunal. Só que o Tribunal não aceitou e retornou o processo recentemente ao Controle Interno para que refizéssemos os cálculos, porque o Tribunal não aceitou o critério que nós utilizamos para chegar naqueles valores. Então, agora estão sendo



refeitos os trabalhos, inclusive com a ajuda de engenheiros de outros órgãos, fazendo um trabalho auditorial, só que é uma obra antiga.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Muito antiga.

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO - Então, para você chegar e verificar...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Muito famosa lá no nosso Estado.

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO - É. Existe, inclusive, um volume imenso de anexos e são vários aditivos, e cada aditivo constituiu uma TCE; é complexo.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Fico agradecido. Esse assunto a gente vai debater em outra oportunidade, Sr. Presidente. E gostaria de agradecer o esclarecimento do Dr. Marcelo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Deputado Augusto Nardes.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu acho que o Controle Interno tem um papel importantíssimo. Eu, inclusive, tenho uma emenda constitucional onde que eu modifico a forma do Controle Interno fiscalizar e controlar o Governo Federal. É uma emenda constitucional em que nós mudamos. E aqui, pelas próprias palavras do nosso depoente, nosso convidado, ele acaba de confirmar que é necessária essa mudança, especialmente em relação à forma como é feito o controle por parte da União, tendo participação e **parti pris** na questão. Eu acho que tem que haver uma independência maior do Controle Interno. Bem, eu gostaria de fazer algumas perguntas. Eu acompanhei os jornais aqui do Rio Grande do Sul e ficaram constatadas algumas denúncias feitas por vários órgãos de imprensa de algumas obras inacabadas, prédios abandonados, e que o nosso convidado acabou dizendo que não tem conhecimento, até porque está há pouco tempo aqui no Estado. E ontem... Algumas eu gostaria de citar, só para que fosse futuramente, com mais tempo aqui dentro do Estado, feito algum controle. Alvorada, região metropolitana: "Diques evitariam cheias em dois Municípios". Aqui traz, o **Zero Hora** do dia 8/5 traz uma longa matéria sobre essa questão, que acho que seria interessante fazer uma análise pelo Controle Interno. Outra questão também: o **Zero Hora** do dia 11/5 também faz uma reportagem onde fala das ZPE, que também existe um desperdício de dinheiro público de mais seis milhões. E uma construção



de escola que parou há nove anos, no Município de Machadinho. Também é outra denúncia que está aqui nos jornais. E outra denúncia, que aqui não está muito claro se é do Estado ou da União, e está aqui o meu amigo Mata, que depois certamente vai-nos esclarecer, que um porto foi feito em Cachoeira do Sul — gasto quatro milhões — e não se sabe exatamente qual é a conclusão da obra. Então, eu estou citando alguns exemplos. Cito mais um: Centro Social Urbano de Paim Filho, no nordeste do Estado, também obra iniciada em 92, foi paralisada um mês depois. Então, pelas informações da imprensa... aqui tem mais uma: presídio abrigaria 105 apenados em Rio Pardo. Também não foi terminado. Várias informações importantes que nós compilamos e que o Controle Interno, pelo o que disse o nosso convidado, não tem conhecimento. Eu gostaria de saber se vocês fazem acompanhamento daquilo que sai na imprensa. Qual é o método de trabalho que é feito pelo Controle Interno? É um acompanhamento ou é simplesmente em cima de denúncias? A denúncia que a imprensa faz tem efeito junto ao Controle Interno? Como é que funciona isso, na verdade?

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO - Bom, toda nossa ação de controle está vinculada aos programas de Governo. Esse planejamento é feito em Brasília, ou seja, para cada Ministério nós temos uma Coordenação-Geral em Brasília, no órgão central. E é feito todo um processo de planejamento das ações de controle. Eu não vou aqui expor com detalhes, porque envolve uma fase de conhecimento do negócio, Ministério, de hierarquização dos programas, das políticas públicas mais importantes, relevantes, negociadas com cada Ministro; engloba aspectos de relevância estratégica do Governo, se está no Avança Brasil, se não está, se tem materialidade, se tem criticidade; então, uma série de critérios técnicos para hierarquizar essas políticas. E aí é feito todo um trabalho de levantamento, de conhecimento desses programas e é feita essa hierarquização, porque não é possível acompanhar e avaliar todos os programas governamentais. Agora, nem sempre essa ação de controle nossa está associada com problema de criticidade, com problema de denúncia. Lógico, se existir uma denúncia, naturalmente passa a ser uma prioridade, provavelmente, na hierarquização, você acaba estabelecendo como prioridade, mas numa ação de controle chamada controle assistemático, não o controle sistemático da política pública de um programa de Governo,



independentemente da criticidade. Por exemplo, nós estamos aqui fiscalizando 140 até agora, em 2001, fiscalizamos 140 hospitais públicos aqui no Estado, em conjunto com o Ministério da Saúde. E os médicos que vão conosco, às vezes, eles vão sob nossa coordenação para avaliar AIH, se o procedimento médico hospitalar previsto na guia de internação foi compatível ou não com o prontuário, se o paciente efetivamente pagou pelo atendimento gratuito do SUS — e aí 80% dos casos tem pagamento —, uma série de procedimentos que nós incluímos. E alguns desses médicos até questionam: “Espera aí, por que vocês estabeleceram uma programação de visitas a hospitais que nós já sabemos que não tem problema? Por que não vêm ao hospital x, y ou z, que nós sabemos que é problemático?” Eu digo: “Olha, se vocês já sabem, vocês têm que atuar. Vocês são auditores médicos. A auditoria médica do SUS existe para isso. Se vocês já sabem que existe o problema, vocês tomem as medidas cabíveis.” Eu não sei quais são — descredenciar o hospital, marcar para auditoria médica, glosar as despesas, efetivamente. O que nós fazemos é uma avaliação da execução dos programas de Governo previstos na Constituição, casado com o Ministério do Planejamento para que se faça um diagnóstico da execução, da eficácia da ação daquele programa, da eficiência da execução. Então, nem sempre a nossa ação aqui está vinculada a uma questão crítica, a uma questão de problema na política pública. Agora, é lógico, se nós temos conhecimento formal de algum problema, nós temos a obrigação de dar conhecimento imediatamente a Brasília, que Brasília nos solicite uma ação de controle. Damos conhecimento ao Tribunal de Contas — é uma obrigação constitucional —, ao Ministério Público, se for questão mais grave que envolva um crime, desvio de recursos públicos, fraudes.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES - Desses casos que especificamente eu citei não tem conhecimento?

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO - Não, efetivamente, não...

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES - Apesar de ter sido publicado, não tem conhecimento.

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO - Não. Eventualmente, a gente pode encaminhar, pode ter sido encaminhada uma ou outra matéria para Brasília, porque, apesar de existir todo esse planejamento central, é papel do Gerente Regional de



Controle estar antenado aqui no Estado, estar percebendo problemas existentes e denúncias, possivelmente. E aí vale até conhecer denúncia através da mídia, através da imprensa, e aí dar conhecimento a Brasília e esperar que seja solicitada uma ação específica. Ou então o trabalho, às vezes, nem sempre constitui uma auditoria nossa. Às vezes, nós damos conhecimento a Brasília, e Brasília pede um esclarecimento ao gestor, a um Secretário Nacional em Brasília que é responsável por aquela política, por aquele programa. Nem sempre a nossa ação é materializada por uma auditoria ou uma fiscalização específica em campo. Às vezes, são solicitados esclarecimentos ao próprio gestor do programa.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Passo a palavra ao Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Sr. Presidente, colegas Deputados, eu na prática vou para Brasília e para o Espírito Santo na confiança que conheci aqui um jovem chamado Dr. Marcelo, idealista, quase sonhador, que tem um desejo de fazer com que este País funcione com mais seriedade. Agora, gente, o controle... Eu tenho o maior respeito pelos funcionários, tanto do Tribunal de Contas como dos órgãos do Executivo, que têm a tarefa de trabalhar no controle interno — os peritos, os auditores, os técnicos —, mas nós não temos chance de sucesso. O primeiro escalão, o alto escalão do Governo é extremamente corrupto. Então, o escalão inferior, o segundo escalão, a burocracia que tem poder em Brasília e nos Estados ou participa ou é conivente. Uma boa parte do Parlamento, quando não participa, é conivente. Portanto, a chance de sucesso deste controle interno é muito pequena. O Governo de fato fez uma propaganda do Avança Brasil, Brasil em Ação, Projeto Alvorada, que só trocou o nome, e nos prometeu, prometeu ao País que teria trezentos e poucos projetos, todos eles com acompanhamento, com execução, que vai do FAT, merenda escolar, e nós temos certeza que isso não está sendo feito. E não é por má vontade do pessoal dos Estados, é porque não foi criada estrutura para fazer, porque uma boa parte dos que estão lá em cima dizem uma coisa e fazem outra, inclusive não permitem que os de baixo façam o trabalho que gostariam de fazer, pelo menos dão dimensão a isso. Então, eu não falo isso com nenhum prazer, falo isso com profunda tristeza, mas eu não acredito em qualquer controle



interno enquanto nós tivermos o comando como nós temos hoje. Então, eu preciso ressaltar o trabalho de vocês, sério, técnico, cheio de boa vontade, mas eu não posso achar que tem chances de dar certo. Então, Marcelo, olha bem: eu falei isso para se ter noção que nós temos consciência do que nós estamos te pedindo, temos consciência do seu limite, inclusive porque te pedem para fazer uma coisa que eles mesmos não querem que vocês façam com a dureza necessária. Isso acontece no Tribunal de Contas: os auditores do Tribunal de Contas, os técnicos do Tribunal de Contas fazem pareceres brilhantes, parecem teses de mestrado. Quando chega no voto político, os conselheiros votam tudo de forma diferente. Então, o País não tem muita chance de sucesso enquanto nós tivermos essa visão, tanto que o nível de corrupção do Brasil saiu nas pesquisas internacionais de menos de 2% e está em 4,5%.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES - Me permite um aparte, Deputado João Coser?

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Pois, não.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES - Essa emenda constitucional que eu apresentei, eu falei no início, torna o controle independente, eleito via Senado, via Congresso Nacional. Eu acho que tem que ter controle interno independente. Essa é uma emenda constitucional que eu apresentei há cinco anos atrás. Até quero que o amigo leia e colabore e contribua. Já está em parecer final essa emenda constitucional que eu apresentei. Ou seja, tem que ter independência. Se não tiver independência, não tem controle.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Obrigado. Então eu vou concluir só fazendo três exemplos. Vamos pegar os casos da SUDAM e da SUDENE: 47 de superfaturamento dos projetos, 47%. Não é mais os 5%, os 10%, não é mais 15% que a gente sabe que as pessoas se apropriam deles e já estava virando uma coisa quase admissível; 47%! E ninguém descobriu, não acendeu a luzinha amarela. O ranário do Jader Barbalho e da mulher do Jader: 9,5 milhões para um projeto que só poderia custar, com muita boa vontade, meio. E os 9 milhões foram embora. Então eu não vou chegar nem em Santa Catarina, de um projeto que foi contratado por 30 milhões, que eu não quero fazer julgamento, está já em 80, 100 e uma outra licitação. Não é possível que isso seja correto num país onde tem uma lei que diz



que você só pode crescer 25%. Do contrário, uma nova licitação para novos serviços. Então, eu estou fazendo isso para de fato dizer o seguinte: que sou otimista com relação ao trabalho dos quadros técnicos do Governo Federal. Nós temos um país onde o quadro de funcionários... Por isso que qualquer partido pode ganhar as eleições presidenciais e, se quisesse, quem está em cima poderia dar exemplo ao pessoal de baixo, que na grande maioria segue, e alguns vão ser botados para fora. Agora, se quem está em cima não der o exemplo, é impossível você exigir dos de baixo, dos servidores, qualquer trabalho de mais qualidade. E aí, para não dizer que não fiz nenhuma pergunta, nós vamos aguardar os documentos, eu só quero fazer uma pergunta com relação ao FAT. O FAT, como o PRONAF, como outras coisas, são grandes projetos. O FAT tem um acompanhamento mais sistemático de vocês aqui porque é um projeto importante. Tem havido muito superfaturamento, tem tido curso que você matricula os alunos, faz tudo num dia só. Nós chegamos a pegar curso onde os alunos, no dia que chegou o recurso, já chegaram todas as assinaturas de presença, a cota dos professores, quem recebeu. Nós temos esses absurdos no Brasil. Então, o trabalho de vocês é um trabalho de herói, de heroísmo. Então, tudo o que você puder nos fornecer de dados, nós vamos ficar muito felizes e, com certeza, o País vai agradecer, porque, infelizmente, tem que ser no escalão médio que nós temos que confiar. O primeiro escalão, esse escalão inferior aí... Tem as exceções, eu não estou jogando pedra em todo o mundo e não estou falando para o Rio Grande do Sul, estou falando no Brasil. No Brasil, aí vem das altas autoridades até... Agora, essa questão do FAT e de algumas áreas sociais, vocês têm tido capacidade de acompanhar: merenda, bolsa-escola, essas coisas que estão mais afeitas a esses programas do Governo, do Projeto Alvorada, agora, do Brasil em Ação.

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO - Em relação especificamente ao FAT, o problema maior foi diagnosticado e detectado em Brasília. Lá realmente houve uma série de fraudes e problemas sérios e que tiveram conseqüências; um trabalho nosso feito pela Secretaria de Controle, com participação do Deputado Tartuce, que é Secretário lá de Trabalho. Teve um problema sério lá no Distrito Federal. No Rio de Janeiro, eu coordenei os trabalhos de fiscalização lá no Rio, fizemos por volta de noventa fiscalizações na qualificação profissional lá e não detectamos efetivamente



nenhum curso não dado. Detectamos problemas de qualidade do curso: o curso dado não atende às necessidades do Município, então, a efetividade do programa ou daquela qualificação não vai ter um patamar satisfatório. Tem um problema de atuação da Secretaria de Trabalho e Emprego do Governo do Estado, tem uma série de problemas operacionais, gerenciais, mas nenhuma irregularidade que chamou a atenção. Talvez até porque o Ministro Dornelles é de lá, do Rio de Janeiro, então não tivemos. Eles vieram me perguntar: “Como o FAT do Rio de Janeiro não teve problema?” Não teve. Efetivamente, eu acompanhei, são noventa fiscalizações, e eu que particularmente fui a várias fiscalizações, fui ao local que foi dado o curso, entrevistei os alunos por telefone, eventualmente na residência, não tivemos nenhum problema assim. Tivemos problemas operacionais, faltou o vale, o curso não tem muita utilidade para o Município, para o mercado, uma série de probleminhas. Aqui no Rio Grande do Sul, até porque eu estou recente, não conheço os resultados, estou até com um colega lá da gerência, o Jerri, e eu não sei se aqui — pode só fazer um sinal, Jerri, não vai dar tempo de você vir aqui falar. Aqui no Rio Grande do Sul tivemos algum problema assim grave detectado em relação a ...

O SR. JERRI EDDIE XAVIER COELHO - Mais ou menos na mesma linha do Rio de Janeiro, problemas com relação à qualidade...

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Qualidade.

O SR. JERRI EDDIE XAVIER COELHO - ...vale-transporte, lanche em alguns lugares que não chega. Cursos, na maioria dos casos, foram ministrados.

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO - Bom, então, em relação à qualificação profissional... Agora, desculpe, Deputado, em relação a controle, essa matéria é polêmica e é apaixonante. Se for perguntar aqui na Mesa um modelo de controle, cada um vai defender um modelo ideal de controle. Então é uma matéria apaixonante e polêmica, já se discutiu muito, e nós, no controle interno... Qual é o problema hoje? Qual é a diretriz? Não discutir e sim tentar fazer controle, porque nós ficamos cinco anos, desde a criação da Secretaria Regional de Controle discutindo o melhor modelo, o melhor instrumento, a melhor metodologia, se era auditoria, se era fiscalização, se nós trabalharíamos na visão de programa de governo ou de gestão, ou legalidade, e como é que fica o controle gerencial, uma discussão tremenda,



vincular Ministro, vincular Presidência, ter mandato para o secretário, não ter mandato. Então, a diretriz nossa hoje é a seguinte: vamos fazer, vamos fazer controle porque não existe um melhor modelo, existe um modelo que funcione. Então, nós estamos tentando fazer da melhor maneira, avaliar os resultados. Agora, temos uma série de deficiências, dificuldades, principalmente quando o gestor é o problema, é a causa, não é? Quando o gestor é o problema, o que nós fazemos? Damos conhecimento ao TCU, porque aí o controle externo tem as sanções, tem o poder de sancionar, ou ao Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Eu queria agradecer a presença ao Dr. Marcelo Aragão e a sua contribuição aqui na nossa Comissão. E queria chamar para fazer parte da nossa Mesa o Dr. Haroldo Augusto Mata, do DNER, Chefe do 10º DRF. *(Pausa.)* Inicialmente, eu queria passar a palavra ao Dr. Haroldo. V.Sa. tem dez minutos para as suas exposições iniciais.

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu aqui compareço a convite de V.Exa. para prestar esclarecimentos na condição de Chefe do 10º Distrito Rodoviário Federal. O DNER tem um distrito rodoviário que cuida das rodovias federais em cada unidade da Federação, e aqui no Rio Grande do Sul temos o 10º Distrito Rodoviário Federal, que eu atualmente chefo, que cuida das rodovias federais no nosso Estado. De um levantamento, só para dar um panorama rápido do que nós fizemos, pelo menos abrangendo os últimos 20 anos, nós não temos obras aqui no Estado, jurisdicionadas ao Distrito, envolvendo rodovias federais, obras que tenham sido objeto de obras inacabadas. Nós temos obras que não estão concluídas, mas atualmente o Distrito desenvolve dezessete frentes de trabalho, dezessete obras, que estão em andamento. São obras que vêm recebendo regularmente recursos, muitas delas, evidentemente, não nos prazos nem na velocidade que nós gostaríamos, mas o distrito rodoviário aqui é o braço executivo do DNER, e nós trabalhamos rigorosamente em cima das dotações consignadas no orçamento, e os ritmos de trabalho nas nossas frentes são aqueles decorrentes dos recursos consignados. Só para citar as obras que nós temos em andamento, temos na BR-116 obras de pequeno porte, obras de médio porte e obras de grande porte também. Temos duas passarelas ali na BR-116, na Vila Campina, passarela em Novo Hamburgo, viaduto na BR-116 também na avenida



João Corrêa, passarela também lá em Santa Maria, na BR-287, obras complementares em Uruguaiana, travessia urbana de Santa Maria; na área de construção, na BR-101 Tavares-São José do Norte, é uma obra que está andando; Santa Maria-Rosário também é outra obra que está andando, Bom Jesus-Vacaria na BR-285; BR-468, este conveniado com o Governo do Estado, Três Passos-Porto Soberbo, tocada pelo Distrito; e 481, Salto do Jacuí-Arroio do Tigre, conveniado com o Governo do Estado; BR-472, contorno de Santa Rosa; na área de adequação de capacidade, a BR-386, Tabai-Canoas; e lá também em Lajeado a reconstrução da segunda ponte do Rio Taquari, liga Lajeado a Estrela. E na área de restauração, na BR-392, um pequeno recapeamento entre Santo Ângelo e Cerro Largo e travessia de Rosário do Sul na BR-290. São dezessete frentes de obras que o Distrito desenvolve com os recursos consignados no orçamento. Essa a rápida introdução, Sr. Presidente, que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Passo a palavra ao Relator, Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu queria agradecer a presença ao Dr. Haroldo nesta Comissão. Pergunto ao Dr. Haroldo se ele tem na sua área de atuação, sob a sua direção, alguma obra inacabada ou com algum vício de regularidade, na sua regularidade, tais como licitação.

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Não tenho conhecimento, Deputado, e com relação à obra inacabada, eu falei que nós temos um levantamento dos últimos vinte anos, mas retroagindo um pouco mais, nós temos algumas obras que de fato não foram concluídas, que foi um programa de balanças, de controle de carga que foi desenvolvido, mas isso já nos idos de 79 e 80. Nos anos 79 e 80 eram dezoito balanças, não foram todas concluídas, houve na época uma ordem geral de paralisação das obras do Governo Federal e essas obras foram paradas, era um total de dezoito, posteriormente foram retomadas. Algumas nós chegamos a concluir: dez balanças; outras oito não chegaram a ser concluídas. Então, isso já remonta naquela época. Essas obras, pode se dizer que em função do tempo decorrido, aquele programa e aquela concepção de pesagem se desatualizaram, a pesagem fixa, e com o programa de concessões que foi implantado aqui no Rio



Grande do Sul, onde nós fizemos uma delegação de mais ou menos 40% da malha federal, que foi delegada ao Estado do Rio Grande do Sul, para administração por parte do Estado, e para implantação de um programa de concessões, chamado Pólos Rodoviários, e as concessionárias assumiram essa atribuição de controle. E o controle que elas fazem é um controle dinâmico, um controle que o local de controle muda constantemente, não é sempre um controle fixo. Por isso que aquele sistema concebido se tornou desatualizado. De forma que, respondendo, então, a sua pergunta, objetivamente, tem realmente, mas remonta de uma época há mais de vinte e dois, vinte e três anos.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - O senhor teve alguma dificuldade com relação à BR-285?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - BR-285. Esta obra é uma obra que foi licitada. Ela se desenvolveu durante um determinado período e, por falta de recursos, ela ficou alguns anos parada. Se não me engano, foram dois ou três anos que ficou sem recursos. E, posteriormente, já quando o Ministro Klein assumiu o Ministério, ele tomou a decisão de reliciar as obras com — perdão — retomar as obras através de convênio com o Batalhão Rodoviário de Lages. E a obra foi retomada, está em pleno andamento a obra com o Exército.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Previsão de conclusão da obra?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - No corrente ano deve ficar concluída.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - E com relação à 386? Teve alguma dificuldade?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - BR-386. Qual é o trecho específico?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Não estou com o trecho, não. Quero saber só as dificuldades. Qualquer trecho dela.

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Não. A 386, nós devemos concluir uma obra de ampliação de capacidade este ano, também fica concluída, e o restante da rodovia está delegada ao Estado e está dentro do Programa de Pólos Rodoviários.



O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - O senhor tem conhecimento, mesmo fora da sua área de atuação, de alguma obra inacabada, ou com algum vício na sua legalidade, seja através de denúncia pela imprensa ou outro tipo de denúncia? O senhor tem conhecimento, independentemente da sua área de atuação?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Não. Não estou me recordando. Na minha área, foi esse caso das balanças, que eu já citei.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - O senhor tem conhecimento de algum bem da União ou algum ativo ocioso da União, tanto urbano como rural, que esteja ocioso? Algum imóvel?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Não. Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Não tem? Muito obrigado pelas suas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Queria passar a palavra ao Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Dr. Haroldo, eu gostaria de uma informação do senhor sobre as balanças: elas foram licitadas, implantadas, estão abandonadas. É isso?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - O programa eram dezoito balanças: dez chegaram a ser concluídas e oito não chegaram a ser concluídas. Dessas dez que chegaram a ser concluídas, quatro conseguiram entrar em operação.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - E essas quatro estão funcionando até hoje?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Não. Elas foram, posteriormente, desativadas, algumas, porque as rodovias foram concedidas. Então, o concessionário assumiu essa função de controle de carga. E outras, porque os contratos da operação da balança — e essa operação da balança é terceirizada —, e os contratos... O caso da BR-101, por exemplo, o contrato se extinguiu e não houve uma nova licitação.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - E em outros trechos, o contrato continua? Só da 101 foi extinto?



O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - O caso da 101. As demais estão em concessões. As três outras.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Estão em concessões, mas não estão funcionando? Estão abandonadas?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Não estão funcionando, porque o concessionário, em geral, ele não usa... Isso foi até o que eu citei: aquele sistema, ele hoje é um sistema — na época, ele era um sistema, vamos dizer assim, era o que mais moderno tinha —, hoje, ele é um sistema especialmente no controle em concessões, é obsoleto. O concessionário ele controla de outra forma. Ele não controla em balança fixa. E esses nossos sistemas são fixos.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Dr. Haroldo, quantos estão sob a responsabilidade do DNER, hoje, construídas? Que estão sob a responsabilidade do DNER? Quantas estão abandonadas?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - O total são dezoito. Dez concluídas e oito não concluídas.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Então, são dez? Essas dez estão sendo...

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - E oito não concluídas.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - E essas oito não estão concluídas, mas têm as balanças, equipamento comprado?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Não, não tem equipamento. Só tem equipamento essas quatro que entraram em operação.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - E os prédios estão prontos?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Existem os prédios.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Estão abandonados ou estão vigiados?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Alguns estão vigiados. Nós mantínhamos até recentemente, na medida em que nós conseguimos vigilância. E alguns não temos conseguido manter a vigilância e estão em estado de abandono.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Destruindo os prédios?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Muitos deles estão semidestruídos.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Então, são semidestruídos?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Estão semidestruídos.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Os quatro que tinham equipamentos — e chegaram a pôr equipamentos nesses quatro —, esses equipamentos também estão abandonados?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Esses quatro que tinham equipamentos, esses equipamentos eles eram — dentro de um contrato que o DNER tinha com a empresa que fornecia o equipamento, no momento em que eles foram desativados, a empresa recolheu os equipamentos — uma espécie de **leasing**, se não me engano.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - E qual a solução que o DNER está dando para esses prédios abandonados?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Não tenho conhecimento que solução estaria dando.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Qual a opinião de V.Sa. sobre esses prédios? O que deve ser feito?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Esses prédios, eu não vejo, assim, do ponto de vista de retomar o programa da forma como ele foi concebido, eu já vejo ele bastante prejudicado, porque as principais demandas nos principais eixos, que exigiam controle de carga, estão dentro do programa de concessões. Então, esses prédios teriam que ter algum outro destino, alguma outra finalidade. Em algumas concessões, a concessionária até aproveitou esse prédio para outras finalidades, foi aqui, por exemplo, na concessão da **freeway**. A concessionária utilizou um prédio desses para apoio de instalações de pedágios, etc.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - E esses outros prédios não podem ser repassados à Política Rodoviária Federal para ter uso pela Polícia Rodoviária Federal?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Eles poderiam ser repassados, mas o tipo de prédio, porque — vamos dizer assim — não coincide o local onde está o prédio, onde estrategicamente a Polícia poderia operar. Enfim, a Polícia nunca nos solicitou.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Ou para a Receita Estadual ou Receita Federal, não há interesse?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Poderia, poderia. Não sei assim. O fato é que para nós não está servindo.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Eu gostaria, Presidente, que depois o Dr. Haroldo passasse detalhe sobre as balanças aqui no Rio Grande do Sul. Os prédios, se possível, com fotografias.

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - O.k.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Mas eu gostaria de fazer mais umas perguntas para o senhor. O trecho rodoviário do corredor MERCOSUL da BR-101, divide Santa Catarina com Osório — Rio Grande do Sul, Osório —, está sendo executado, está parado?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Não. Está com um projeto, apenas é um projeto concluído, a licitação desse trecho está programada para o mês de setembro deste ano, se conseguirmos a licença ambiental que está um pouco complicada lá no trecho de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Então, não tem RIMA?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Tem. Prontinho. Só que o IBAMA não deu a licença ainda.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Então, não foi licitada a extração ainda?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Não foi porque é uma obra, é um programa com financiamento externo do BID e a missão do BID para dar liberação final para a licitação ela só quer vir fazer essa vistoria, essa missão de análise, como é chamada, ela só quer vir quando tiver a licença ambiental expedida.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Mas, então, tem de ir no orçamento. Vai perder o dinheiro do orçamento, também, porque até abrir a licitação e tudo.

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - É possível, embora já se sabendo, mais ou menos, essas dificuldades, o recurso consignado, pelo menos no trecho do Rio Grande do Sul, não é um recurso muito expressivo, comparado com o tamanho da obra.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - E de Osório a São José do Norte, no Rio Grande?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Está andando, está andando normalmente.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Está sendo aplicado, está em obra?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Está. Tem dois lotes andando normalmente. Cada lote que está andando tem, mais ou menos, são lotes de quarenta e poucos quilômetros, cada um já tem uns vinte quilômetros pavimentados e andando com ritmo bem bom.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - E a 285, divisa Rio Grande do Sul com Santa Catarina e São Borja?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Perfeito. No trecho em obras que é de Vacaria até Bom Jesus este trecho deve estar concluído até o final deste ano.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - A BR-116, no cruzamento da rua, construção de viadutos ...

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Rua Rincão.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Na BR-116 no cruzamento da Rua Rincão e Novo Hamburgo?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Perfeito. Este é até um recurso consignado no orçamento, mas a licitação não ocorreu ainda porque o projeto ainda está em fase de minuta. Estamos com o projeto praticamente pronto, está em exame a minuta. E essa licitação, o meu Chefe de Engenharia, que está lá no fundo, pode me dizer. Eu acho que em setembro a gente já consegue lançar esse edital, não é João?

(Intervenção inaudível.)

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Outubro.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Dr. Haroldo, tem alguma obra hoje questionado pelo Tribunal de Contas da União, em auditoria nesses trechos e essas obras nas BRs aqui?



O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Sim. Posso lhe dizer que dessas dezessete obras foram auditadas, já sofreram auditorias a 101, 158, 285, 386 — as duas obras da 386. Todas já foram auditadas.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - São quatro, não é?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Cinco.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Cinco. E alguma com suspensão de obras?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Não, não. Nada.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - De repasse, não?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Não, não. Vistoria normal.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - E adequação de trechos? O recurso de adequação de trechos e iluminação de pontos críticos?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Os recursos ... iluminação de pontos críticos. Nós estamos com um programa importante em pontos críticos. E essas primeiras obras que eu citei todas elas são com esses recursos, embora uma parte do ponto crítico estar prevista para também licitações que estão andando, e que a gente quer ainda ver se consegue contratar esse ano. Por exemplo: passarela em Vila Campina, passarela em Novo Hamburgo, viaduto da João Correia, passarela em Santa Maria, obras complementares de Uruguaiana e dois segmentos de recapeamento na travessia urbana de Santa Maria são obras que estão sendo feitas com recursos do ponto crítico.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Inclusive, esse viaduto da 116, cruzamento da Rua Rincão.

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Não. Esse tem um recurso específico para ele.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Ele já foi licitado?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Esse é o que falei que nós estamos com um projeto já em fase de conclusão, previsão de licitação. Me falou lá o João Manoel que seria outubro.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - E o projeto de interseção da BR-116, Novo Hamburgo, já foi licitado?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Interseção?



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - É, na Rodovia 116, entroncamento com a RS-239, em Campo Bom; que vai para Campo Bom.

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Esse trecho aí não é interseção lá em Novo Hamburgo?

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - É.

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Deixa eu perguntar ali, para ver se o João Manoel me ajuda. Tu consegue identificar isso aí, João?

(Intervenção inaudível.)

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Qual é o quilômetro?

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Isso em Novo Hamburgo.

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Qual é o quilômetro? O senhor tem aí?

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Não tenho o quilômetro.

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Não estou conseguindo identificar. Será que não é lá na Avenida 7 de Setembro? Isso é lá em Novo Hamburgo.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Não, eu não tenho o trecho.

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Esse está concluído. Se for esse, está concluído, está pronto. Novo Hamburgo, um viaduto no entroncamento...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Isso. Concluído este ano. Foi concluído este ano? Ficou pronto este ano?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Foi inaugurado bem agora no início deste ano. Ficou concluído no ano passado, no final do ano passado e entregue no início deste ano.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Dr. Haroldo, existe a criação da Agência Nacional de Transporte. O DNER vai virar agência, não é?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Exato.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - E o patrimônio hoje? O senhor tem o levantamento de todo o patrimônio do DNER aqui no Rio Grande do Sul, da residência, todos os patrimônios?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Nós temos, nós temos uma área que está cuidando de inclusive apurar esse levantamento, exatamente com



vistas à transformação que vai haver, a extinção do DNER, a criação desse outro departamento que se chama DENIT.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - DENIT.

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Isso.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - E o patrimônio hoje de maquinário do DNER, porque o DNER hoje não mexe mais com maquinário.

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Não.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Ele terceirizou todos?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Isso.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - E esse maquinário foi feito como? Com convênio com Prefeitura?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Isso. Nós fizemos através de leilões, nós alienamos uma parte e, nos últimos três anos, o que não foi leiloadado foi todo doado, porque nós tínhamos cobertura legal, porque todo o equipamento que é dado baixa como inservível nós podemos doar para Prefeituras. Então, foram todos feitos doações para Prefeituras, mas equipamentos nós não temos mais.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - O senhor não tem nenhuma obra parada hoje no DNER, nenhuma BR faltando equação e viaduto para ser encabeçado?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Não. Obra que nós temos, nós não temos nenhuma obra licitada sem recurso no orçamento. Portanto, paralisada por falta de recurso. As obras estão andando todas, umas com um pouco mais de recursos, outras com um pouco menos.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Um minutinho só.

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Pois não.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - A 285, a 285, Vacaria e divisa com o Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, ela foi licitada em 1984, foi concluído o projeto final dessa obra. Ela teve o início e em 1993 tem uma revisão do projeto. Ela teve início, em 1998 iniciou as obras, em 93 tem uma revisão do projeto. Em 1993 encerrou o contrato com a EMPA, e com isso cada contrato foi encerrando, foi se mudando nova concorrência, novo valor, foi aumentando essa obra, paralisava dois anos, fazia nova concorrência, depois paralisava mais dois anos, fazia nova



concorrência. Isso vem desde 1984. Como que está a obra hoje da 285? Qual a empresa que está executando essa obra hoje?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Essa obra foi aquele a que eu referi, que foi adjudicada, foi feito um convênio com o Exército. Então uma parte está sendo feita pelo Exército, outra parte foi feita... porque ela ficou um tempo paralisada, foram refeitas, retomada a obra, quando ela foi retomada uma parte foi assumida pelo Exército. Na realidade foi assumida toda a obra inicialmente pelo Exército. Depois, devido ao ritmo que se queria dar na obra, na época, o Exército, o próprio Exército solicitou que ele ficasse só com a metade para ele poder dar o ritmo adequado e a outra metade foi novamente licitada.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Deputado, só uma pergunta. O que significa “feita pelo Exército”?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Convênio que o DNER faz com os Batalhões de Engenharia do Exército para executar a obra através... O Exército mantém esses convênios com o DNER há muitos anos. Muitas obras são feitas.

(Intervenção inaudível.)

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Batalhões de Engenharia, eles têm interesse em treinamento, em se qualificar. Então o Exército sempre manifestou esse interesse em executar obras com o DNER.

(Intervenção inaudível.)

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Não. Eles executam, eles executam por administração. É um sistema de repasse. É repassado o recurso adiantado, inclusive, e eles adquirem equipamento e executam a obra praticamente pelo sistema de administração direta. Às vezes eles subempreitam algumas coisas, mas não tudo.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Dr. Haroldo, essa obra só teve o RIMA em 1995, em 91. Ela teve paralisada de novo em 98, retornou em 99, paralisou de novo em 2000, em janeiro de 2000. Voltou em 29/06/2000 de novo.

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Isso

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - E ela tem um trecho interessante essa obra. Ela tem 50,4 quilômetros de rodovia acabada, tem 17,11 de quilômetros de pavimentação e está em andamento. Teve um convênio com o 10º



Batalhão de Engenharia e Construção, a vigência do convênio é de 02/10/96 a 31/12/2001, em dezembro encerra esse convênio. O convênio foi excluído do objeto segmento 28.5. Porque excluíram esse convênio 28.5?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Acabei de responder há pouco que foi exatamente que se queria dar um ritmo mais forte na obra, e o Batalhão que tinha o convênio com toda a extensão solicitou que — porque o trecho é mais ou menos 60 quilômetros, então 28 é mais ou menos a metade —, então o Batalhão solicitou ficar só com a metade, de Vacaria, que logisticamente para ele era mais adequado e o DNER licitou a outra metade.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Mas aí voltou para a Construtora EMPA de novo?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Ganhou a Construtora EMPA.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Ela ganhou, em 1984, largou a obra, abandonou, voltou a licitação de novo, voltou, e agora tirou 28 quilômetros para ela em 2001 de novo, é isso? A EMPA de novo?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Não. Foi em 2001. Quando é que ocorreu essa licitação?

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Não, de 28 foi em 98.

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Era isso.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Ela desistiu da obra, paralisou a obra, em 88 paralisou a obra.

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Não foi ela que desistiu, foi por falta de recursos por um tempo...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Sim, mas foi suspenso.

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - ... bastante tempo foi os convênios, os contratos foram rescindidos.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Então a EMPA executou agora 28,5. Terminou essa obra?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Termina no final deste ano. EMPA e Batalhão. Os dois estão trabalhando. Tem recurso para terminar e o ritmo que está, termina este ano.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - E tem recurso para terminar?



O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Tem.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Total do 285?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Para terminar todo o trecho, de Vacaria até Bom Jesus.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Inclusive o 58.7 do Batalhão?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Não. O Batalhão não tem 58.7; 58.7 é a extensão total. O Batalhão tem só 30 e a EMPA tem 28.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - O subtrecho de Santa Catarina a Rio Grande, Bom Jesus, a extensão é 55.2. Esse não tem licitação?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Vacaria a Bom Jesus?

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - É.

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - É o mesmo trecho. Nós estamos falando no mesmo trecho: Vacaria a Bom Jesus. Quanto é a extensão exata aí, João Manoel? Vê para tirar a dúvida do Deputado.

O SR. JOÃO MANOEL - É 58,7 quilômetros.

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - É 58.7.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Não. E o 55.2? Ainda não há contrato de construção do subtrecho divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Qual trecho?

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - É divisa.

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Sim. Aí é prosseguimento da obra, de Bom Jesus em direção até a divisa. Nós estávamos falando Vacaria-Bom Jesus, depois a obra prossegue até a divisa e, depois, lá em Santa Catarina, está em projeto para prosseguir a BR-285 da divisa de Santa Catarina até o entroncamento com a BR-101 em Araranguá, para que então haja essa interligação. E no caso nosso aqui, foi feita a licitação do trecho do prosseguimento. Existe um recurso no orçamento para dar o prosseguimento, foi feita a licitação, foram já inclusive assinados os contratos, mas esse trecho, para ter início, estão aguardando a conclusão da liberação ambiental. Essa obra não está...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Não está licitada, então?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Está licitada, mas não...



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Qual que é a empresa?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - São SULTEPA e EMPA.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Eu gostaria de agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Passo a palavra ao Deputado Sérgio Reis.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Sr. Presidente, já são aproximadamente 20 horas. Eu só teria aqui uma pergunta em relação à BR-158, do trecho de Santa Maria a Rosário do Sul.

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Certo. Pois não.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Ela está andando?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - A obra está andando normalmente, tem recurso,...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Tem recursos até o final?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - ... recurso no orçamento não para concluir a obra este ano, mas para que a obra ande num ritmo, até um ritmo bom, bem bom.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - E a previsão de conclusão?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Vai depender... Até vou me socorrer do João Manoel, se ele pode verificar na planilha quanto falta para concluir essa obra.

O SR. JOÃO MANOEL - Havendo recursos, no final do próximo ano teremos...

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Quanto precisaria para o ano que vem, na nossa previsão?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Ainda falta dinheiro.

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Exatamente. As obras, elas... Quando se faz uma licitação...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Ele está passando a informação por causa do negócio da gravação. Só para sua informação, que ele passou *(ininteligível.)* Não, mas está correto. Pode continuar, por favor.



O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Eu não sei se ele chegou a verificar ali o recurso que precisa para continuar. Chegou a verificar, João? Daqui a pouco ele... Mas o que eu estava dizendo...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Sr. Presidente, enquanto ele observa ali a questão. Faltam quantos?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Recursos para este ano, estão alocados 10 milhões neste ano.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Dez milhões este ano?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Dez milhões este ano. Mas o que eu digo é o seguinte: o DNER, quando ele licita uma obra, o órgão costuma estabelecer para o prazo da obra aquele prazo que é tecnicamente factível num ritmo normal para o porte das empresas que estão sendo — vamos dizer assim —, que seriam as adequadas para executar aquela obra.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Tudo bem.

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Então, esses prazos, em geral, oscilam de 2 anos, 1 ano e meio, 2 anos, 2 anos e meio. Esses são os prazos das licitações. Agora, o prazo em que a obra vai ser concluída vai depender do que for consignado no orçamento. Isso aí é sempre assim. Se tiver uma obra de 20 milhões e vier 10 milhões num ano e 10 no outro, ela fica pronta em 2 anos. Agora, se vier 4 milhões por ano, ela vai levar 5 anos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Eu queria passar a palavra ao Deputado Augusto Nardes.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES - Eu queria uma informação sobre a 392, trecho Cerro Largo-Santo Ângelo, como é que está a obra? Qual é a previsão de conclusão? Se vai ser feito o recapeamento, aquele que foi... Inicialmente, essa é a primeira pergunta. Depois farei outra pergunta.

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Santo Ângelo-Cerro Largo, nós temos ali um contrato para fazer um recapeamento e esse recapeamento acho que fica concluído até o final do ano.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES - Até o final do ano?



O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Isso. O recurso está assegurado também para que fique concluído.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES - Ficou assegurado. Bem, eu queria outra pergunta sobre um porto, que foi feito em Cachoeira, se é do patrimônio da União ou é do Governo do Estado, se tem informação? Um porto que ocupa uma área lá, que foi desapropriada pelo Governo Federal, de 183 hectares. Denúncia feita na **Zero Hora**, há poucos dias, de que não foi concluída essa obra e foi gasto lá mais de 4 milhões, começado em 1980. E esse porto não foi concluído. Não sei se é do Estado ou da União. O senhor tem conhecimento?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Eu não tenho essa informação, Deputado, porque essa obra de porto, etc. não é jurisdicionada ao nosso Distrito, só as rodovias federais. Então, não saberia lhe dar uma informação. Não é da nossa jurisdição.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES - Não é da jurisdição. Está o.k. Outra solicitação é em relação à 285, do trecho que está faltando. Quando será concluído aquele trecho, especialmente a partir de Carazinho a Ijuí, uma parte, e a outra de Ijuí até São Borja?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Ijuí a São Borja. Nós já fizemos um recapeamento, dois recapeamentos nesse trecho, que foi Panambi-Ijuí, e fizemos um recapeamento... Esse trecho até Santo Ângelo, como é que está, João Manoel? Me ajude aí. E depois nós recapeamos lá perto de Uruguaiana...Desculpe, lá perto de São Borja, entre São José e São Borja. Os últimos 50 quilômetros também já foram restaurados.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES - Até Santo Ângelo está pronto. Quero saber de Santo Ângelo para frente.

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Até?

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES - Até Santo Ângelo está pronto. Santo Ângelo para frente...

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Até Santo Ângelo. Isso. E Santo Ângelo exatamente. Isso é que ele vai me ajudar, aí, mas...

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES - De Santo Ângelo para frente...



O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - ... Deputado da região está com a informação mais atualizada.

O SR. JOÃO MANOEL - Faltam Santo Ângelo e São Luís (*ininteligível.*)

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - É. Santo Ângelo e São Luís. Mas aquele trecho está programado no CREMA ou no... No CREMA, não é?

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES - Santo Ângelo...

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Nós temos um programa de financiamento externo, que é o BID e BIRD, e esse programa está financiando restaurações no Estado. Nós colocamos nesse programa toda a BR-285, alguns pela licitação normal de contratos de empreitada, outros por esse programa CREMA, que é um programa de...

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES - Esse programa CREMA prevê quando o término até São Luís e até São Borja?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Ele prevê a licitação desse trecho, se não me engano, ainda este ano.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES - Ainda este ano?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Antes do fim do ano deve sair essa licitação desse trecho do CREMA.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES - Esses recursos são os recursos da União e da...

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - BID e BIRD. É financiamento externo.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES - Eu só queria confirmar. Eu tinha essa informação, mas eu queria confirmar. Outro trecho, Salto do Jacuí a...

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Arroio do Tigre.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES - Arroio do Tigre e Cruz Alta, como é que está?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Ele está conveniado com o Estado, são recursos repassados pelo DNER, mas ele tem — até foi um Secretário que falou aqui, acho que foi o Secretário Adão —, estavam consignados 4 milhões, têm 4 milhões programados para esse trecho, mas são recursos de uma emenda de



construção no Rio Grande do Sul, uma emenda de bancada, e esse recurso de emenda ainda não foi...

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES - Liberado.

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - ... não houve limite. Não foi liberado, mas está programado. No que sair o limite deverá ser...

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES - Eu estou perguntando, porque este ano, inclusive, eu estou na coordenação para ver se a gente consegue liberar. Uma pergunta final: em relação às declarações do Secretário, especialmente, em relação àqueles convênios que existem, as consignações que existem com o Estado, o senhor tem alguma coisa a reparar, ou tem alguma coisa a acrescentar, ou tem alguma coisa a colocar que não está correto entre o Estado e a União?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Não. Em convênio de obras, nós temos somente esse aí, do Salto do Jacuí ao Arroio do Tigre, a 481. Os demais convênios que existem são convênios onde o Estado está administrando as rodovias federais, que é esse Programa dos Pólos Rodoviários.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES - Nada a acrescentar, então. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Passo a palavra ao Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Dr. Haroldo, eu vou ser sucinto. Primeiro, porque o Deputado Norberto não deixou quase questionamentos. Mas dispomos dos mesmos documentos. Então, seria redundante qualquer questionamento sobre as rodovias. Eu só vou fazer um questionamento, outra pergunta o senhor já acabou de responder agora, que seria sobre a liberação de recursos de emendas dos Parlamentares. Porque eu estou vendo que de tanto falarem que o recurso está garantido, que o recurso vem, com tanto confiança, e a nossa situação lá é tão delicada, porque nós não conseguimos desempenhar além de 5 milhões para o Estado inteiro. O senhor acabou confirmando que esses recursos são fontes do projeto original e só os recursos de bancada que ainda não foram empenhados. Só confirmar isso. Os recursos de emenda de bancada...

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - De uma maneira geral, os recursos decorrentes de emenda não foram liberados.



O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Também aqui no Estado nenhum recurso foi liberado?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Também aqui no Estado.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - A segunda pergunta é a seguinte: nós, realmente, essa coisa da mudança tecnológica, ela faz com que se tenha que trocar equipamentos, máquinas, computadores numa velocidade muito grande. Aquele projeto das balanças ele durou muito pouco. Em uns Estados, como aqui, nem conseguiu ser implantado totalmente...

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Só quatro.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - ...e, infelizmente, uma boa parte foi paga daquilo, foi paga. Aquelas balanças poderiam ter sido utilizadas para uma outra atividade do Estado? Ou nos Estados da Federação, onde tem, por exemplo, transporte de pedras, como é o caso do Espírito Santo, para utilização mais comum de gado? Ou elas foram simplesmente abandonadas onde estavam e viraram sucatas?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - As instalações eram fixas.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Mas a balança não.

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Não tinha como remover as instalações. E a balança ela era um tipo de balança exclusiva para uso rodoviário e era um tipo chamado “balança dinâmica”, que pesa com a carga em movimento. Então, e pesa por eixo com a carga em movimento. Até em torno de 40 quilômetros por hora ela pesava por um sistema de laço indutivo. Eu não sei se ela seria uma balança apropriada para essa finalidade.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Não tivemos nenhuma chance de recuperação. Todo aquele programa foi recurso, de fato, perdido?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Infelizmente. Esse programa de balança...

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Só uma pergunta a mais, só para saber se o senhor tem informações, não é da área, porque nós ouvimos o Secretário de Planejamento, Adão, falar sobre a questão do Porto Rio Grande. Nós vamos amanhã fazer uma visita. Tenho uma dúvida de quem é de fato a gestão daquele porto. A superintendência do Porto de Rio Grande — está aqui, num documento na



INTERNET — tem ligação com o Estado do Rio Grande do Sul. O senhor sabe se aquele porto foi delegado, ou se ele tem parte federal, parte estadual? Como é que funciona?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Eu não saberei lhe dizer com precisão, Deputado. Eu soube, por quê? Porque eu acompanho essa matéria mais pela imprensa. Não é jurisdicionada à minha área. Mas eu soube que... sempre soube que há uma delegação, um convênio, delegação, e que o Estado estaria administrando o porto. Mas também soube que tinha já expirado esses prazos. Então, eu não saberia lhe dizer hoje, exatamente, com quem está essa administração.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Agradeço. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Eu queria agradecer a colaboração do Dr. Haroldo.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Desculpa, Deputado. Eu... me fugiu a pergunta que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - É umazinha só. Não tem nenhum trecho de rodovia, hoje, que esteja com algum pedido de inspeção do Tribunal de Contas da União, ou que tenha uma denúncia ou de superfaturamento ou de licitação sobre a gestão do DNER, no Espírito Santo e no Rio Grande do Sul?

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Não tem.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Não tem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Então, eu queria agradecer a presença do Dr. Haroldo Augusto Mata e a sua colaboração em relação à nossa Comissão.

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Eu só queria passar o questionário... Doutor, tem um questionário... Dr. Augusto... Dr. Haroldo.

O SR. HAROLDO AUGUSTO NOVIS MATA - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Desculpe, tem um questionário, que nós gostaríamos que o senhor colaborasse com a nossa Comissão, para que respondesse em quinze dias algumas coisas que são



pertinentes e de grande valor para a nossa Comissão. Eu queria aproveitar para chamar o último convidado, Dr. Mário Cesar Martins Fernandes, Superintendente Regional do INSS do Rio Grande do Sul. Ele está apresentando a todos agora, no final, desculpa pelo atraso inicia, em função do problema de vôo. Dr. Mário Cesar, o senhor tem dez minutos para exposição inicial.

O SR. MÁRIO CESAR MARTINS FERNANDES - Boa noite ao Deputado Damião Feliciano, Presidente da CPI, e aos demais Deputados aqui presentes. é uma satisfação atender ao convite deste Comissão Parlamentar, a fim de prestarmos os esclarecimentos que forem necessários. Inicialmente, eu queria dizer... fazer um rápido histórico dos imóveis, do patrimônio do INSS. Esse patrimônio foi acumulado ao longo do tempo — a maioria deles vindo dos ex-institutos, dos ex-IAPs — e ele foi oriundo de... a maioria deles, de dações em pagamento. Aquelas empresas que não solviam os seus compromissos com a Previdência Social, e na verdade a Previdência lançou mão da dação em pagamento para que pudessem quitar os seus débitos. Ao longo do tempo, essa incorporação se dava sem qualquer tipo de critério. Na medida em que era devedor não se podia cobrar o débito, então vinha, se chamava, se julgava esses bens para a Previdência Social, para os ex-institutos. Ao longo do tempo, foi se acumulando um patrimônio, que se tornou, diria assim, oneroso, pela sua manutenção, pela sua depreciação, e a partir de 1993 temos instruções que disciplinam a dação em pagamento. Os imóveis recebidos em dação em pagamento somente podem ser imóveis urbanos. Em segundo lugar, com área construída que possa ser utilizada pela instituição para uso próprio, ou seja, para a instalação das suas unidades. Então, nós vemos que foram se incorporando patrimônios imóveis ao acervo imobiliário da Previdência Social. Tenta-se, há algum tempo, a alienação desses imóveis. A Previdência Social tem como missão precípua a arrecadação de contribuições previdenciárias e o pagamento de benefícios. Na verdade, então, vimos que era necessário desfazer-se desses bens, aqueles bens que nós não utilizávamos para nossas unidades. Então começamos essa desmobilização, através de projetos, planos nacionais de desmobilização, no qual temos um parceiro que nos acompanha desde o início, que se chama Caixa Econômica Federal. A Caixa Econômica entra na avaliação desses imóveis. Eis aqui uma das principais



dificuldades enfrentadas na alienação, que não possibilitaram a venda desses imóveis, da maioria deles, eis que, além de fatores econômicos, de um mercado que não era comprador, e até hoje verificamos isso, a Caixa Econômica, através dos seus laudos de avaliação, verificamos que eles têm um preço bem acima do mercado. Então se verifica que, nas avaliações feitas pela Caixa, não se tem uma real... na avaliação não se leva em conta uma real situação do imóvel, as condições físicas do imóvel. Então, se em determinada zona, calculamos nós, que valha um cubo e meio o metro quadrado, dois cubos, enfim, ali se multiplicam. O INSS tem um imóvel de 100 metros, se multiplica, faz uma operação matemática, e aí se chega ao valor. Isso, na verdade, nós temos visto que tem dificultado. Nós temos preços, até porque os imóveis já sofrem os efeitos da obsolescência, são imóveis que têm certo grau de deterioração, e eles, então... nós não conseguimos efetivar essas vendas. Nós fizemos um trabalho que denominamos Projeto Araucárias III, nos três Estados do Sul, ano passado, procurando uma administração participativa, de intercâmbio entre os três Estados, e oferecemos sugestões à Direção Geral do INSS, no sentido de que nós pudéssemos, através de um processo licitatório, terceirizar a administração e a alienação desses imóveis. Nós achamos que a Previdência Social, a sua missão, como eu falei, é bem atender os seus segurados, oferecer-lhes... reconhecer os seus direitos e arrecadar as contribuições, fiscalizar a arrecadação das contribuições ao INSS. Então, nós sugerimos, primeiro, que se contrate, através de um processo de licitação, uma empresa que cuide da regularização desses imóveis e que, usando do **know how** dessa empresa, ela também proceda à alienação desses imóveis. Nós achamos que a nossa missão é a que acabei de citar e que nós não somos imobiliária e não temos conhecimento também... não temos verbas publicitárias para divulgar, para vender esses produtos. Então, nós achamos, e já sugerimos, que isso fosse feito através de um processo de licitação, para que nós pudéssemos terceirizar. Sabemos que as dificuldades de venda são grandes, pelos fatores acima já referidos. Isso se demonstra através das estatísticas, ao longo do tempo. E sabemos também que existe uma preocupação muito grande da Direção Geral da Previdência Social, do Ministro da Previdência. Foi constituído, recentemente, um grupo de trabalho em nível ministerial, cuidando exatamente dessa questão, de oferecer sugestões para que nós consigamos



desmobilizar mais rapidamente o nosso patrimônio. Nós, aqui no Estado, temos 216 imóveis, sendo que usamos, desses 216, 76 imóveis. Teríamos, então, para fins de alienação, 137. Entendido ter uma alienação a retirada de alguns imóveis do patrimônio do INSS e transferido para outros entes públicos que ocupam esses imóveis, principalmente as Prefeituras, os Ministérios e o Sistema Único de Saúde. Então, nós teríamos que imóveis cedidos a órgãos públicos, ocupados, a órgãos públicos são 67. Então, nós teríamos, na verdade, para alienar aqui no Estado, 79. Nós, a partir de 98, colocamos vários imóveis em licitação, em número de 69, e conseguimos alienar somente nove imóveis — percentual baixíssimo, menos de 15%. Então, na verdade, nós achamos que isso deva... nós tenhamos uma solução a respeito, haja vista que está sendo estudado com muito interesse pelo Ministério da Previdência e Assistência Social. Nós temos aqui também duas obras paralisadas que, até o presente momento, não tinham uma solução, haja vista que elas estavam **sub judice**. Temos uma obra para construção de uma agência da Previdência Social, um antigo posto, na cidade da Grande Porto Alegre, na cidade de Alvorada. Uma obra que, na verdade, foi licitada em julho de... foi firmado um contrato em julho de 89, sob uma gestão anterior, depois houve a mudança de gestão, e na verdade nós verificamos que essa obra, à época, havia sido construída com base num convênio assinado pela Prefeitura de Alvorada com o INSS, na qual havia — o ex-INPS, à época — a promessa de cessão dessa área, sem existir qualquer documento dominial hábil que permitisse à instituição construir em cima. Então, houve, na verdade, depois, uma regularização, a Prefeitura cedeu essa área ao INSS, e restou uma demanda judicial com a construtora, que reclamava o pagamento de parcelas, contra as quais o INSS se insurgia. Houve o recurso ao segundo grau e a decisão foi prolatada em... o acórdão, em 8 de março de 2001, e a execução de sentença veio agora em maio. Então, nós teremos de indenizar a construtora, num cálculo já conferido, é liquidação de sentença, 147 mil reais. Já estamos solicitando a dotação orçamentária correspondente à Direção Geral do INSS, para que nós consigamos... Calculamos que com mais 150 mil consigamos concluir essa obra e termos uma unidade em Cachoeirinha; em Alvorada, aliás. Temos a outra, que é Cachoeirinha, que também, na administração anterior, em 89, com a lei municipal de promessa de doação com cláusula de reversão ao INSS, foi



construída sem qualquer escritura e registro no competente Registro de Imóveis. Então, essas irregularidades foram apuradas através de inquérito administrativo, que determinei já em 92. Foram apuradas as responsabilidades do Superintendente da época, e existe um processo de execução fiscal cobrando essa dívida dessa pessoa. E esses fatos... foram, assim que apuradas as responsabilidades, punidos alguns servidores com pena de suspensão. E para aquelas pessoas que não pertenciam, como esse senhor, aos quadros da Previdência Social, do INSS, foi promovida a competente notícia ao Tribunal de Contas da União, à Polícia Federal, e os processos, então, têm seu curso normal. Estamos cobrando o ressarcimento desse prejuízo. Eu queria também mencionar aos Srs. Deputados que, a partir de dezembro de 99, através da Portaria 6.247, de 28 de dezembro, do então Ministro Waldeck Ornélas, se criou o regimento, se editou o regimento do INSS. O INSS, que já vinha há seis meses passando por uma comissão, por uma transição, ele provocou uma profunda alteração na sua estrutura com a criação das gerências executivas, sendo que as superintendências, a partir desse momento, de dezembro, têm somente uma função de articulação entre essas gerências. Todas essas atividades, que antes eram de competência da Superintendência, a partir de dezembro de 99 foram atribuídas aos senhores gerentes executivos — nove aqui no Rio Grande do Sul, cem em todo o Brasil. Era praticamente isso. Coloco-me à disposição dos Srs. Deputados para, na medida do possível, do que souber, responder aos questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Com a palavra o Relator, o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu agradeço a presença do Dr. Mário, mas lhe confesso que estou perplexo com essa colocação que o senhor faz a respeito da Caixa Econômica. Isso vem reforçar o meu conceito sobre a Caixa Econômica. A Caixa Econômica, para mim, de hoje, está parecendo uma galinha choca, que você coloca um punhado de ovo debaixo dela e as asas não dão para cobrir; e um punhado de ovo, depois, vai chocar, vai estragar, vai gorrar. Assim é a Caixa. Ela está se propondo a um punhado de serviço, desde emenda parlamentar a avaliação de imóveis, a bolsa-escola, a um punhado de coisa que está chocando — e eu fico apreensivo com isso —, parecendo com aqueles



ovos que estão gorando. Então, eu acho que este assunto é extremamente grave, na medida em que a pessoa não sabe diferenciar o preço da avaliação com o preço de mercado. O avaliador, o técnico, ele vai ter que ponderar o valor de avaliação com o valor de mercado, levando em consideração uma série de fatores que o ambiente oferecer, desde recursos, taxas de juros, formas de pagamento, uma série de coisas. Eu vou lhe fazer umas três ou quatro perguntas aqui, mas eu queria, talvez, até reforçar a angústia que o INSS está vivendo aqui de esta Comissão... ficar bem registrado aí, em letras negritadas, que ela vai ter que oferecer ao Governo uma sugestão capaz de desimpactar essa situação, que só tem contribuído, neste contexto, para trazer prejuízo ou aumentar o prejuízo do Tesouro Nacional. Então, eu fico a me perguntar se todos esses imóveis, a partir de agora, vai ficar com a alçada da gerência aqui, do processo de desimobilização das gerências, ou se ele vai ficar na alçada de Brasília. Esse é um ponto.

O SR. MÁRIO CESAR MARTINS FERNANDES - A execução, Deputado, é feita pelas gerências. As políticas de desimobilização, elas emanam da Diretoria de Administração de Brasília, que traçam as diretrizes.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Dr. Mário, nesse processo de desimobilização tem sido colocado em prática a forma de alienação parcelada como forma de oferecer até condições melhores para a pessoa pagarem, ou só à vista? Preservando, lógico, no parcelamento, o poder aquisitivo da moeda.

O SR. MÁRIO CESAR MARTINS FERNANDES - Nós temos... As nossas vendas são feitas... podem ser feitas à vista ou a prazo, com interveniência da Caixa Econômica Federal. Se eu não me engano — não tenho certeza, Deputado — são 10% de entrada e mais em sessenta parceladas, que nós executamos, vendemos, alienamos esses imóveis.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - O senhor disse que não tem nenhum imóvel rural aí no acervo da...

O SR. MÁRIO CESAR MARTINS FERNANDES - Não, rural nós não temos. Eu pelo menos não tenho notícia.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Certo. E quantos imóveis vocês já colocaram ou estão colocando no processo de desimobilização?



O SR. MÁRIO CESAR MARTINS FERNANDES - Nós, desde 98, Deputado, já colocamos 69 imóveis. E, pelas dificuldades que acabei de arrolar, nós não tivemos êxito. Alguns foram colocados duas vezes, em vários editais. Então, de 98 para cá, de 69 imóveis, nós conseguimos alienar somente nove.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - O senhor teve assim — levando em consideração a sua experiência e tal — o sentimento de que o edital não guardava sintonia com, vamos dizer assim, com a realidade, o preço estava alto, as condições de pagamento não guardavam sintonia com o mercado, naquela situação?

O SR. MÁRIO CESAR MARTINS FERNANDES - Olha, Deputado, até as condições de pagamento — sessenta vezes — são condições razoáveis. Agora, a questão fundamental é o preço, que ele está, digamos assim, bem acima do preço de mercado, bem acima.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - (*Intervenção inaudível.*)

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Eu, particularmente, acho que nós vamos ter que apresentar uma sugestão. Mas, independentemente disso, seria interessante que o senhor colocasse para nós essas dificuldades, porque... Até antes de concluir esse trabalho, porque eu acho que é uma situação que vai demandar algum tempo. Nós vamos até procurar o Dr. Cechin, o Ministro, com vistas a ver se ele também nos ajuda a trabalhar uma solução. Mas, a permanecer esse quadro aí, eu acho que isso aí me dá um sinal de que esse grau de comprometimento não está no Rio Grande do Sul — ele vai estar em todo o Brasil, porque os **modus operandi** são os mesmos. O que está acontecendo aqui vai estar acontecendo no Rio de Janeiro, vai estar acontecendo em São Paulo, vai estar acontecendo no Pará, e cada dia gorando mais ovos. Muito obrigado aí pela...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - São 20h30min. Com a palavra o Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Dr. Mário, quantos imóveis tem hoje o órgão do senhor?

O SR. MÁRIO CESAR MARTINS FERNANDES - O órgão, o INSS, aqui no Estado, possui 216 imóveis. Desses 216, 76 são de uso próprio, 137 se dividem em imóveis que podem ser alienados a terceiros e imóveis... sendo que, desses, 70 — para ser mais claro — podem ser alienados e 67 são ocupados por órgãos públicos.



Leia-se, na grande maioria dos casos, pelo SUS, que antigamente pertencia ao Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, o INAMPS, mas que cuidava da saúde. Com a descentralização, primeiro, para os Governos Estaduais, e depois com a municipalização plena ou parcial, que passou para os Governos Municipais, nós passamos a compartilhar os nossos prédios com... ou ceder esses prédios para o SUS. Só para ter uma idéia, Deputado... “Poxa, 67 prédios que são ocupados por órgãos públicos”. Nós temos aqui... O Deputado Nardes conhece bem o Hospital Presidente Vargas, que é um prédio que está em nome do INSS. Por quê? Porque quem administrava à época os imóveis do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, do qual o INAMPS fazia parte, era o IAPAS. E hoje há uma grande discussão. É do Ministério da Saúde, é do Governo Estadual, é do Governo Municipal ou é do INSS? Essa discussão... Nós sabemos que há algum tempo foi criada uma comissão interministerial para resolver essa questão patrimonial, até porque pesa no estoque do INSS o número aqui... Veja o senhor, no Rio Grande, temos 62 — imagine em todo o Brasil —, que na verdade são ocupados... Nós temos um prédio aqui na Rua Riachuelo com a Borges de Medeiros, o Prédio Brasileiro de Moraes, bem próximo daqui, que era do antigo IAPI e que hoje é ocupado pelo Ministério da Saúde, ocupado pela Advocacia-Geral da União, e nós... consta no nosso acervo imobiliário, no nosso patrimônio.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Que foi tirado do patrimônio do fundo da Previdência.

O SR. MÁRIO CESAR MARTINS FERNANDES - Sim, com certeza.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Que o rombo, hoje, da Previdência, desde o do IAPAS, do INAMPS, do INSS, vem juntando tudo...

O SR. MÁRIO CESAR MARTINS FERNANDES - Isso é importante.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - ...do patrimônio.

O SR. MÁRIO CESAR MARTINS FERNANDES - Exato.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Sempre o Governo tem de repor, mas não devolve o patrimônio para o fundo. Quantos imóveis têm invadidos?

O SR. MÁRIO CESAR MARTINS FERNANDES - Bom, quanto às invasões, nós temos áreas aqui, principalmente aqui em Porto Alegre, onde trago algum exemplo, e até para ser bem... Nós temos Rua Condor, área 1, área 2, 3, 4; Paulino



Azurenha. Mas para nós sermos assim bem mais práticos, às vezes, eu acho que a gente usando vulgos, termos mais comuns, a gente consegue identificar. Nós temos no bairro... os maiores lotes nossos no Jardim Camaquã e na Vila Maria Degolada também — assim é mais conhecida...

(Não identificado) - Maria Degolada?

O SR. MÁRIO CESAR MARTINS FERNANDES - É. Por todos nós, não é? Então, nós temos, só para lhe dar um exemplo, no Bairro Jardim Camaquã, um lote aqui de 44.613 metros, que está invadido. Isso vem de trinta, quarenta anos atrás. Nós temos, na verdade, empreendido grandes esforços junto à Prefeitura Municipal de Porto Alegre e com a parceria, digamos assim, de uma associação de moradores — ACOMOJACA. É a Associação dos Moradores do Bairro Camaquã, Jardim Camaquã, e eles têm nos procurado, e a gerente executiva de Porto Alegre também. São pessoas que querem regularizar a sua situação. Na verdade, a parte que dependia do INSS, dos levantamentos planimétricos, foram por nós contratados, a fim de fazer a individualização da área. E nós... todo esse processo pende de solução da Secretaria Municipal da Habitação. Existe um protocolo, Deputados — se eu não me engano é de 81, firmado entre a Prefeitura e a atual administração da época — acho que era o INPS, na época; o IAPAS, na época, desculpe —, e no qual a Prefeitura de Porto Alegre se comprometia a adquirir glebas, lotes, para depois distribuir a essas pessoas, a esses que invadiram as áreas, esses moradores. Na verdade isso aí só ficou no protocolo de intenções, em que pesem as nossas várias reuniões com a Prefeitura de Porto Alegre, com o Governo do Estado também, com a Secretaria Estadual da Habitação, visando a uma solução para esse problema. E, como disse, a parte que nos cabia fazer — a nós, do INSS — foi feita. Várias reuniões foram feitas com os moradores, com a associação. São pessoas sérias, humildes, trabalhadoras. A gente vê que eles não querem morar de graça e ter a incerteza de um dia poderem ser despejados, o que seria até difícil. Mas eles querem ter o seu lote, a sua casinha em cima, pagar impostos, e isso está na Prefeitura de Porto Alegre. É uma coisa que na verdade nós temos que resolver. Será melhor para todos: para o INSS, para os moradores, para a sociedade, enfim.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Quantas famílias moram nessa área?



O SR. MÁRIO CESAR MARTINS FERNANDES - Eu não teria certeza...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - É uma área de quantos hectares, hoje?

(Intervenção inaudível.)

O SR. MÁRIO CESAR MARTINS FERNANDES - Somente uma área, não é, Deputado?

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Quantas são invadidas?

O SR. MÁRIO CESAR MARTINS FERNANDES - As áreas invadidas, nós temos aqui: Condor I, 10 mil metros quadrados; Condor II, 10 mil; 10 mil, 10 mil. Eu só lhe dei um exemplo...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Mas invadida por pessoas humildes ou invadida por comércio, por empresa etc.?

O SR. MÁRIO CESAR MARTINS FERNANDES - Não, a maioria por pessoas humildes. A grade maioria, por moradores. Até peço o auxílio da nossa Gerente Executiva de Porto Alegre.

A SRA. MÔNICA CABAÑAS GUIMARÃES - *(Intervenção inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Só para efeito de gravação, eu pediria que o Dr. Mário repetisse.

O SR. MÁRIO CESAR MARTINS FERNANDES - Sim. O que a colega falou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Exatamente.

O SR. MÁRIO CESAR MARTINS FERNANDES - Que há mais de vinte, trinta anos existem invasões dessas áreas, elas estão invadidas. Há vontade dos moradores, que estão organizados em associação. Eles querem adquirir esses lotes. Os levantamentos a serem feitos pelo INSS visando à individualização desses lotes foram encaminhados à Secretaria Municipal da Habitação, e até hoje nós aguardamos o resultado deles. Na verdade, os moradores têm ido lá nos pedir até a nossa pareceria — e têm a nossa pareceria, a nossa compreensão. Como eu falei, Deputado, vai ser bom para todos regularizar essas áreas. Que seja feito um plano especial de financiamento, enfim. Até em sessenta vezes, acho que eles topariam comprar, sei lá. Mas nós não encontramos dificuldades, até porque a Prefeitura, à época, se comprometeu a adquirir esses lotes, distribuir, e até hoje não o fez. Eu queria também, Deputado, aproveitando o gancho, que eu me esqueci... Já que nós



fomos citados até estranhamente pelo Sr. Edson Silva — acredito que seja do Governo do Estado —, que falou na questão do prédio de Rio Grande. Eu não tenho conhecimento de esse senhor ter gerenciado junto ao INSS esse prédio até. Falei com a gerente executiva de lá, que me respondeu que até o momento não tinha recebido nenhum pedido. O que acontece em Rio Grande é o seguinte: nós temos um prédio, que inclusive foi tombado. Ele, à época, não oferecia as condições necessárias para um bom atendimento dos nossos segurados e dos nossos contribuintes. Um prédio compartimentado, com dimensões irregulares. Nós, para reformarmos à época, precisaríamos de muitos recursos. Nós tínhamos os reclamos da sociedade, da Associação dos Aposentados, que não tinham as mínimas condições. Por exemplo, os periciados, as pessoas doentes que iam demandar perícias não podiam ser bem atendidas. Eram áreas exíguas. Então, nós partimos para a alocação de outro prédio, até conseguirmos os recursos necessários para a reforma desse prédio a que esse senhor acabou de referir, o depoente anterior. Esses recursos, que à época não possuíamos, já foi liberada a dotação orçamentária. Sexta-feira passada chegou a autorização da Coordenação da Diretoria de Administração do INSS. Nós procederemos à licitação. Na verdade, a obra está estimada em mais ou menos 460 mil reais. Por isso é que nós locamos e não estávamos ocupando, mas agora vamos reformar e voltaremos para lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Bom, eu gostaria aqui.. Antes, eu só gostaria de fazer uma solicitação ao Dr. Mário, só para a gente ser mais conciso, em função do avançado da hora. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Dr. Mário, há quantos processos na Justiça, hoje, esperando resultado da Justiça e não do INSS? Prédios que foram doados em caução, em dívida, hoje, aqui no Rio Grande do Sul?

O SR. MÁRIO CESAR MARTINS FERNANDES - Essa informação eu não teria no momento, Deputado. Até poderia depois alcançar. Mas eu acredito que nós não tenhamos... a não ser aqueles que nós citamos aqui, não tenhamos outros. Se tiver, são muito poucos. São aquelas inacabadas, que já estamos resolvendo e acabando, com esse drama que nós herdamos de outras administrações.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Bom, nós temos duas obras inacabadas: Cachoeirinha e Alvorada. Então eu gostaria, Presidente, de registrar



essas duas obras inacabadas, que se está dando soluções. Gostaria que o Dr. Mário pudesse passar essas soluções para a CPI, de Cachoeirinha e também de Alvorada. Não culpa da direção, mas culpa de Justiça e briga por ação na Justiça. Tem também... gostaria... sobre esse prédio que ele citou, do Rio Grande do Sul... Rio Grande, Rio Grande, que pudesse depois também registrar assim...

O SR. MÁRIO CESAR MARTINS FERNANDES - Eu darei todas as explicações.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - ...a explicação sobre esse prédio.

O SR. MÁRIO CESAR MARTINS FERNANDES - Com certeza.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Outra coisa importante — eu gostaria até de falar com o Relator, se o senhor me permitisse, Presidente — é esse problema da Caixa Econômica Federal. Eu vi até o Relator questionando sobre isso também. É um problema sério que nós estamos enfrentando no País todo. O Dr. Mário tem passado por isso, e a Caixa Econômica cobra essa função do INSS, cobra para fazer esse serviço e passa para a busca e avaliação. O próprio INSS podia muito bem buscar essa busca e avaliação. O CREA, o CRECI, todos os órgãos estão envolvidos nessa busca e avaliação, que eles mesmos podem buscar. Mas é feito via Caixa, e a Caixa, com avaliação sobre isso, o que acaba prejudicando esses imóveis, que amanhã vão ser invadidos. Gostaria de registrar isso. Obrigado, Dr. Mário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Antes de passar a palavra ao Deputado Sérgio Reis, passo a palavra ao Relator, Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Eu queria deixar registrado que eu acho que o principal comprometimento dessa causa com a Caixa Econômica é aquilo que se chama exclusividade. Exclusividade em serviços, principalmente em serviço público, não é bom. Nós temos outros agentes que poderiam fazer esse serviço com maior competência. Mas eu queria falar, Dr. Mário, de um assunto que precisa ser tomada boa nota. Não sei a forma que o senhor pode levar. Sei que vou falar isso em todos os Estados que passar. O Governo e o Stephanes... Eu disse isso para ele, quando ele saiu naquela peregrinação para esclarecer sobre a reforma



da Previdência, e eu participei de algumas audiências públicas e, a partir daí, nós vimos várias iniciativas que mexeram com a vida de todo mundo neste País, principalmente do funcionalismo. Acontece que as medidas voltadas para a desmobilização desses ativos ociosos e a cobrança das dívidas do INSS para mim foram verdadeiramente acanhadas, não guardavam nenhuma sintonia com o avanço que se propunha no processo de reforma da Previdência. E hoje eu vejo uma série de imóveis, que o senhor está aí empenhado. O senhor, para fazer o seu trabalho, está dependendo da Caixa Econômica. E a Caixa Econômica, por sua vez, terceiriza e talvez não observa aquilo que guarda compatibilidade com o mercado. Então, eu acho que urge, por iniciativa até do senhor, levar ao conhecimento do Ministro, o nosso colega Roberto Brant, ao Dr. Cechin, que é o Secretário Executivo, uma pessoa muito competente. E nós, da Comissão, da CPI, certamente vamos procurar apoiar essa iniciativa, porque nós temos certeza de que ela vai contribuir para a erradicação desse grande comprometimento que todos vocês estão experimentando, com reflexo, sobretudo, no povo brasileiro. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Bom, vou passar a palavra agora ao Deputado Sérgio Reis.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Sr. Presidente, eu não tinha nada a indagar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Então, vamos passar a palavra ao Deputado Augusto Nardes (*Pausa.*). Enquanto isso, passo a palavra ao Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Dr. Mário, apenas uma pergunta e uma consideração: se o senhor tem condições de nos informar se os órgãos públicos federais, os outros órgãos e os próprios Municípios... se essa cessão é feita onerosa, se o INSS tem, de todos esses imóveis, ressarcimento em forma de aluguel, em forma de contrato. Como é feito isso?

O SR. MÁRIO CESAR MARTINS FERNANDES - A cessão... Como acabei de falar anteriormente, até pela transformação dos institutos, essa cessão é feita principalmente para as Prefeituras, de uma forma não onerosa.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Então, eu queria... Presidente, então eu gostaria de deixar registrado... Olha bem, nós temos no Brasil um grande debate



sobre as condições da manutenção da Previdência Social e da nossa, recurso para pagar aos nossos aposentados. Então, na prática, a minha... Aí não é nem uma pergunta, é uma afirmação; e, se eu for injusto, eu aceito a correção. Isso não caracteriza — não com intenção, muito menos do senhor, mas por uma incapacidade — uma fraude ao INSS? Fraude no seguinte sentido: nós vamos buscar os bens de alguém que não nos pagou para garantir o recurso que aquele cidadão — empresa ou particular — teria obrigação de pagar. Ele nos dá um imóvel, lamentavelmente, superavaliado, e aí o INSS não consegue dispor. Aí repassa para uma outra administração, um outro órgão público, que não nos paga nada pela utilização. E eu, cidadão que tenho que ter a minha aposentadoria garantida, vou ser fraudado nisso? Isso — multiplicados esses cento e poucos aqui do Rio Grande do Sul, versus o que nós devemos ter em São Paulo, que deve ser um pouco mais, no Rio de Janeiro e nas grandes cidades também —, isso vira um grande problema. Então, nós teríamos de tratar dessa questão. Além da necessidade de o órgão se livrar, no sentido positivo, desses bens que não lhe interessam, nós temos também uma caracterização de uma certa fraude ao cidadão, que é o proprietário, lá no final, do INSS. Como o Estado acaba bancando essa diferença, o Estado acaba sendo o fraudado também. Então, só uma questão... Estou aqui fazendo uma constatação que eu achei bastante grave, na minha avaliação.

O SR. MÁRIO CESAR MARTINS FERNANDES - Deputado, na verdade a maioria desses prédios fica no interior do Estado, e eles são compartilhados. São prédios compartilhados pelas agências da Previdência e pelas unidades do SUS. E aí até nós vemos uma diferença nas áreas que são do INSS.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Ali seria menos grave, porque está dentro da assistência social, da assistência e ação social — a seguridade, no caso.

O SR. MÁRIO CESAR MARTINS FERNANDES - Com certeza. Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Vou passar a palavra ao Deputado Augusto Nardes.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Só registrar, Deputado, que ele disse a maioria, o que não quer dizer que tem todos. Alguns deles são...

(Intervenção inaudível.)



O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Alguns deles são para a Prefeitura ou para outro órgão, que acaba não pagando nada por isso.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES - Bem, Sr. Presidente, eu quero, como última questão, agradecer a participação de todos, inclusive da Assessoria do Tribunal de Contas, enfim, da própria Assessoria do INSS. Como gaúcho, o senhor me permite que eu faça este agradecimento por ficarem até a esta hora aqui debatendo conosco. E também à Taquigrafia aqui da Assembléia. Eu estava com saudade deles — eu que trabalhei oito anos aqui. Então, é uma satisfação estar aqui com vocês. A última questão que eu quero levar ao Mário é somente no sentido de que nos sejam entregues, para darmos cumprimento ao nosso trabalho, as providências que estão sendo tomadas, como também esse relatório que ele trouxe. Trouxe um relatório importante das áreas invadidas. Acho que isso, como subsídio para nossa Comissão, é extremamente importante. Eu me sinto satisfeito com as respostas já dadas aos demais Parlamentares e portanto só solicito esse material para subsidiar a Comissão. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Camião Feliciano) - Eu queria agradecer ao Dr. Mário Cesar Martins pela sua presença e colaboração em relação a esta Comissão. Aproveito para, em nome da nossa Comissão, da Câmara dos Deputados, agradecer ao Presidente desta Casa, Deputado Sérgio Zambiasi, por colocar à nossa disposição esta Casa, que é a Casa do Povo, e em função também de ter colocado todo o corpo diretivo e também de suporte para que nós pudéssemos realizar o nosso trabalho, em nome de todos os funcionários da Câmara Federal: a Dra. Regina, o Francisco de Souza, o Jorge, a Anna Augusta, a Núbia, a Helena, o Roberto e o Dr. Ribamar. Uma boa noite e até amanhã. Muito obrigado. Está encerrada a sessão. Antes, gostaria de fazer um questionário para enviar lá para a Câmara Federal. Muito obrigado.